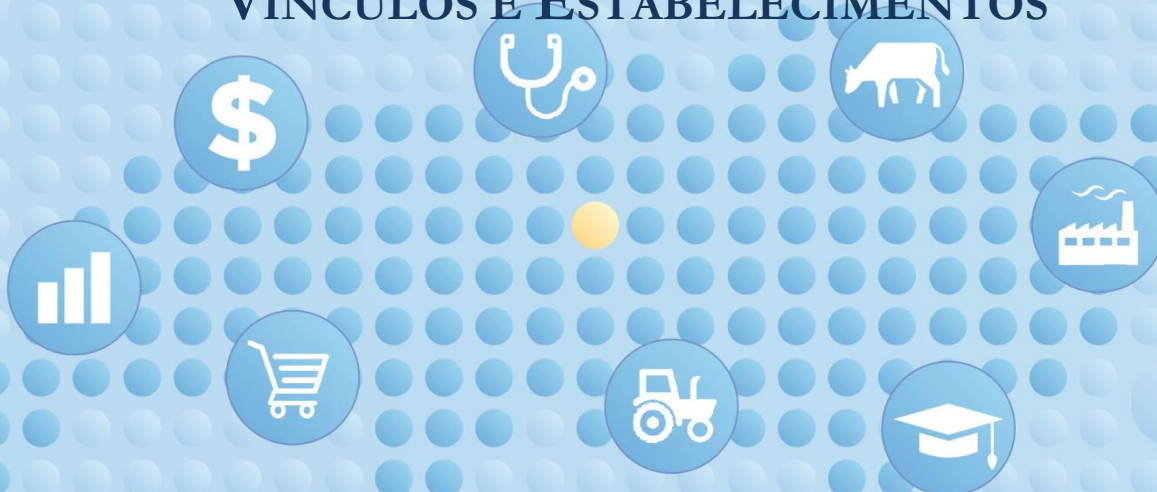


Seminário Comemorativo **40**
ANOS
cepes
PESQUISAS

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA MESORREGIÃO
DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

VOLUME 4 – ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL:
VÍNCULOS E ESTABELECIMENTOS



UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS
MAIO DE 2017

**Universidade Federal de Uberlândia - UFU**

Valder Steffen Júnior

Reitor

Instituto de Economia - IE

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Rick Humberto Naves Galdino

Coordenador

Coordenação do Relatório

Vanessa PetrelliCorrêa

Relatores

Volume 1 - Luiz Bertolucci Júnior

Volume 2 - Alanna Santos de Oliveira

Volume 3 - Alanna Santos de Oliveira

Volume 4 - Alanna Santos de Oliveira

Ester William Ferreira

Volume 5 - Ana Alice B. P. Damas Garlipp

Volume 6 - Rick Humberto Naves Galdino

Volume 7 - Thiago Calado Kobayashi

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos relatores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IEUFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Citação deste volume:

FERREIRA, E. W. ; OLIVEIRA, A. S. Análise do Emprego Formal – Vínculos e Estabelecimentos – na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 4, maio 2017.133 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

Caro(a) Leitor (a),

O levantamento elaborado e publicação de dados estatísticos de caráter econômico social assumem especial relevo nas sociedades em esforço de desenvolvimento acelerado, onde o acompanhamento imediato de sua complexa realidade, possibilita melhor orientação na utilização de seus disputados recursos.

Prof. Sebastião Buiatti¹

É com muita satisfação que disponibilizamos esta publicação que marca os 40 anos de fundação do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – CEPES. Criado em 17 de março 1977, o Centro é atualmente um órgão vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

Centro este que tem em sua história a marca de relevantes trabalhos, cumprindo a missão que lhe foi incumbida desde a sua criação, qual seja, a de levantar dados econômico-sociais no intuito de acompanhar as transformações dinâmicas da sociedade.

Esta publicação demonstra o elo com a origem deste órgão, elo este mantido e fortalecido por meio de uma equipe técnica capacitada e em constante qualificação, que, nesses 40 anos, acompanhou e vivenciou diversas transformações na sociedade e nos próprios instrumentos de trabalho com a inserção de novas tecnologias. Desde a sua juventude, o CEPES é parte do Instituto de Economia, vinculado a uma Universidade Pública, o que proporciona aos servidores o benefício de participarem desta comunidade que tem a liberdade e o dever de pensar, tendo como fruto de seus trabalhos as relevantes informações tão caras à sociedade.

Atenciosamente,

Rick Humberto Naves Galdino.
Coordenador do CEPES

¹ Trecho retirado do primeiro número do Boletim de dados Conjunturais – Uberlândia, dezembro de 1978, que consistiu na primeira publicação do CEPES.

Apresentação

A Pesquisa Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresenta, nesta edição comemorativa dos 40 anos do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES, um panorama do diferenciado processo de desenvolvimento demográfico, social e econômico experimentado por esta região integrante do Estado de Minas Gerais, composta por 66 municípios. Os resultados da pesquisa são apresentados em sete volumes organizados por áreas de estudo e análise.

No **Volume 1** apresenta-se uma **Análise Demográfica** do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (**TMAP**), tendo como pano de fundo a mudança no padrão populacional brasileiro. Destaca-se o comportamento de algumas variáveis demográficas sobre o tamanho da população, o ritmo de crescimento interno e a posição do TMAP em relação a outras áreas de expansão populacional no Brasil; as diferentes performances experimentadas pelos municípios que integram a mesorregião em estudo, seja no ritmo de crescimento e/ou na composição da população urbana e rural e, por idade e sexo. As seções que compõem esta análise informam que a população do TMAP está experimentando relevantes transformações em tamanho, distribuição e composição, desde a década de 1970. De igual maneira, sinalizam que, nas próximas décadas esta Mesorregião, assim como o País, estará se beneficiando de uma rara janela de oportunidade demográfica. Deve-se, desde já, intensificar as políticas públicas inclusivas que permitam ampla cobertura de população jovem e adulta pelos sistemas de educação média e superior, bem como as ações que dinamizem o mercado de trabalho formal para uma situação de pleno emprego.

No **Volume 2** é dado prosseguimento à caracterização social da mesorregião, apresentando-se uma análise do **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**, com base nos indicadores dos anos 2000 e 2010. Para tanto, feita uma breve introdução acerca do cálculo do referido índice, uma seção se dedica à análise do IDHM no contexto nacional e subnacional (com ênfase para o estado de Minas Gerais), com vistas a subsidiar a apreensão da realidade social da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, objeto de estudo desse trabalho. Conjuntamente aos dados do índice em suas três dimensões, são apresentados demais indicadores sociais que auxiliam na compreensão das transformações positivas experimentadas e evidenciadas pelas variações dos índices. Em seguida, tem-se a seção específica de análise do índice na mesorregião do TMAP, tendo como “pano de fundo” a realidade nacional e subnacional em questão, já que os avanços apresentados pela mesorregião, no âmbito de parte considerável de seus

municípios, refletem inequivocamente um potencial de beneficiamento relevante, por parte do TMAP, das políticas públicas de desenvolvimento e dos avanços sociais que se colocaram em curso a nível nacional, nos anos analisados.

No **Volume 3** é realizada uma caracterização econômica da mesorregião com base nos dados do **Produto Interno Bruto (PIB)**, incluindo-se o PIB per capita e o Valor Adicionado Bruto (VAB). Para tanto, o recorte temporal definido foi de 2002 a 2014, tendo em vista questões metodológicas no próprio cálculo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera o ano 2010 como referência no Sistema de Contas Nacionais. É apresentada uma breve introdução sobre a variável em questão; em seguida, tem-se uma seção dedicada à análise do PIB no contexto nacional, bem como no estado de Minas Gerais, revelando-se o papel dinâmico da mesorregião do TMAP nesses âmbitos, evidenciado tanto por sua relevante participação dentro das territorialidades supracitadas, quanto por sua variação média percentual do produto, positiva e superior às do estado de Minas Gerais e do Brasil. Posteriormente, é realizada uma análise específica da mesorregião, focando seus municípios agrupados por faixas populacionais que são apresentadas no Volume 1 de Análise Demográfica, bem como os cinco maiores em termos populacionais, separadamente. Nesse contexto, é destacada a relevante participação dos cinco maiores municípios, os quais respondem por aproximadamente 60% do Produto da mesorregião, com notada importância para o município de Uberlândia, o qual responde por cerca de 35% do PIB do TMAP. Além disso, evidencia-se o fato de que alguns municípios da mesorregião se encontram entre os maiores PIBs, no agregado, e também per capita, do país. Adicionalmente, chama-se atenção para a importante intersecção entre indústria e agropecuária na mesorregião, a qual tem efeitos importantes que são evidenciados pelo VAB por atividade econômica.

No **Volume 4** é apresentada uma caracterização da mesorregião em termos de sua dinâmica de **Emprego Formal – Vínculos e Estabelecimentos** – na mesorregião do TMAP. Para tanto, a análise é empreendida com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dividindo-a nas dimensões: vínculos e estabelecimentos. No que diz respeito à primeira, são evidenciados os dados de estoque de emprego (vínculos ativos em 31/12) de modo geral, por setor, por tipo de vínculo e por tamanho de estabelecimentos. A análise deste Volume 4 mostrará na década que antecede a atual, ou seja, período 2000-2009, abarcou-se taxas expressivas de crescimento dos vínculos ativos, que culminou em uma média das variações anuais maior que a do período 2010-2015. Com respeito a este último, ressalta-se a primeira retração dos vínculos ativos (tanto no cenário nacional, quanto subnacional) ocorrida em 2015. De um modo geral, também cabe destacar o desempenho superior da mesorregião nesse último interregno comparativamente ao do estado de Minas Gerais e ao do Brasil. Em termos setoriais, realça-se a preponderância do setor de serviços na concentração dos vínculos

ativos, e a perda de participação da indústria de transformação. No que diz respeito ao tipo de vínculo empregatício, a maior distribuição encontra-se nos celetistas, em seguida estatutários. Contudo, chama-se atenção para o aumento da participação de “outros” tipos de vínculos (avulsos, temporários, entre outros). Já com relação ao tamanho dos estabelecimentos, a maior concentração dos vínculos ativos ocorre nos estabelecimentos de menores portes (até 19 empregados), nos casos de Minas Gerais e do TMAP, e nos maiores (mais de 500) no caso do Brasil.

Quanto aos dados do emprego formal sob a dimensão dos estabelecimentos empregadores buscou-se analisar a evolução do número de estabelecimentos na mesorregião do TMAP nos anos 2000 a 2015 a partir das informações da RAIS, segundo a qual são considerados estabelecimentos aqueles que têm registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI) e que apresentaram algum empregado em 31/12 de cada ano-base ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano. No quadro geral da variação do número de estabelecimentos, verificou-se que a mesorregião experimentou maior incremento dos mesmos no período 2001 a 2009 relativamente ao período 2010-2015, assim como foi observado em âmbito nacional e estadual, com desaceleração e, até mesmo, retração do número de estabelecimentos acentuadas em 2015. No estudo setorial destacaram-se os setores serviços, comércio e construção civil com as maiores taxas médias de variação anual, especialmente no primeiro período, enquanto a indústria de transformação e a agropecuária evidenciaram menor ritmo de crescimento do quantitativo de empregadores formais, principalmente a partir de 2012. A distribuição dos estabelecimentos segundo o seu porte, por sua vez, mostrou que, em todas as faixas de tamanho, predominam os estabelecimentos menores (com até 19 empregados) em cada uma das faixas populacionais da mesorregião, reafirmando a crescente importância dos estabelecimentos de menor porte no dinamismo econômico da região.

No **Volume 5** é apresentado um panorama do **Comércio Internacional** dos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a partir da base de dados Estatísticas de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC), nos anos de 2000 a 2016. Esses resultados registram o volume das negociações externas realizadas pelo TMAP, bem como sua participação na balança comercial do estado de Minas Gerais, denotando sua importância quanto às exportações de commodities minerais e agrícolas, motivo que insere esta mesorregião em mercados globalizados.

Quanto às exportações do TMAP, observou-se que, dos sessenta e seis municípios que compõem esta mesorregião, quarenta e três exportaram, no período de 2000 a 2016, cujos valores permitiram visualizar suas respectivas participações no total do valor exportado pelo TMAP. A análise se repete quanto às importações, apontando que, dos sessenta e seis municípios, trinta e dois importaram, no mesmo período, cujos valores revelaram suas respectivas participações no total das

importações do TMAP. Em seguida, foram dimensionados os principais produtos da pauta de exportação e importação daqueles municípios que comercializaram com o exterior, identificando quais foram os países de destino das suas exportações e de origem de suas compras, e ainda a evolução do número de empresas exportadoras e importadoras dos municípios mais populosos do TMAP, no período de 2010 a 2016.

No **Volume 6** é apresentado a **evolução dos dados orçamentários**, a partir de dados do “FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios - STN”, no período de 2000 a 2015, para a média de todos os municípios do país, para a média dos municípios do estado de Minas Gerais e para a média dos municípios que compõe a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba, bem como as médias por classes de municípios de acordo com as faixas populacionais. Diante da multiplicidade de subcontas que compõe os orçamentos públicos, por simplificação, foram selecionadas as mais representativas e importantes nos orçamentos dos municípios, com o intuito de verificar o comprometimento dos municípios com os principais grupos de despesas, assim como, as principais fontes de financiamento, através das receitas.

Em resumo no período analisado, de 2000 a 2015, todos os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP apresentam aumento da Receita Orçamentária, em termos reais (ajustados pelo IPCA), assim como a média dos municípios do país e do estado. Entre os anos 2000 e 2015 a receita orçamentária dos municípios da mesorregião aumentam suas receitas orçamentárias em ritmo maior que as médias do estado e do país. Quando se compara as taxas médias de variação anual por períodos, nota-se que a mesorregião do TMAP apresenta elevação de sua taxa média no período de 2010 a 2015, enquanto tanto a média dos municípios do estado quanto e a média dos municípios do país experimentam reduções em suas respectivas taxas médias de variação anual das receitas orçamentárias. Comparando as taxas médias de variação anual das receitas orçamentárias, e as taxas médias de variação anual das despesas orçamentárias, verifica-se que no período de 2000 a 2015 as despesas orçamentárias aumentam a taxas médias anuais superiores as apresentadas pelo aumento das receitas, para a média dos municípios do país, para a média dos municípios do estado e para a média dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba. Ou seja, na média os municípios desses três recortes apresentam taxas de aumento das despesas maiores que as taxas de aumento das receitas. A íntegra do Volume 6 apresenta quais são as principais subcontas de Receitas e Despesas que mais contribuem para esse panorama.

Dando continuidade ao tema de finanças públicas municipais, o **Volume 7** explora a **execução orçamentária dos maiores municípios** do TMAP. O objetivo geral foi apresentar detalhadamente os principais componentes da receita e da despesa desses municípios, de forma que características gerais possam ser identificadas. Para tanto, o período trabalhado foi entre 2010 e

2015, com os dados recolhidos junto ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Além disso, foi apresentado o saldo financeiro ao longo do ano de 2015, a fim de demonstrar o fluxo financeiro por quadrimestre dos municípios analisados, uma vez que tanto a arrecadação como a despesa apresentam movimentos distintos ao longo do ano.

As análises apresentadas em todos os volumes, de forma geral, têm em comum o olhar para os municípios do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba, a partir dos diferentes aspectos alcançados pelos dados selecionados, assim, considera-se este trabalho um reencontro com a mesorregião e a partir destas análises, que não esgotam o potencial dos dados por ora apresentados, outros estudos serão propostos com intuito de ampliar o conhecimento e detalhamento das especificidades socioeconômicas dos municípios que configuram a mesorregião, o estado de Minas Gerais e o país.

Sumário

I - Emprego Formal - Vínculos	2
1. Análise Geral da Evolução do Emprego Formal nos anos 2000-2015.....	2
1.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	2
1.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)	5
2. Análise Setorial da Evolução do Emprego Formal.....	13
2.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	13
2.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)	26
3. Distribuição do Estoque de Emprego Formal por Tipo de Vínculo Ativo.....	41
3.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.....	41
3.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais).....	43
4. Distribuição do Estoque de Emprego Formal por Tamanho dos Estabelecimentos	47
4.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	47
4.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)	49
5. Considerações Finais.....	56
II. Estabelecimentos Formais.....	60
6. Análise Geral da Evolução do Número de Estabelecimentos Formais nos anos 2000- 2015.....	60
6.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	60
6.2. Estabelecimentos formais nos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo faixas populacionais e maiores municípios	63
7. Análise Setorial da Evolução do Número de Estabelecimentos Formais	68
7.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	68
7.2. Estabelecimentos formais na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais e maiores municípios, segundo o setor de atividade econômica.....	78
8. Análise da Evolução do Número de Estabelecimentos por Tamanho do Estabelecimento (segundo o número de empregados)	94
8.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	94
8.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)	98
9. Considerações Finais.....	112
ANEXOS.....	114

Análise do Emprego na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Vínculos e Estabelecimentos

A análise da evolução do emprego formal aqui proposta, foi estruturada com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que se referem a registros administrativos sistematizados por meio de declarações obrigatórias para os estabelecimentos empregadores formais do país. As informações disponibilizadas por meio dessa fonte permitem uma investigação em duas dimensões: uma relativa aos vínculos, e outra aos estabelecimentos. Neste trabalho optou-se por apresentar as duas.

O período compreendido nesta análise teve por foco a atual década (2010 em diante). Contudo, dados relativos ao ano 2000 são também apresentados, a fim de se oferecer um referencial relativamente mais distante do período atual, para apreensão das transformações e identificação de continuidades num interregno de quase duas décadas. O ano final do período analisado é 2015, tendo em vista que até o momento de elaboração deste trabalho ainda não haviam sido divulgados dados concernentes à RAIS 2016.

Destaca-se também que, embora o foco do trabalho se dê predominantemente sobre a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ora se apresentando dados em seu agregado, ora detalhadamente por municípios; informações para Minas Gerais, estado que abriga o TMAP, bem como para o Brasil, serão também colocadas, a fim de que com isso se amplie a compreensão do que se observa na mesorregião, lançando mão de uma análise comparativa com o cenário mais geral, ou seja, sob uma perspectiva estadual, ou nacional.

Além disso, com o intuito de aprofundar a análise da mesorregião em questão, os 66 municípios do TMAP foram agrupados em sete faixas populacionais definidas conforme colocado no Volume de População deste trabalho. Também se optou por uma análise concentrada nos cinco maiores municípios em termos populacionais, tomando por base o Censo 2010.

No que tange à análise do emprego em termos de vínculos ativos, da forma como trazidos pela RAIS, qual seja, estoque de pessoas que se encontravam formalmente empregadas em 31/12, a análise foi estruturada em quatro seções:

1. *Análise Geral da Evolução do Emprego Formal nos anos 2000-2015;*
2. *Análise Setorial da Evolução do Emprego Formal;*
3. *Distribuição do Estoque de Emprego Formal por Tipo de Vínculo Ativo; e*
4. *Distribuição do Estoque de Emprego Formal por Tamanho dos Estabelecimentos*

No que diz respeito à análise do emprego em termos de estabelecimentos empregadores, ressalta-se que essas informações são provenientes de um questionário que é preenchido anualmente por todos os estabelecimentos empregadores, entendendo estes últimos como aqueles que têm

registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI). Somente são considerados os estabelecimentos que apresentaram algum empregado em 31/12 de cada ano-base ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano.

Com respeito a esse aspecto a análise estruturou-se em três secções:

5. *Análise geral da evolução do número de estabelecimentos nos anos 2000;*
6. *Análise setorial da evolução do número de estabelecimentos nos anos 2000, e*
7. *Análise da evolução do número de estabelecimentos por faixa de tamanho do estabelecimento, conforme o número de empregados, segundo o setor de atividade econômica.*

I - Emprego Formal - Vínculos

Alanna Santos de Oliveira²

1. Análise Geral da Evolução do Emprego Formal nos anos 2000-2015

1.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

No Brasil, entre 2000 e 2015, o estoque de emprego formal quase dobrou, saltando de 26.228.629 vínculos ativos no início do supracitado período para 48.060.807 ao final dele, ou seja, um aumento de aproximadamente 83%. Há que se ressaltar que os dados mencionados devem ser interpretados com a devida cautela, tendo em conta que aqui não está sendo levada em consideração a evolução da PEA (População Economicamente Ativa) no interregno analisado.

A despeito disso, comparando-se essa variação percentual do estoque de emprego formal no país com a magnitude com que aumentou a população total brasileira (tomando-se em conta os censos de 2000 e 2010), qual seja, a uma taxa de variação de aproximadamente 12%; a elevação do número de vínculos empregatícios ativos no mercado de trabalho formal, de fato, se mostrou impressionante.

Desde o ano 2000, o estoque de emprego formal elevou-se continuamente (embora nem sempre a taxas crescentes), com exceção do ano de 2015, para o qual foi registrada a primeira retração do emprego no período, da ordem de aproximadamente três por cento, relativamente ao ano anterior (uma perda de 1.510.703 vínculos ativos).

No estado de Minas Gerais, o estoque em 2000 era de 2.803.454 vínculos ativos, e ao final do período, ou seja, em 2015, de 4.821.116, o que representou, portanto, um incremento de

²Pesquisadora do CEPES/IEUFU. Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia/IEUFU.

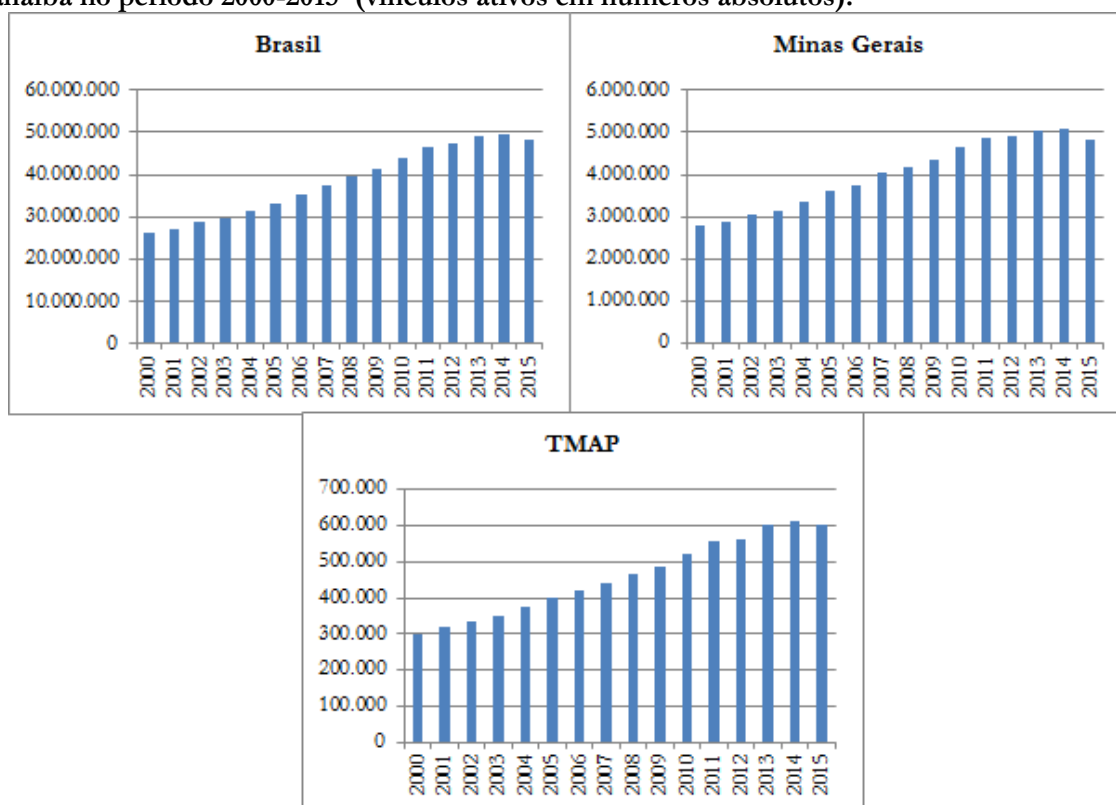
aproximadamente 72%. A população total do estado aumentou em cerca de 10%, comparando-se os censos de 2000 e 2010.

Na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, pertencente ao estado de Minas Gerais, o estoque de emprego formal saltou de 301.489 vínculos ativos em 2000 para 604.773 em 2015, totalizando um aumento de pouco mais de 100%, ou seja, superior ao verificado no estado, e também no país. Já a população total do TMAP aumentou em 15%.

O crescimento do emprego se deu de forma ininterrupta até 2014, já que no ano seguinte, a retração da atividade econômica evidenciada pela crise política e econômica experimentadas a nível nacional, repercutiu nitidamente sobre o estoque, o qual retraiu cerca de -1,7% (decréscimo inferior ao que se verifica no âmbito do estado, e também do país).

A Figura 1.1 apresenta a evolução do estoque de emprego, em número de vínculos ativos, e o Anexo I dispõe de uma tabela com os referidos dados, em números absolutos.

Figura 1.1: Estoque de Emprego Formal para o Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período 2000-2015³ (vínculos ativos em números absolutos):



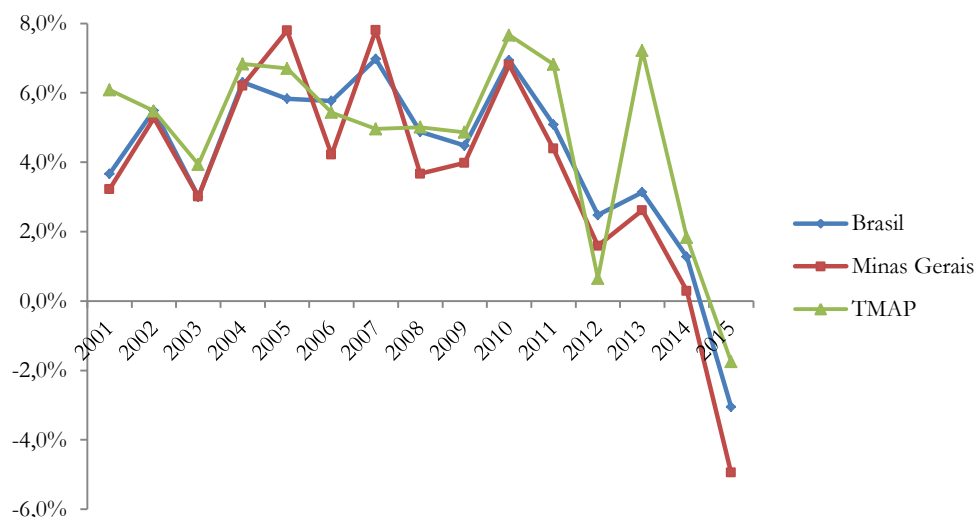
Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Já o Gráfico 1.1 apresenta a variação percentual anual do estoque de emprego formal no Brasil, Minas Gerais e TMAP, para o período 2000-2015. Nota-se que, no caso do país, desde o ano de 2004 o estoque de emprego formal elevou-se a taxas superiores a 4% até 2011, tendo alcançado

³Informações completas acerca dos vínculos ativos (em números absolutos) para o Brasil, Minas Gerais e TMAP, tal como citado no texto, encontram-se dispostas em uma tabela no Anexo I.

sete pontos percentuais em 2007, o seu maior pico no intervalo em análise. Já a partir de 2012 as taxas caem comparativamente ao que vinha sendo apresentado. No referido ano observa-se uma taxa de aproximadamente 2% e, apesar da ligeira elevação no ano seguinte, os vínculos empregatícios crescem bem menos em 2014 (1,3%) e decrescem em 2015 (-3%).

Gráfico 1.1-Variação Anual Percentual do Estoque de Emprego Formal no período 2000-2015: Brasil, Minas Gerais, e TMAP:



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

No estado de Minas Gerais também houve elevação do estoque de emprego formal ao longo do período analisado, embora, assim como no caso do país, nem sempre a taxas crescentes; e com notada exceção para o ano de 2015, para o qual foi registrada retração da ordem de -4,9%, ou seja, um decréscimo superior ao verificado em âmbito nacional.

A trajetória de evolução percentual do estoque de emprego formal também foi marcada por um interregno mais próspero o qual se encontra, assim como no caso do país, entre os anos 2004 e 2011. Durante esse período, as taxas foram iguais ou superiores a 4%, com exceção do ano de 2008, o qual registrou 3,7% de crescimento, denotando um possível efeito da crise internacional⁴, o qual foi mitigado já no ano seguinte, por meio das políticas públicas anticíclicas implementadas em âmbito nacional no período em questão.

Já a partir de 2012, a variação do estoque de emprego formal ocorre a taxas notadamente menores, porém positivas até o ano de 2014, tendo atingido 0,3% neste, e negativa no ano seguinte, ou seja, apresentando uma retração de 4,9% em 2015, ou um decréscimo líquido de 250.790 vínculos empregatícios ativos.

Na mesorregião do TMAP é possível notar que o interregno que vai de 2004 a 2011 reproduz a tendência de taxas elevadas verificada em âmbito nacional e regional, sendo a maior delas

⁴O efeito da crise sobre o emprego também pode ser verificado para o estoque nacional, que cresceu 7% em 2007, comparativamente ao ano anterior; e 4,9% em 2008, ou seja, uma queda de pouco mais de dois pontos percentuais.

registrada em 2010 (7,7%), e a menor em 2009 (4,9%). Já em 2012, o incremento é pífio (0,7%) e, apesar da notável retomada no ano seguinte, o qual registrou 7,2% de aumento, o estoque retrai - 1,7% no ano de 2015, representando uma perda líquida de 10.745 vínculos ativos.

Obtendo-se a média de todas as variações anuais percentuais do estoque de emprego formal para o período 2010 a 2015 e comparando-a com a apresentada pelo período imediatamente anterior, compreendido dentro do que já estava sendo analisado, qual seja, 2000 a 2009, é possível verificar uma queda na referida média a nível nacional, estadual, e da mesorregião.

Adicionalmente, cabe acrescentar que essa redução na média das variações anuais percentuais do emprego formal obtida para o último período em análise, se mostra menos acentuada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, relativamente ao observado para o país, e para o estado de Minas Gerais, conforme a Tabela 1.1 revela:

Tabela 1.1-Média das Variações Anuais Percentuais do Estoque de Emprego Formal (%):

	2000-2009	2010-2015
Brasil	5,13	2,65
Minas Gerais	4,52	1,79
TMAP	4,94	3,74

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

A despeito da menor taxa obtida no intervalo 2010-2015 relativamente ao anterior (2000-2009), o período continuou marcado por incremento relevante do estoque de emprego formal na mesorregião, especialmente, tendo-se em vista a média razoável de 3,74% obtida a partir das taxas de variação anual dos vínculos ativos ao longo dos seis anos em análise.

No início do período, ou seja, em 2010, o TMAP apresentou um estoque de 524.374 vínculos empregatícios ativos, e ao final, 2015, esse número saltou para 604.773 mil, culminando, portanto, em um aumento de 15%, ou, em termos absolutos, de 80.399 vínculos formais.

1.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)

A Tabela 1.2 apresenta a distribuição do emprego na mesorregião do TMAP, agrupando-se seus municípios em sete faixas populacionais (em consonância com o estabelecido no Volume de População deste trabalho), pontualmente no ano 2000, e também ao longo do período 2010-2015.

Os dados evidenciam uma variação percentual superior a 60% em todas as faixas populacionais, quando comparados os estoques de emprego formal dos anos 2000 e 2010.

Comparando-se os anos 2010 e 2015, também é possível verificar que o estoque experimentou incremento em todas as faixas, sendo que o maior ocorreu na faixa que agrupou municípios até 5.000 habitantes (uma variação de aproximadamente 22%), e o menor, na de 10.001 a 20.000 (cerca de 4%).

Tabela 1.2-Estoque de Emprego Formal por Faixa Populacional* do TMAP em 2000, e 2010-2015 (número de vínculos ativos)

Faixa Populacional	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Até 5.000	6.537	13.423	15.483	14.022	14.677	15.510	16.366
De 5.001 a 10.000	10.660	20.647	22.434	21.694	24.995	27.457	25.109
De 10.001 a 20.000	22.531	44.373	46.590	44.303	47.909	47.083	46.010
De 20.001 a 50.000	32.669	54.680	59.186	59.903	63.968	64.499	63.497
De 50.001 a 100.000	43.390	71.611	76.177	79.670	84.213	84.983	84.855
De 100.001 a 500.000	84.328	136.269	142.814	145.700	154.412	156.532	153.236
Mais de 500.000	101.374	183.371	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700
TMAP (Total)	301.489	524.374	560.143	563.795	604.481	615.518	604.773

*Para definição das faixas populacionais utilizou-se o Censo 2010.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Já a Tabela 1.3 permite analisar as variações anuais percentuais do estoque de emprego formal nos municípios distribuídos, segundo as supramencionadas faixas populacionais.

Tabela 1.3-Variação Anual Percentual do Estoque de Emprego por Faixa Populacional no TMAP, em 2000 e 2010 – 2015 (%):

Faixa Pop.	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Até 5.000	7,02	-4,33	15,35	-9,44	4,67	5,68	5,52
De 5.001 a 10.000	14,51	7,10	8,66	-3,30	15,22	9,85	-8,55
De 10.001 a 20.000	2,63	8,31	5,00	-4,91	8,14	-1,72	-2,28
De 20.001 a 50.000	5,91	3,45	8,24	1,21	6,79	0,83	-1,55
De 50.001 a 100.000	2,05	6,79	6,38	4,59	5,70	0,91	-0,15
De 100.001 a 500.000	4,75	8,90	4,80	2,02	5,98	1,37	-2,11
Mais de 500.000	8,92	9,32	7,68	0,53	7,96	2,40	-1,71
TMAP (Total)	6,04	7,66	6,82	0,65	7,22	1,83	-1,75

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Para a faixa até 5 mil habitantes, a maior taxa de variação dos vínculos ativos pode ser verificada no ano de 2011, ao passo que o pior desempenho recai no ano seguinte, 2012, o qual apresenta uma retração de aproximadamente 9,4%. Convém destacar também que esta faixa é a única para a qual não se verifica decréscimo no ano de 2015.

Para os municípios cuja população compreendeu entre 5.001 e 10.000 habitantes, o maior incremento do estoque de emprego formal ocorre em 2013, uma variação de 15,2% em relação ao ano anterior, e o pior desempenho em 2015, cuja retração é de -8,6%. O ano de 2012 também é marcado por decréscimo do número de vínculos ativos (-3,3%).

A faixa que corresponde aos municípios de 10.001 a 20.000 habitantes, apresentou maior elevação do estoque no ano inicial do período em análise, ou seja, 2010, registrando um aumento de 8,3% (quase metade das maiores taxas concernentes às faixas mencionadas nos parágrafos anteriores). Apesar de ter ocorrido retração em 2015, a mais acentuada ocorre em 2012 (-4,9%).

O estoque de emprego da faixa populacional seguinte (de 20.001 a 50.000 habitantes) apresentou maior variação percentual positiva no ano de 2011 (uma taxa de 8,2%), e registrou decréscimo apenas em 2015 e numa magnitude menor do que das duas faixas anteriores (-1,6%).

A faixa de 50.001 a 100.000 habitantes experimentou maior incremento do estoque formal em 2010 (6,8%), e a única retração ocorrida foi no ano de 2015, sendo ainda menor que da faixa anterior (-0,2%). De modo semelhante ocorreu com a faixa seguinte (de 100.001 a 500.000 habitantes), sendo a taxa em 2010 de 8,9%, e a retração em 2015 de -2,1%.

Por fim, a última faixa, que compreende apenas o município de Uberlândia, apresentou o mesmo comportamento verificado para as duas que o antecede, de modo que a maior variação percentual ocorre em 2010 (9,3%), bem como é registrada uma retração no estoque de emprego no ano de 2015 (-1,7%).

A Tabela 1.4 apresenta a média das taxas de variação anual percentual do estoque de emprego, utilizando para tanto os períodos 2000-2009 e 2010-2015:

Tabela 1.4-Média das Variações Anuais Percentuais do Estoque de Emprego Formal Por Faixas Populacionais do TMAP nos períodos 2000-2009, e 2010-2015 (%)

Faixa Populacional	2000-2009	2010-2015
Até 5.000	8,93	2,91
De 5.001 a 10.000	7,18	4,83
De 10.001 a 20.000	6,89	2,09
De 20.001 a 50.000	5,53	3,16
De 50.001 a 100.000	4,97	4,04
De 100.001 a 500.000	4,51	3,49
Mais de 500.000	5,77	4,36
TMAP (Total)	5,53	3,74

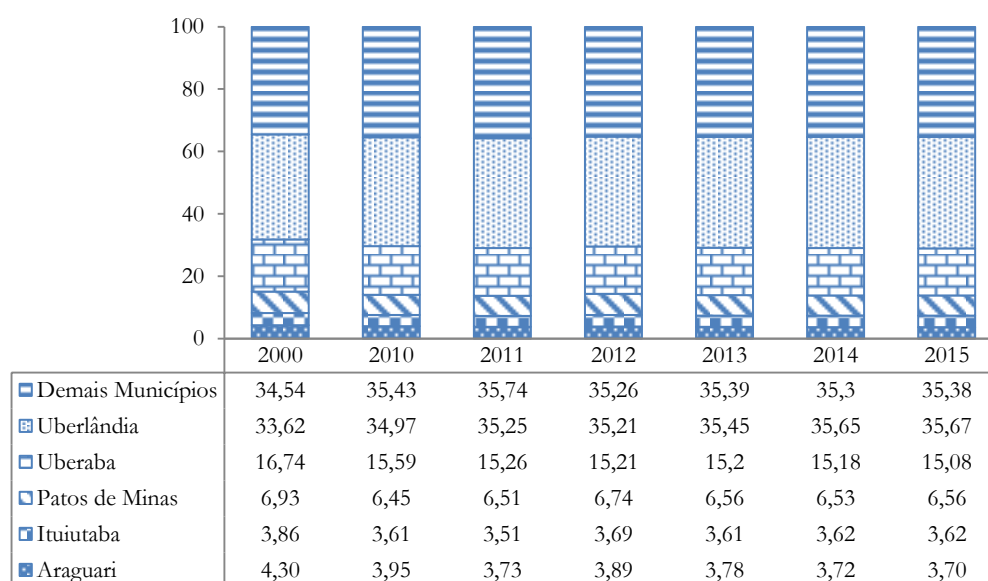
Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Nota-se que em todas as faixas há uma redução na média obtida para o último período em análise. Esta queda nas taxas obtidas no interregno 2010-2015, comparativamente às apresentadas no interregno 2000-2009, é menor para as faixas cujos municípios apresentam maior população. A faixa de 50.001 a 100.000 habitantes é a que sofre menor redução na média obtida, caindo apenas 0,7 pontos percentuais em relação ao período anterior; em seguida a de 100.001 a 500.000 que passa de 4,5% para 3,5 %; e a de mais de 500.000 (município de Uberlândia) que passa de 6,1% para 4,4%.

Analisando agora a situação do emprego formal para os cinco maiores municípios da mesorregião, em termos populacionais, quais sejam, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba e Araguari, nota-se que eles corresponderam juntos, e em média, a aproximadamente 65% do estoque de emprego formal da mesorregião entre 2010 e 2015. Uberlândia respondeu por cerca de 35% do estoque do TMAP; Uberaba, 15%; Patos de Minas, 7%; Ituiutaba, 4%; e Araguari, 4%.

O Gráfico 1.2 apresenta as participações percentuais desses cinco municípios no estoque de emprego formal do TMAP.

Gráfico 1.2-Participação Percentual dos Cinco Maiores Municípios do TMAP no Estoque de Emprego Formal da Mesorregião nos anos 2000, e 2010 a 2015 (%):



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

A Tabela 1.5 permite visualizar como o estoque de emprego formal evoluiu entre o ano 2000 e ao longo do período 2010-2015, para os cinco municípios supracitados. A partir dela é possível notar que, comparando-se o estoque de emprego de 2000 e 2010, a quantidade de vínculos empregatícios ativos aumenta em aproximadamente 59% em Araguari; 63% em Ituiutaba; 62% em Patos de Minas e também em Uberaba; e 81% em Uberlândia.

Já entre 2010 e 2015, nota-se que o maior incremento do estoque de emprego ocorre no município de Uberlândia, cuja variação foi de aproximadamente 18%; em seguida no de Patos de Minas (17%); Ituiutaba (16%); Uberaba (12%); e Araguari (8%).

Tabela 1.5-Evolução do Estoque de Emprego Formal para os Cinco Maiores Municípios do TMAP, no ano 2000 e período 2010-2015 (número de vínculos ativos)

Municípios	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Araguari	12.974	20.687	20.921	21.916	22.873	22.899	22.406
Ituiutaba	11.647	18.935	19.681	20.822	21.819	22.280	21.881
Patos de Minas	20.880	33.812	36.440	38.009	39.665	40.200	39.649
Uberaba	50.474	81.770	85.453	85.775	91.874	93.433	91.181
Uberlândia	101.374	183.371	197.459	198.503	214.307	219.454	215.700

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Já a Tabela 1.6 apresenta as taxas referentes à variação anual percentual do estoque de emprego para os cinco municípios selecionados, no ano 2000 e no período 2010-2015. Convém destacar as seguintes informações a partir da referida tabela: o estoque de emprego formal registrou incremento em todos os anos selecionados, com exceção de 2015; a maior taxa de variação anual positiva ocorreu no ano de 2010 no município de Uberaba (11,3%) (muito embora em 2015, o município tenha apresentado também a maior taxa de retração dos vínculos ativos); e dentre as variações anuais negativas registradas no último ano analisado, a que denotou menor retração foi a de Ituiutaba (-1,8%).

Tabela 1.6-Variação Percentual Anual do Estoque de Emprego Formal para os Cinco Maiores Municípios do TMAP no ano 2000 e período 2010-2015 (%):

	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Araguari	1,42	1,60	1,13	4,76	4,37	0,11	-2,15
Ituiutaba	4,29	1,74	3,94	5,80	4,79	2,11	-1,79
Patos de Minas	7,41	8,05	7,77	4,31	4,36	1,35	-1,37
Uberaba	4,56	11,29	4,50	0,38	7,11	1,70	-2,41
Uberlândia	8,92	9,32	7,68	0,53	7,96	2,40	-1,71

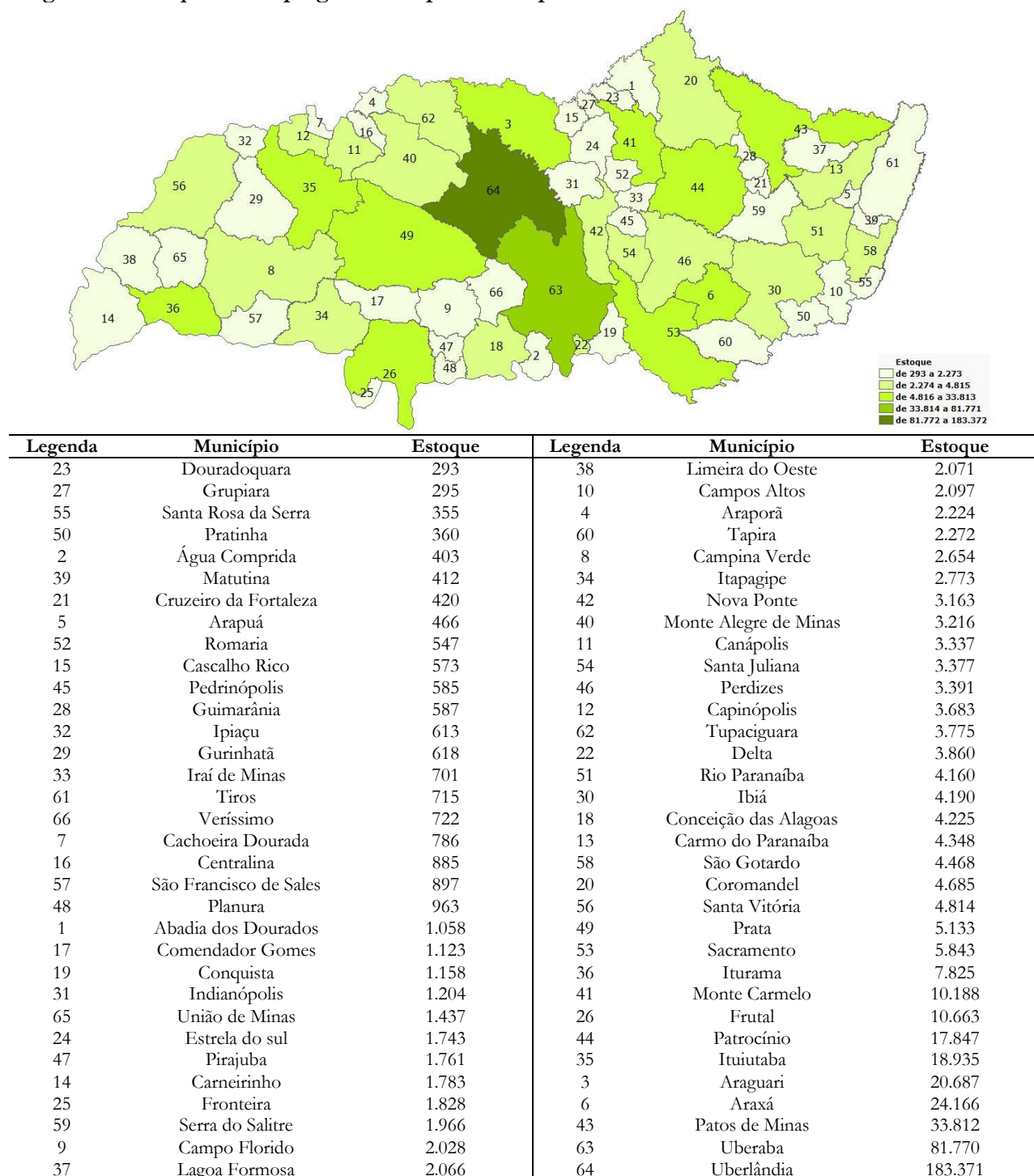
Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Como já foi dito, os cinco municípios selecionados para análise mais detida correspondem aos cinco maiores da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em termos populacionais segundo o Censo 2010 do IBGE. No que diz respeito à conformação do estoque de emprego, esses mesmos municípios foram também os que mais se destacaram dentre os 66, com a devida ressalva

de que Araxá, que não está entre os cinco mencionados, ocupou a quarta posição na concentração dos vínculos empregatícios ativos, Araguari a quinta, e Ituiutaba a sexta.

A Figura 1.1, auxilia na visualização da distribuição do estoque de emprego formal por município do TMAP no ano de 2010, separando-os por cor em cinco categorias, conforme legenda:

Figura 1.1-Estoque de Emprego Formal por Município do TMAP em 2010

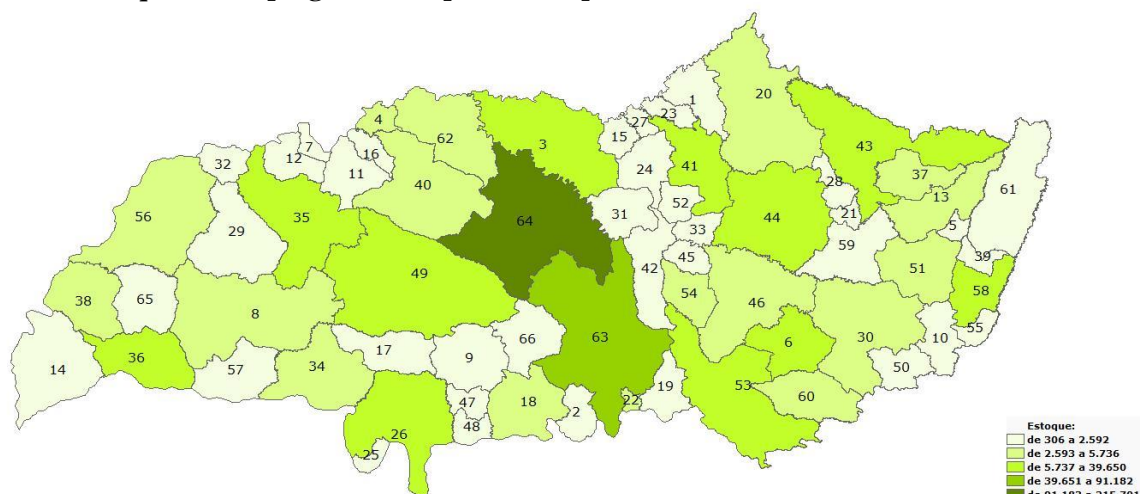


Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Na Figura 1.1 os municípios foram separados em cinco grupos, variando-se a cor: aqueles que concentraram até 0,49% dos vínculos ativos (cor mais clara); de 0,5% a 0,99%; de 1% a 7%; Uberaba com 15,6%; e Uberlândia com 35% (cor mais escura). O menor estoque de emprego formal foi registrado para Douradoquara (293 vínculos ativos em 31/12), destacando-se que se trata do segundo menor município do TMAP em termos populacionais, e o maior foi verificado em Uberlândia (183.371 vínculos ativos) que, por sua vez, se refere à maior população da mesorregião.

A Figura 1.2 apresenta os dados para o ano 2015:

Figura 1.2-Estoque de Emprego Formal por Município do TMAP em 2015



Legenda	Município	Estoque	Legenda	Município	Estoque
23	Douradoquara	306	12	Capinópolis	2.540
55	Santa Rosa da Serra	328	9	Campo Florido	2.553
27	Grupiara	360	47	Pirajuba	2.591
2	Água Comprida	428	60	Tapira	2.901
50	Pratinha	454	8	Campina Verde	2.936
15	Cascalho Rico	489	38	Limeira do Oeste	2.979
39	Matutina	524	37	Lagoa Formosa	3.026
21	Cruzeiro da Fortaleza	609	34	Itapagipe	3.074
5	Arapua	641	40	Monte Alegre de Minas	3.199
32	Ipiacú	655	22	Delta	3.242
65	União de Minas	671	4	Araporã	3.666
7	Cachoeira Dourada	695	46	Perdizes	3.710
66	Veríssimo	707	54	Santa Juliana	3.927
45	Pedrinópolis	735	30	Ibiá	4.229
29	Gurinhata	746	62	Tupaciguara	4.575
16	Centralina	851	51	Rio Paranaíba	5.055
28	Guimarânia	887	18	Conceição das Alagoas	5.153
61	Tiros	948	13	Carmo do Paranaíba	5.512
52	Romaria	1.002	20	Coromandel	5.514
57	São Francisco de Sales	1.042	56	Santa Vitória	5.735
33	Iraí de Minas	1.056	58	São Gotardo	6.279
31	Indianópolis	1.199	53	Sacramento	6.329
48	Planura	1.261	49	Prata	6.480
24	Estrela do Sul	1.294	36	Iturama	9.571
19	Conquista	1.400	41	Monte Carmelo	9.855
14	Carneirinho	1.639	26	Frutal	12.714
25	Fronteira	1.715	44	Patrocínio	21.059
11	Canápolis	2.055	35	Ituiutaba	21.881
10	Campos Altos	2.084	3	Araguari	22.406
17	Comendador Gomes	2.270	6	Araxá	29.201
59	Serra do Salitre	2.323	43	Patos de Minas	39.649
1	Abadia dos Dourados	2.458	63	Uberaba	91.181
42	Nova Ponte	2.519	64	Uberlândia	215.700

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Conforme mostra a Figura 1.2, em 2015, a configuração do estoque de emprego por município não se altera muito, permanecendo os cinco maiores, respectivamente: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araxá, e Araguari. Destaca-se que São Gotardo que antes se encontrava entre os que representavam de 0,5% a 0,99% do estoque do TMAP, passa a se colocar entre os que corresponderam de 1% a 7%. Novamente, cabe chamar atenção para o fato de Araxá se manter entre os cinco maiores estoques de empregos, mais especificamente, ocupando a quarta posição (29.201 vínculos ativos em 31/12), tal como já podia ser verificado em 2010.

Em suma, esta primeira seção concernente ao Emprego Formal (Vínculos) evidenciou que na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba entre o ano 2000 e o ano 2015, o estoque de emprego formal saltou de 301.489 vínculos ativos para 604.773, resultando, por conseguinte, num aumento de pouco mais de 100%, superior ao verificado no estado de Minas Gerais, e também no país. A elevação do estoque de emprego se deu de forma ininterrupta até 2014, ressaltando-se que no ano seguinte, ocorreu a primeira retração dos vínculos empregatícios ativos, a uma taxa percentual de -1,7% (decréscimo inferior ao que se verificou no âmbito do estado, e também do Brasil).

Considerando-se a média das variações anuais percentuais do estoque de emprego do período dividido em dois interregnos, 2000-2009 e 2010-2015, verificou-se que a média concernente ao primeiro período foi maior que a do segundo. Contudo, destacou-se que o segundo intervalo em questão continuou marcado por incremento relevante do estoque de emprego formal na mesorregião, especialmente, tendo-se em vista a média razoável de 3,74% obtida a partir das taxas de variação anual dos vínculos ativos ao longo dos seis anos em análise (mais uma vez, superior à verificada para o estado de Minas Gerais e para o Brasil).

Agrupando-se os municípios do TMAP por faixas populacionais, percebeu-se uma variação percentual do estoque de emprego superior a 60% em todas as faixas populacionais, quando comparados unicamente o número de vínculos ativos dos anos 2000 e 2010. Comparando-se os números para os anos 2010 e 2015, também é possível verificar que o estoque experimentou incremento em todas as faixas, sendo que o maior ocorreu na faixa que agrupou municípios até 5.000 habitantes, e o menor, na de 10.001 a 20.000.

Verificou-se também, ao analisar as médias das variações anuais percentuais de 2000 a 2009, e de 2010 a 2015, a ocorrência de uma redução na média obtida para o último período em análise em todas as faixas. Esta queda nas taxas obtidas no interregno 2010-2015, comparativamente às apresentadas no interregno 2000-2009, foi menor para as faixas cujos municípios apresentavam maior população.

Analisando-se somente os cinco maiores municípios do TMAP, notou-se que eles corresponderam juntos, e em média, a aproximadamente 65% do estoque de emprego formal entre 2010 e 2015, o que certamente denota a importância econômica dos municípios em questão para a dinâmica da mesorregião. Uberlândia respondeu por cerca de 35% do estoque do TMAP; Uberaba, 15%; Patos de Minas, 7%; Ituiutaba, 4%; e Araguari, 4%. Acrescenta-se a isso o fato de que o município de Araxá, muito embora não esteja entre os cinco maiores em termos populacionais (com base no Censo 2010), se colocou, tanto em 2010, quanto em 2015, como quarto maior estoque de emprego da mesorregião.

Comparando-se o estoque de emprego de 2000 e de 2010, a quantidade de vínculos empregatícios ativos aumentou em aproximadamente 59% em Araguari; 63% em Ituiutaba; 62% em Patos de Minas e também em Uberaba; e 81% em Uberlândia. Já entre 2010 e 2015, notou-se que o maior incremento do estoque de emprego ocorreu no município de Uberlândia, cuja variação foi de aproximadamente 18%; em seguida no de Patos de Minas (17%); Ituiutaba (16%); Uberaba (12%); e Araguari (8%).

Com relação às variações anuais que foram apresentadas pontualmente para o ano 2000, e ao longo do período 2010-2015, observou-se que o estoque de emprego formal registrou incremento em todos os anos selecionados, com exceção de 2015. A maior taxa de variação anual positiva ocorreu no ano de 2010 no município de Uberaba (11,3%) (muito embora em 2015, o município tenha apresentado também a maior taxa de retração dos vínculos ativos), e dentre as variações anuais negativas registradas no último ano analisado, a que denotou menor retração foi a de Ituiutaba (-1,8%).

2. Análise Setorial da Evolução do Emprego Formal

2.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A análise setorial aqui proposta será empreendida tendo por base os oito setores definidos pelo IBGE, quais sejam: agropecuária (compreendendo também extração vegetal, caça e pesca); administração pública; comércio; construção civil; extrativa mineral; indústria; serviços; e serviços industriais de utilidade pública.

Destaca-se também que nesta seção do trabalho os dados serão analisados em termos da distribuição, em números absolutos e percentuais, do estoque de emprego por setor para os anos 2000, 2010 e 2015; das variações percentuais anuais do estoque por setor e média dessas variações; e

da variação percentual entre pontas, ou seja, variação entre o estoque de emprego registrado no ano final e inicial de dois interregnos: 2000-2010 e 2010-2015.

A Tabela 2.1 apresenta a distribuição do estoque de emprego formal por setor, e participação relativa deste na conformação do estoque total, no ano 2000 para o Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba:

Tabela 2.1- Estoque de emprego formal por setor (em unidades) e taxa de participação no estoque total (%), em 2000:

Setor	Brasil		Minas Gerais		TMAP	
	Nº Vínculos	Part. (%)	Nº Vínculos	Part. (%)	Nº Vínculos	Part. (%)
Adm. Pública	5.882.952	22,43	423.255	15,1	42.082	13,96
Agropecuária*	1.072.342	4,09	205.794	7,34	41.735	13,84
Comércio	4.252.042	16,21	463.859	16,55	66.186	21,95
Const. Civil	1.094.600	4,17	147.328	5,26	14.418	4,78
Extrat. Mineral	109.615	0,42	27.674	0,99	1.251	0,41
Ind. de Transf.	4.885.683	18,63	491.285	17,52	50.856	16,87
Serviços	8.641.024	32,95	1.009.962	36,03	82.108	27,23
Serv. Ind. Util. Pub	290.371	1,11	34.297	1,22	2.853	0,95
TOTAL	26.228.629	100	2.803.454	100	301.489	100

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Como é possível ver, a partir dos dados da Tabela 2.1, no Brasil, o setor que respondeu por maior parte dos empregos formais no ano 2000 foi o de serviços com 8.641.024 vínculos ativos, correspondendo, portanto, a aproximadamente 33% do estoque total. Em seguida, o de administração pública com 5.882.952 vínculos (cerca de 22% do total), e o da indústria de transformação com 4.885.683 (aproximadamente 19%). Já o extrativista mineral foi o que respondeu pela menor parcela do estoque de emprego, com 109.615 vínculos ativos, o que equivaleu a aproximadamente 0,4% do total.

Em Minas Gerais, o setor que respondeu por maior parte do estoque de emprego em 2000 também foi o de serviços, com 1.009.962 vínculos empregatícios ativos, ou seja, aproximadamente 36% do total. Porém, diferentemente do observado para o país, o segundo lugar na concentração de vínculos coube à indústria de transformação que, com 491.285 deles, equivaleu a cerca de 17,5% do estoque total, seguida do comércio que concentrou 463.859, representando 16,5%. Por outro lado, o setor que respondeu pela menor parcela do estoque de emprego formal, assim como no caso do Brasil, foi o da indústria extrativa mineral, concentrando 27.674 vínculos empregatícios ativos, representou aproximadamente 1% do total.

Na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, reproduzindo a tendência nacional e do estado a que pertence, o setor que mais empregou formalmente foi o de serviços, o qual apresentou 82.108 dos vínculos ativos, 27,2% do estoque de emprego formal; seguido do comércio com 66.186, aproximadamente 22% do total; e da indústria de transformação que com 50.856, ou

seja, cerca de 17%. A menor concentração de emprego formal, novamente, se deu no setor extrativista mineral, o qual deteve apenas 1.251 vínculos ativos, o que correspondeu a um percentual de 0,4% da totalidade destes.

Já a Tabela 2.2 apresenta as mesmas informações para o ano 2010:

Tabela 2.2- Estoque de emprego formal por setor (em unidades) e taxa de participação no estoque total (%), em 2010:

Setor	Brasil		Minas Gerais		TMAP	
	Nº Vínculos	Part (%)	Nº Vínculos	Part (%)	Nº Vínculos	Part (%)
Adm. Pública	8.923.380	20,25	882.428	18,99	67.070	12,79
Agropecuária*	1.409.597	3,20	249.439	5,37	57.298	10,93
Comércio	8.382.239	19,02	889.667	19,15	118.691	22,63
Const. Civil	2.508.922	5,69	308.310	6,63	31.376	5,98
Extrat. Mineral	211.216	0,48	50.027	1,08	1.722	0,33
Ind. de Transf.	7.885.702	17,89	808.188	17,39	92.165	17,58
Serviços	14.345.015	32,55	1.418.619	30,53	151.760	28,94
Serv. Ind. Util. Pub	402.284	0,91	40.213	0,87	4.292	0,82
TOTAL	44.068.355	100	4.646.891	100	524.374	100

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Por meio da Tabela 2.2 é possível notar que, no caso do Brasil, comparando-se os dados de 2000 aos deste ano, os seguintes setores apresentaram aumento de suas participações no estoque de emprego total: comércio (+2,8%), construção civil (+1,5%), e indústria extrativa mineral (+0,06%). Os demais responderam por uma fatia menor do que a que correspondiam no ano 2000, sendo que a maior perda de participação ocorreu na administração pública (-2,2%).

Em Minas Gerais, diferentemente do ocorrido no Brasil, este último setor não só teve sua participação na conformação do estoque de emprego total elevada, como foi o que apresentou maior incremento desta (+3,9%). Também os setores de comércio, construção civil, e a indústria extrativa mineral ganharam participação; ao passo que os demais perderam.

Na mesorregião do TMAP, o ganho de participação ocorreu para o comércio e a construção civil (assim como no caso do país e do estado), além da indústria de transformação e do setor de serviços, sendo este último o que teve maior incremento (+1,7%). Os demais setores tiveram sua participação no estoque de emprego formal reduzida.

A partir da Tabela 2.3 é possível notar que, comparando-se 2010 e 2015, não há significativas transformações na distribuição do estoque de emprego formal por setor. No Brasil e em Minas Gerais, tanto no primeiro, como no último ano, as três maiores taxas de participação no estoque total de emprego formal couberam a serviços, comércio, e administração pública, destacando-se que em 2010, no país, a administração pública ainda detinha parcela maior dos vínculos ativos, comparativamente ao comércio, relação que se inverte em 2015.

Tabela 2.3- Estoque de emprego formal por setor (em unidades) e taxa de participação no estoque total (%), em 2015:

Setor	Brasil		Minas Gerais		TMAP	
	Nº Vínculos	Part (%)	Nº Vínculos	Part (%)	Nº Vínculos	Part (%)
Adm. Pública	9.198.875	19,14	828.346	17,18	68.992	11,41
Agropecuária*	1.500.561	3,12	259.545	5,38	66.759	11,04
Comércio	9.532.622	19,83	995.064	20,64	133.898	22,14
Const. Civil	2.422.664	5,04	271.665	5,63	27.292	4,51
Extrat. Mineral	240.488	0,50	60.108	1,25	4.427	0,73
Ind. de Transf.	7.566.900	15,74	768.036	15,93	96.957	16,03
Serviços	17.151.312	35,69	1.596.109	33,11	201.923	33,39
Serv. Ind. Util. Pub	447.385	0,93	42.243	0,88	4.525	0,75
TOTAL	48.060.807	100	4.821.116	100	604.773	100

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Já na mesorregião do TMAP, é possível notar que as três maiores participações na conformação do estoque de emprego em 2010 corresponderam também aos mesmos setores em 2015, e que, inclusive, a posição que cada setor ocupou nesse âmbito não se modificou. O setor de serviços foi o que apresentou maior taxa, seguido do comércio, e da indústria de transformação, respectivamente. Por outro lado, é evidente a perda de quase dois pontos percentuais por parte desse último, e o ganho de aproximadamente quatro pontos pelo primeiro, em 2015, relativamente a 2010.

A partir dos dados evidenciados até o momento (nas Tabelas 2.1, 2.2, e 2.3), é possível discorrer sobre as principais transformações que se processaram nessa distribuição setorial dos vínculos ativos no decorrer dos dezesseis anos (2000-2015). No país, o setor de serviços continuou respondendo pela maior parte do estoque de emprego formal, com 17.151.312 vínculos ativos, ou seja, 35,7% do total. Em seguida, diferentemente do que se observava em 2000, o comércio ficou em segundo lugar na concentração de vínculos empregatícios ativos, superando a administração pública e a indústria de transformação, detendo uma porção de 9.532.622, aproximadamente 20% do total.

O terceiro lugar coube à administração pública que concentrou 9.198.875 vínculos empregatícios, 19% do estoque total de emprego formal, de modo que a indústria de transformação não se colocou novamente entre as três primeiras posições na concentração de vínculos ativos.

Diante disso, é possível notar, portanto, uma queda na participação da indústria de transformação na conformação de empregos formais, que em 2000 era de aproximadamente 18,6% e em 2015 passou a 15,7%. Ressalta-se ainda que a extrativa mineral continuou com menos de 1% do total de vínculos ativos, representando, por conseguinte, a menor parcela.

Em Minas Gerais, o setor que mais respondeu pelo estoque de emprego formal continuou sendo o de serviços com 1.596.109 dos vínculos ativos, ou seja, 33,1% do total, número inferior ao apresentando no início do período analisado. Em seguida coube ao comércio concentrar a maior

parte dos vínculos empregatícios, 995.064, cerca de 20,6% deles, aumentando em quatro pontos percentuais sua participação relativamente ao ano inicial (2000). Por fim, a administração pública registrou 828.346 dos vínculos, aproximadamente 17% do total, se colocando em terceiro lugar.

Nota-se, portanto, que também no âmbito do estado, a indústria de transformação tem sua participação na conformação de empregos formais reduzida. Já a extrativa mineral, aumentou em dois pontos percentuais sua participação, e foi a vez dos serviços industriais de utilidade pública ocupar a última posição na concentração de vínculos ativos, respondendo por 0,9% do total, ou seja, 42.243, em números absolutos.

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não houve grandes modificações no que diz respeito aos maiores estoques em termos setoriais. O setor de serviços também continuou predominante, com 201.923 vínculos ativos, 33,4% do total, participação superior à apresentada no ano 2000; sucedido pelo comércio com 133.898, 22,1% do total; e da indústria de transformação com 96.957, 16%. A indústria extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública responderam pelas menores parcelas do emprego formal, com 4.427 vínculos ativos no caso da primeira, e 4.525 no do segundo, representando, cada um, aproximadamente 0,7% do estoque total.

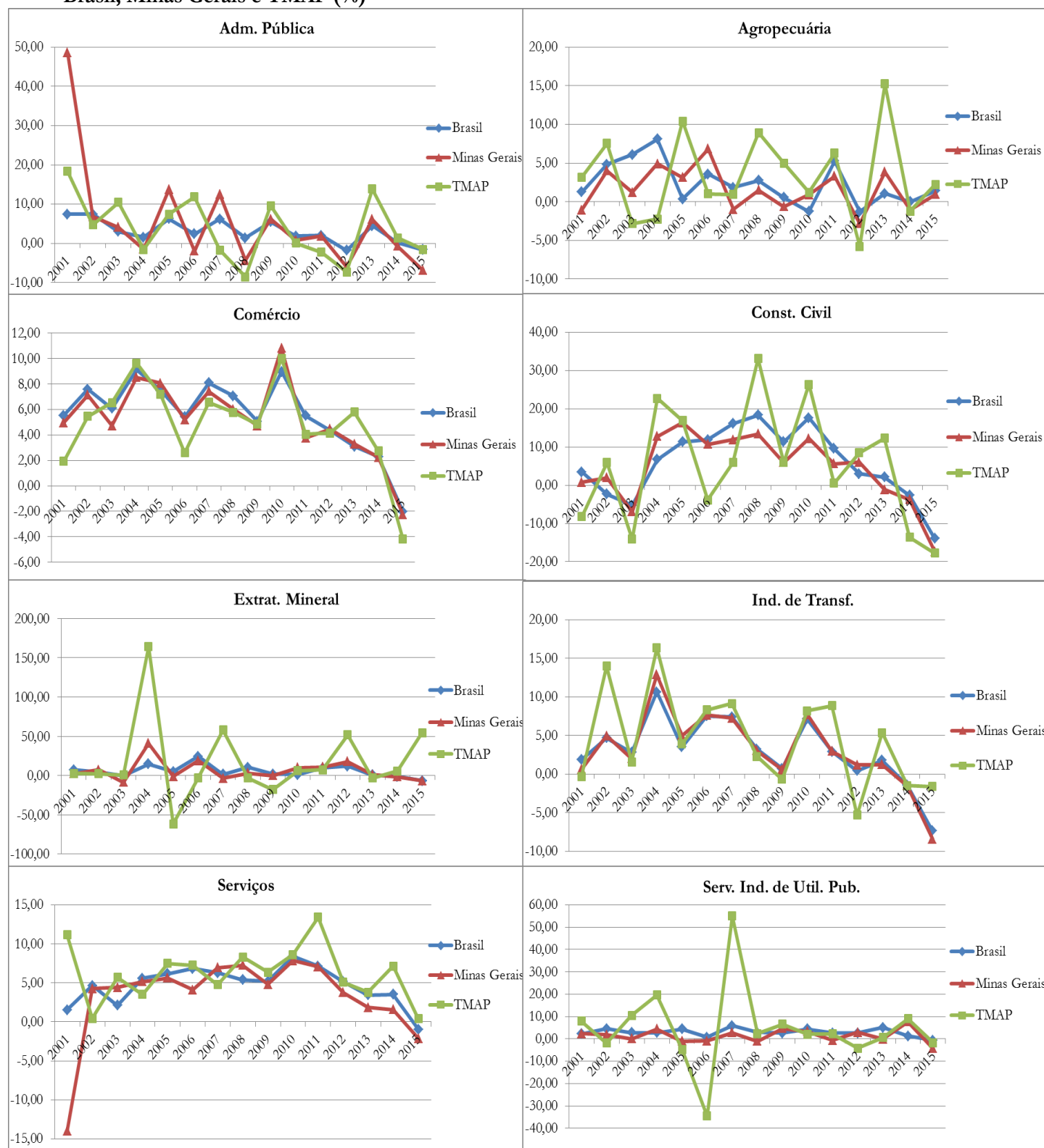
Analisando-se como variou a distribuição do estoque de emprego formal por setor ano a ano, a Tabela 2.4 e a Figura 2.1 apresentam a variação percentual anual dos vínculos ativos no período 2000-2015, para o Brasil, Minas Gerais e mesorregião do TMAP; ao passo que a Tabela 2.5 evidencia as médias das variações anuais nos interregnos 2001-2015, 2001-2009, e 2010-2015:

Tabela 2.4- Variação percentual anual do estoque de emprego formal por setor no período 2000-2015: Brasil, Minas Gerais e TMAP (%)

Brasil																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	7,42	7,41	3,02	1,54	6,26	2,36	6,17	1,36	5,46	1,82	2,02	-1,83	4,51	0,17	-1,68
Agropecuária	-	1,25	4,84	6,10	8,11	0,36	3,58	1,83	2,75	0,53	-1,26	5,26	-1,32	1,05	0,01	1,41
Comércio	-	5,53	7,57	6,07	9,13	7,48	5,41	8,07	7,06	5,04	8,96	5,49	4,34	3,09	2,28	-2,01
Const. Civil	-	3,50	-2,35	-5,25	6,70	11,34	11,89	16,11	18,33	11,37	17,66	9,62	3,00	2,12	-2,66	-13,96
Extrat. Mineral	-	7,34	4,37	0,01	14,42	5,01	24,14	1,23	10,51	1,90	1,14	9,55	12,06	0,80	-1,45	-6,65
Ind. de Transf.	-	1,86	4,69	2,81	10,65	3,49	7,52	7,39	3,23	0,69	7,13	2,89	0,43	1,77	-1,47	-7,39
Serviços	-	1,54	4,66	2,14	5,57	6,16	6,84	6,29	5,41	5,20	8,38	7,16	5,17	3,46	3,51	-0,94
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	2,22	4,57	2,81	2,70	4,36	0,75	5,83	2,94	2,67	4,39	2,60	2,55	5,06	1,22	-0,60
Total	-	3,66	5,50	3,00	6,30	5,83	5,77	6,98	4,88	4,48	6,94	5,09	2,48	3,14	1,27	-3,05
Minas Gerais																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	48,54	6,76	4,05	-1,49	13,66	-1,95	12,51	-4,38	6,17	0,76	1,80	-5,99	6,12	-0,71	-6,92
Agropecuária	-	-1,08	4,00	1,22	4,92	3,14	6,83	-0,99	1,47	-0,65	0,88	3,30	-2,83	3,84	-1,08	0,92
Comércio	-	4,95	7,13	4,70	8,51	8,06	5,18	7,40	6,00	4,70	10,82	3,76	4,45	3,28	2,24	-2,26
Const. Civil	-	0,75	1,94	-6,93	12,74	16,36	10,67	11,89	13,43	5,91	12,19	5,66	6,00	-1,12	-3,72	-17,36
Extrat. Mineral	-	2,27	7,35	-8,79	40,92	-1,30	19,00	-3,44	2,99	-0,30	10,01	10,55	17,68	0,96	-1,83	-6,81
Ind. de Transf.	-	0,60	4,95	2,02	12,90	5,01	7,64	7,24	3,02	0,56	7,72	2,94	1,17	1,21	-1,53	-8,44
Serviços	-	-14,00	4,28	4,42	5,18	5,62	4,10	6,97	7,28	4,80	7,84	7,07	3,75	1,84	1,59	-2,11
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	2,29	1,84	0,08	4,40	-1,04	-0,89	2,79	-1,10	4,59	3,30	-0,59	2,85	-0,17	7,59	-4,34
Total	-	3,22	5,27	3,01	6,21	7,79	4,22	7,80	3,67	3,98	6,80	4,39	1,59	2,61	0,29	-4,94
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	18,33	4,68	10,45	-1,57	7,44	11,82	-1,76	-8,56	9,57	0,08	-2,29	-7,31	13,88	1,36	-1,60
Agropecuária	-	3,17	7,53	-2,83	-2,25	10,40	1,00	0,94	8,94	4,98	1,23	6,29	-5,80	15,25	-1,23	2,23
Comércio	-	1,92	5,46	6,52	9,62	7,17	2,60	6,55	5,75	4,82	10,01	4,04	4,13	5,78	2,73	-4,18
Const. Civil	-	-8,24	5,93	-14,06	22,70	16,90	-3,80	5,97	33,08	5,92	26,40	0,50	8,47	12,26	-13,61	-17,73
Extrat. Mineral	-	2,40	2,26	0,76	164,02	-61,75	-2,78	58,02	-3,22	-18,11	6,10	7,32	51,79	-3,17	5,52	54,47
Ind. de Transf.	-	-0,37	13,98	1,58	16,35	3,91	8,29	9,15	2,29	-0,67	8,21	8,85	-5,32	5,36	-1,50	-1,64
Serviços	-	11,16	0,46	5,69	3,54	7,50	7,28	4,77	8,33	6,38	8,62	13,42	5,09	3,79	7,13	0,39
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	7,89	-1,92	10,50	19,57	-4,74	-34,61	55,01	2,41	6,59	2,07	2,19	-4,20	0,52	9,04	-1,76
Total	-	6,09	5,48	3,93	6,83	6,70	5,44	4,96	5,01	4,86	7,66	6,82	0,65	7,22	1,83	-1,75

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Figura 2.1 - Variação percentual anual do estoque de emprego formal por setor no período 2000-2015: Brasil, Minas Gerais e TMAP (%)



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 2.5 - Média das Variações Anuais do Número de Vínculos Ativos nos períodos 2001-2015, 2001-2009, e 2010-2015 para o Brasil, Minas Gerais e TMAP

Setor de atividade econômica	Período:		
	2001-2015	2001-2009	2010-2015
Brasil			
Adm. Pública	3,07	4,55	0,83
Agropecuária	2,30	3,26	0,86
Comércio	5,57	6,82	3,69
Const. Civil	5,83	7,96	2,63
Extrat. Mineral	5,63	7,66	2,58
Ind. de Transf.	3,05	4,70	0,56
Serviços	4,70	4,87	4,46
Serv. Ind. de Util. Pub.	2,94	3,20	2,54
Total	4,15	5,15	2,65
Minas Gerais			
Adm. Pública	5,26	9,32	-0,82
Agropecuária	1,59	2,09	0,84
Comércio	5,26	6,29	3,71
Const. Civil	4,56	7,42	0,28
Extrat. Mineral	5,95	6,52	5,09
Ind. de Transf.	3,13	4,88	0,51
Serviços	3,24	3,18	3,33
Serv. Ind. de Util. Pub.	1,44	1,44	1,44
Total	3,73	5,02	1,79
TMAP			
Adm. Pública	3,63	5,60	0,69
Agropecuária	3,32	3,54	2,99
Comércio	4,86	5,60	3,75
Const. Civil	5,38	7,15	2,72
Extrat. Mineral	17,57	15,73	20,34
Ind. de Transf.	4,56	6,06	2,33
Serviços	6,24	6,12	6,41
Serv. Ind. de Util. Pub.	4,57	6,75	1,31
Total	4,78	5,48	3,74

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Por meio dos dados apresentados, verifica-se que, em comum às três unidades territoriais analisadas, não houve nenhuma média das variações anuais percentuais com sinal negativo, considerando-se os períodos: 2001-2015 e 2001-2009. Já no período 2010-2015, apenas no estado de Minas Gerais o setor de administração pública evidenciou uma média negativa, da ordem de -0,82%.

Considerando a média das variações anuais de 2001 a 2015, a construção civil foi a que obteve maior média no Brasil, ao passo que em Minas Gerais e na mesorregião do TMAP foi a indústria extrativa mineral. Já com relação às variações do ano 2001 a 2009, tanto no país quanto no estado, o setor da construção civil apresentou maior média, ao passo que na mesorregião foi o extrativista mineral. Por fim, considerando-se as variações de 2010 a 2015, a maior média coube ao setor de serviços em âmbito nacional, ao comércio na dimensão estadual, e novamente à extrativa mineral no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Detendo-se a uma análise mais detalhada das variações em cada setor, verifica-se que na Administração Pública, entre 2001 e 2002, ocorreu uma queda significativa na taxa de variação anual do estoque de emprego formal em Minas Gerais e no TMAP. Além disso, cumpre destacar que as variações percentuais anuais mais acentuadas foram apresentadas pelo estado mineiro, conforme mostram a Tabela 2.4 e Figura 2.1. Nota-se também, a partir da Tabela 2.5, que o período de maior variação positiva média, nos três âmbitos geográficos analisados, correspondeu ao interregno 2001-2009 (sendo que no estado de Minas ocorreu a maior delas), e que entre 2010-2015 ocorreu uma única retração justamente em Minas Gerais (-0,82%).

Na Agropecuária é possível notar que o período se inicia com expansão do estoque de emprego no Brasil, Minas Gerais e TMAP. Também é interessante notar que no país ocorreram apenas duas retrações dos vínculos ativos neste setor (2010 e 2012), ao passo que no estado e mesorregião foram registradas mais ocorrências de decréscimo. Outro ponto de destaque refere-se à maior variação positiva que foi apresentada pelo TMAP entre 2012 e 2013, a qual alcançou aproximadamente 15%. Esse fato parece estar fortemente associado à elevação do estoque de emprego na agropecuária ocorrida no município de Uberlândia entre esses dois anos, conforme será apresentado adiante. Por fim, a Tabela 2.5 evidenciou que o interregno 2001-2009 registrou as maiores médias de variações positivas no estoque de emprego formal, e a maior delas foi apresentada pela mesorregião.

Já no Comércio, observa-se que as variações percentuais anuais ocorridas no número de vínculos ativos foram bastante acentuadas nas três unidades territoriais, evidenciando-se taxas elevadas de variação positiva entre 2001 e 2010. No Brasil e em Minas Gerais registrou-se uma tendência de taxas decrescentes de variação do estoque a partir de 2011, sendo que estas se mostraram negativas apenas no ano de 2015. No TMAP, embora essa tendência não tenha se reproduzido da mesma forma, também ocorreu uma retração no último ano analisado, inclusive a maior delas (-4,18%). Percebe-se também que entre 2009 e 2010, houve uma elevação considerável do estoque no Brasil, Minas Gerais e TMAP, tendo sido a maior no estado mineiro. A Tabela 2.5 revela que o interregno que apresentou maior média das variações anuais foi o compreendido por 2001-2009, e que não se verificou médias negativas em nenhum dos três períodos enfocados.

O setor de Construção Civil apresentou várias oscilações ao longo do período 2001-2015, contudo, é possível verificar que o estoque de emprego inicialmente se elevou no TMAP, e ligeiramente em Minas Gerais, ao passo que decresceu no Brasil. Em seguida, é possível notar uma tendência generalizada de retração dos vínculos ativos entre 2002 e 2003, e uma retomada do crescimento do emprego no setor em 2004, atingindo taxas bastante elevadas em alguns momentos.

A partir de então a Construção Civil registrou uma trajetória descendente do estoque no Brasil a partir de 2010, com retração em 2014 e 2015; em Minas Gerais, a partir de 2012, com

decréscimo em 2013, 2014 e 2015; e no TMAP, um comportamento um tanto diferenciado, em vista das maiores taxas de variação, tanto positivas, quanto negativas, apresentadas pela mesorregião, e sua tendência descendente a partir apenas do ano 2013, com retrações em 2014 e 2015.

Ainda com respeito ao setor da Construção Civil, a Tabela 2.5 revelou que as maiores médias das variações anuais do emprego foram registradas no período 2001-2009, sendo que a maior delas foi evidenciada pelo Brasil (7,96%); apesar da mesorregião do TMAP ter exibido as mais elevadas taxas de variação anual positiva no interregno 2000-2015 (pelo fato de também ter apresentado as maiores variações negativas, na média, sua variação para o período 2001-2009 foi um pouco menor que a do país).

Já na indústria Extrativa Mineral, percebe-se que o comportamento do emprego foi muito semelhante no Brasil e em Minas Gerais. Comum às três unidades territoriais analisadas foi a elevação abrupta no estoque ocorrida entre 2003 e 2004, tendo sido a maior delas apresentada pela mesorregião (164,02%)⁵. Já no ano seguinte, 2005, as taxas decrescem e, inclusive, se torna negativa no TMAP. Nota-se também uma trajetória decrescente das variações anuais a partir de 2012 no Brasil e em Minas, resultando em retração dos vínculos em 2014 e 2015. Diferentemente disso, no TMAP, apesar de uma retração em 2013, os anos 2014 e 2015 exibiram elevação do estoque de emprego na mesorregião. Por fim, a Tabela 2.5 apresentou que, enquanto no Brasil e em Minas Gerais o interregno que exibiu maior média das variações anuais foi o que compreendeu o período 2001-2009, no TMAP este correspondeu ao intervalo 2010-2015 (20,34%).

Com relação à Indústria de Transformação, nota-se que no Brasil e em Minas Gerais ocorreram apenas duas retrações no estoque de emprego desse setor, quais sejam, 2014 e 2015. Já na mesorregião do TMAP registrou-se a ocorrência de cinco decréscimos no número de vínculos ativos. De um modo geral, percebe-se trajetórias decrescentes da taxa de variação anual entre 2006 e 2009, e entre 2013 e 2015. Com base na Tabela 2.5 é possível verificar que as maiores médias das variações anuais encontram-se no período 2001-2009, e que em todos os três interregnos analisados as médias mais elevadas de variação anual dos vínculos ativos foram registradas pelo TMAP, já que apesar das maiores quedas, a mesorregião também evidenciou as maiores elevações anuais no estoque de emprego ao longo de todo o período considerado.

O setor de Serviços inicia o período com uma elevada taxa de variação anual negativa no ano 2001 no caso do estado de Minas Gerais, e taxas positivas no Brasil e no TMAP, apesar da queda apresentada por este já no ano seguinte. De um modo geral, as variações anuais do emprego neste setor foram consideravelmente elevadas entre 2005 e 2011, e apresentaram tendência decrescente a partir de 2012 no país e no estado, e a partir de 2014 na mesorregião. Nota-se também, a partir da

⁵ Ressalta-se que os números absolutos no setor extrativista mineral são relativamente baixos, conforme a própria participação deste no estoque total de mão de obra empregada já parece indicar. Em virtude disso, é importante se ter em mente que quaisquer variações no número de vínculos ativos tende a se manifestar em altas variações percentuais.

Tabela 2.5, que enquanto no Brasil a maior média das variações anuais foi apresentada no intervalo 2001-2009, em Minas e no TMAP foi no interregno 2010-2015. Ressalta-se ainda que a média mais elevada foi a do TMAP (6,41%).

Com respeito aos Serviços Industriais de Utilidade Pública, é possível notar um comportamento relativamente semelhante entre as variações ocorridas em Minas Gerais e no Brasil, com a presença de taxas menores quando comparadas às apresentadas pelo TMAP⁶. Neste último, ocorrem grandes variações entre 2002 e 2007, sendo algumas referentes a elevação do estoque de emprego e outras a decréscimo. A maior retração anual foi apresentada em 2006 pela mesorregião (-34,61%), e o maior incremento dos vínculos ativos também foi exibido pelo TMAP em 2007 (55,01%). A Tabela 2.5 mostrou que as maiores médias das variações anuais no Brasil e no TMAP foram no período 2001-2009, ao passo que em Minas Gerais verificou-se uma mesma média nos três períodos considerados (1,44%). Novamente, a maior média das variações correspondeu à do TMAP (6,75%).

Por fim, a Tabela 2.6 apresenta as variações percentuais ocorridas entre as “pontas” de dois intervalos: 2000-2010 e 2010-2015. Desse modo, a referida tabela evidencia a variação no estoque de emprego formal tomando por base apenas os anos 2000 e 2010, no caso do primeiro interregno; e com base apenas nos anos 2010 e 2015, tratando-se do segundo.

Tabela 2.6- Variação percentual do estoque de emprego formal por setor entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015 (%):

Setor	Anos	Brasil	Minas Gerais	TMAP
Adm. Pública	2000/2010	51,68	108,49	59,38
	2010/2015	3,09	-6,13	2,87
Agropecuária	2000/2010	31,45	21,21	37,29
	2010/2015	6,45	4,05	16,51
Comércio	2000/2010	97,13	91,80	79,33
	2010/2015	13,72	11,85	12,81
Const. Civil	2000/2010	129,21	109,27	117,62
	2010/2015	-3,44	-11,89	-13,02
Extrat. Mineral	2000/2010	92,69	80,77	37,65
	2010/2015	13,86	20,15	157,08
Ind. de Transf.	2000/2010	61,40	64,50	81,23
	2010/2015	-4,04	-4,97	5,2
Serviços	2000/2010	66,01	40,46	84,83
	2010/2015	19,56	12,51	33,05
Serv. Ind. Util. Pub	2000/2010	38,54	17,25	50,44
	2010/2015	11,21	5,05	5,43
Total	2000/2010	68,02	65,76	73,93
	2010/2015	9,06	3,75	15,33

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

⁶O mesmo comentário acerca dos números absolutos no setor extrativista mineral se aplicam a serviços industriais de utilidade pública no TMAP.

A partir da Tabela 2.6 é possível notar que nos primeiros anos considerados, quais sejam, 2000 e 2010, todos os setores exibiram substancial elevação do estoque de emprego formal, tanto no Brasil, quanto em Minas Gerais, bem como na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

No caso do Brasil, o setor cujo estoque de emprego formal apresentou maior incremento, considerando os anos 2000 e 2010, foi o da construção civil (129,2%), resultado que pode ser atribuído em alguma medida a programas como o de aceleração do crescimento (PAC), no qual o foco foi em obras de infraestrutura; e ao Programa Minha Casa Minha Vida, em que o objetivo residia na tentativa de redução do déficit habitacional do país. Soma-se a isso, a reformulação das condições de financiamento habitacional que permitiram maior acesso da população em geral ao crédito para essa finalidade.

Em seguida o comércio e a indústria extrativa mineral foram os setores que apresentaram as maiores taxas de variação, respectivamente, 97,1% e 92,7%. Por outro lado, o setor que registrou menor variação foi o da agropecuária (que inclui extração vegetal, caça e pesca), cuja taxa foi de 31,5%.

Em Minas Gerais, a construção civil também apresentou o maior incremento do estoque de emprego (109,3%), considerando os anos 2000 e 2010, seguida de perto pela administração pública com 108,5%. O terceiro maior incremento de vínculos ativos foi registrado para o comércio, a uma taxa de 91,8%. O setor cujo estoque menos cresceu no estado foi o de serviços industriais de utilidade pública (17,3%).

No TMAP, reproduzindo de perto a tendência observada para o país e para o estado de Minas, a liderança coube à construção civil, cujo estoque de emprego elevou-se a uma taxa de 117,6%. O segundo maior incremento no estoque formal ocorreu em serviços, cuja taxa foi de 84,8%, seguido de perto pela indústria de transformação com 81,2%. O setor em que os vínculos ativos exibiram menor taxa de variação percentual foi o da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (37,3%).

Analisando-se agora os anos 2010 e 2015, é possível observar uma primeira distinção em relação à análise temporal anterior, a qual é registrada tanto para o Brasil, como para Minas Gerais e para o TMAP: a existência de retração no estoque de emprego em pelo menos um dos setores. Também em comum a todos os casos, o fato de a construção civil ser um deles.

No Brasil, o setor cujo estoque de emprego mais aumentou foi o de serviços com 19,6%; seguido da indústria extrativa mineral (13,9%) e do comércio (13,7%). Registra-se a ocorrência de retração no emprego formal na construção civil (-3,4%) e na indústria de transformação (-4,0%).

Já em Minas Gerais foi a indústria extrativa mineral que mais cresceu, em termos de estoque de emprego formal, com 20,2%; em seguida o setor de serviços com 12,5%; e o comércio com 11,8%. À semelhança do observado para o país, a construção civil e a indústria de transformação

sofrem retração (-11,9%, e -5%, respectivamente). Porém, adicionalmente a esses dois setores, a administração pública também registrou um significativo decréscimo (-6,1%) no estado mineiro.

Na mesorregião do TMAP a maior variação percentual positiva do estoque de emprego formal também foi exibida pela indústria extrativa mineral, com a impressionante taxa de 157,1%. O setor foi acompanhado, em seguida, pelo de serviços com 33,1%, e pela agropecuária com 16,5%. A única retração registrada foi para a construção civil (-13%), a um nível mais elevado que o observado para o país e para o estado de Minas.

Em suma, no segundo momento analisado (anos 2010 e 2015), o setor de serviços manteve a ampliação do estoque de emprego formal a taxas relativamente elevadas para os três níveis geográficos aqui analisados; a construção civil exibiu significativa retração; e a indústria de transformação também apresentou relevante decréscimo no número de vínculos empregatícios concentrados, tanto no país, quanto no estado, mas, por outro lado, na mesorregião do TMAP esse setor continuou a expandir o estoque de emprego.

Por fim, a fim de tecer algumas considerações finais à análise do emprego formal por setores no Brasil, Minas Gerais e TMAP, entre 2000 e 2015, é possível destacar algumas constatações importantes com respeito à participação dos setores na conformação do estoque de emprego formal das referidas unidades territoriais, e também com relação às principais variações no número de vínculos ativos em cada setor.

No país, o setor de serviços respondeu pela maior parte do estoque de emprego formal no período, apresentando 17.151.312 vínculos ativos em 2015, ou seja, 35,7% do estoque total. Em seguida, diferentemente do que se observava ao início da série, ou seja, no ano 2000, o comércio ocupou a segunda posição em termos de concentração de vínculos empregatícios ativos, superando a administração pública e a indústria de transformação, detendo uma porção de 9.532.622, aproximadamente 20% do total, em 2015. O terceiro lugar coube à administração pública que concentrou 9.198.875 vínculos empregatícios, 19% do estoque total de emprego formal, de modo que a indústria de transformação não se colocou novamente entre as três primeiras posições na concentração de vínculos ativos, o que denotou uma queda na participação desse setor no período analisado.

Em Minas Gerais, o setor que mais respondeu pelo estoque de emprego formal continuou sendo o de serviços com 1.596.109 dos vínculos ativos, ou seja, 33,1% do total, número inferior ao apresentando no início do período analisado. Em seguida coube ao comércio concentrar a maior parte dos vínculos empregatícios, 995.064, cerca de 20,6% deles, aumentando em quatro pontos percentuais sua participação relativamente ao ano inicial (2000). Por fim, a administração pública registrou 828.346 dos vínculos, aproximadamente 17% do total, se colocando em terceiro lugar.

No TMAP, não houve grandes modificações no que diz respeito aos maiores estoques em termos setoriais. O setor de serviços também continuou predominante, com 201.923 vínculos ativos, 33,4% do total em 2015 (participação superior à apresentada no ano 2000); sucedido pelo comércio com 133.898, 22,1% do total; e da indústria de transformação com 96.957, 16%. A indústria extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública responderam pelas menores parcelas do emprego formal, com 4.427 vínculos ativos no caso da primeira, e 4.525 no do segundo, representando, cada um, aproximadamente 0,7% do estoque total.

Com relação às variações registradas no decorrer do período para o estoque de emprego distribuído setorialmente verificou-se que as maiores médias das variações percentuais anuais, considerando-se as variações de 2001 a 2015, ocorreram na construção civil no caso do Brasil, e na indústria extrativa mineral nos casos de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Levando-se em conta as variações de 2001 a 2009, as maiores médias no país e estado foram registradas pela construção civil, e na mesorregião pelo setor extrativista mineral, novamente. Tomando-se apenas as variações de 2010 até 2015, as maiores médias foram evidenciadas por serviços no Brasil, comércio em Minas Gerais, e indústria extrativa mineral no TMAP.

Ressalta-se que as mesmas observações tecidas acerca das maiores médias das variações percentuais anuais foram verificadas quando a análise foi feita sob o enfoque das variações percentuais entre o ano inicial de um período e seu ano final, conforme evidenciado na Tabela 2.6. Adicionalmente, verificou-se que quando analisadas as médias das variações percentuais anuais, ao longo do período 2010-2015, registrou-se apenas uma média com sinal negativo (denotando retração): no estado de Minas Gerais para a administração pública.

Por outro lado, quando analisados apenas os estoques de emprego do ano inicial e final de dois interregnos (2000-2010 e 2010-2015), observou-se que no segundo interregno houve as seguintes variações negativas, as quais denotaram, portanto, retração: nos setores da construção civil e da indústria de transformação no Brasil; nestes mesmos setores e na administração pública em Minas Gerais; e apenas na construção civil no caso do TMAP.

2.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)

Aprofundando a análise para a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a Tabela 2.7 apresenta a distribuição do estoque de emprego formal por setor e participação relativa deste no estoque total, no ano 2000, para os municípios do TMAP agrupados por faixas populacionais.

Tabela 2.7- Estoque de emprego formal por setor nos municípios do TMAP por faixas populacionais – 2000 (número de vínculos ativos, e participação relativa percentual):

Setor		Até 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Adm. Pública	Nº Vinc	2.400	3.345	5.357	6.329	6.091	8.605	9.955
	Part (%)	36,71	31,38	23,78	19,37	14,04	10,20	9,82
Agropecuária	Nº Vinc	2.530	3.392	8.593	8.019	6.186	7.546	5.469
	Part (%)	38,70	31,82	38,14	24,55	14,26	8,95	5,39
Comércio	Nº Vinc	241	802	2.661	5.725	10.984	18.848	26.925
	Part (%)	3,69	7,52	11,81	17,52	25,31	22,35	26,56
Const. Civil	Nº Vinc	51	239	192	634	2.279	4.486	6.537
	Part (%)	0,78	2,24	0,85	1,94	5,25	5,32	6,45
Extrat. Mineral	Nº Vinc	481	70	30	126	198	160	186
	Part (%)	7,36	0,66	0,13	0,39	0,46	0,19	0,18
Ind. de Transf.	Nº Vinc	584	2.162	2.776	6.971	6.496	17.087	14.780
	Part (%)	8,93	20,28	12,32	21,34	14,97	20,26	14,58
Serviços	Nº Vinc	233	479	2.602	4.676	10.305	26.815	36.998
	Part (%)	3,56	4,49	11,55	14,31	23,75	31,80	36,50
Serv. Ind. Util. Pub	Nº Vinc	17	171	320	189	851	781	524
	Part (%)	0,26	1,60	1,42	0,58	1,96	0,93	0,52
Total	Nº Vinc	6.537	10.660	22.531	32.669	43.390	84.328	101.374
	Part (%)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Nota-se por meio dos dados apresentados que os municípios cuja população compreendeu até 50.000 habitantes (as quatro primeiras faixas populacionais acima colocadas na tabela), o setor agropecuário, de extração vegetal caça e pesca foi o que exibiu maior participação no estoque de emprego formal, chegando a concentrar 37% dos vínculos ativos nos municípios até 5.000 habitantes. Em seguida, foram os setores de administração pública e da indústria de transformação que responderam por maior parcela do emprego formal nesses mesmos municípios.

Nos municípios inseridos na quinta faixa populacional, quais sejam, os que apresentaram de 50.001 a 100.000 habitantes, o setor de comércio foi o que apresentou maior participação no estoque de emprego formal, concentrando aproximadamente 25% dos vínculos ativos em 2000, seguido de serviços, cuja taxa se aproximou de 24%, e da indústria de transformação, um pouco mais atrás, com 15%.

Nos municípios maiores em termos populacionais, cuja população ultrapassou 100.000 habitantes, o setor de serviços foi o que mais concentrou o estoque de emprego formal, chegando a 36% no caso da faixa que compreendeu mais de 500.000 habitantes (município de Uberlândia, apenas), em seguida o de comércio que concentrou mais de 20% em ambas as faixas, e a indústria de

transformação com 20% na faixa de 100.001 a 500.000, e aproximadamente 15% na de mais de 500.000.

Em todas as faixas populacionais a menor concentração de emprego se deu nos serviços industriais de utilidade pública que, em geral teve participação inferior a 2% do total; e na indústria extrativa mineral que não alcançou nem 1%, com exceção da faixa até 5.000 habitantes, na qual a participação desse setor foi bem mais elevada, alcançando cerca de 7% do estoque total de emprego formal.

A Tabela 2.8 apresenta as informações para o ano 2010:

Tabela 2.8-Estoque de emprego formal por setor nos municípios do TMAP por faixas populacionais – 2010 (número de vínculos ativos, e participação relativa percentual):

Setor		Até 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Adm. Pública	Nº Vinc	4.630	5.055	9.610	8.469	9.812	13.269	16.225
	Part(%)	34,49	24,48	21,66	15,49	13,70	10,00	8,85
Agropecuária	Nº Vinc	4.483	5.668	13.896	12.019	7.000	8.940	5.292
	Part(%)	33,40	27,45	31,32	21,98	9,78	7,00	2,89
Comércio	Nº Vinc	826	1.992	6.296	12.668	18.556	33.817	44.536
	Part(%)	6,15	9,65	14,19	23,17	25,91	25,00	24,29
Const. Civil	Nº Vinc	705	164	772	1.128	4.005	11.807	12.795
	Part(%)	5,25	0,79	1,74	2,06	5,59	9,00	6,98
Extrat. Mineral	Nº Vinc	554	37	72	203	318	311	227
	Part(%)	4,13	0,18	0,16	0,37	0,44	0,20	0,12
Ind. de Transf.	Nº Vinc	1.729	6.006	9.795	11.351	12.617	23.470	27.197
	Part(%)	12,88	29,09	22,07	20,76	17,62	17,00	14,83
Serviços	Nº Vinc	496	1.562	3.691	8.603	18.946	43.474	74.988
	Part(%)	3,70	7,57	8,32	15,73	26,46	32,00	40,89
Serv. Ind. Util. Pub	Nº Vinc	–	163	241	239	357	1.181	2.111
	Part(%)	–	0,79	0,54	0,44	0,50	1,00	1,15
Total	Nº Vinc	13.423	20.647	44.373	54.680	71.611	136.269	183.371
	Part(%)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Em 2010, já é possível notar algumas alterações no que diz respeito à participação dos setores na conformação do estoque de emprego formal. Nos municípios inseridos na primeira faixa, ou seja, cuja população compreendeu até 5.000 habitantes, a participação da administração pública superou a da agropecuária, com 34% do total, seguida de perto por esta última com 33%, e da indústria de transformação com aproximadamente 13%.

Na segunda faixa populacional, de 5.001 a 10.000 habitantes, a maior concentração de vínculos ativos ocorreu na indústria de transformação, com quase 30% do estoque total, superando

a agropecuária, cuja taxa foi 27%, e administração pública com 24,%, o que denota uma mudança em relação ao ano 2000.

Na terceira faixa populacional, de 10.001 a 20.000 habitantes, a agropecuária continuou sendo o setor que mais concentrou vínculos ativos, com uma participação de 31%, em seguida a indústria de transformação com 22%, e a administração pública com 22%.

Já na quarta faixa populacional, de 20.001 a 50.000 habitantes, o comércio passou a ocupar a primeira posição na concentração de vínculos empregatícios ativos, apresentando uma taxa de participação de 23%, seguido da agropecuária com 22%, e da indústria de transformação com 21%, o que denota uma nítida perda de participação da administração pública que em 2000 ocupava a terceira posição na conformação do estoque de emprego formal.

Nas demais faixas populacionais, cujo número de habitantes ultrapassou 50.000, a distribuição do emprego formal entre os setores se deu de forma bastante semelhante entre si. O setor que apresentou maior taxa de participação na concentração de vínculos ativos foi o de serviços, tendo alcançado aproximadamente 41% no caso da faixa correspondente a mais de 500.000 habitantes, em seguida o de comércio, que ultrapassou 20% nas três faixas, e da indústria de transformação com cerca de 15% na de mais de 500.000, e 7% no caso da faixa de 100.001 a 500.000, e 18% na faixa de 50.001 a 100.000

A Tabela 2.9 apresenta os dados da distribuição do estoque de emprego formal por faixas populacionais do TMAP em 2015. É possível notar que a agropecuária retoma a posição de maior concentradora dos vínculos empregatícios ativos (cerca de 34%), na faixa que compreende municípios cuja população não ultrapassou 5.000 habitantes, em seguida a administração pública que deteve aproximadamente de 29% do estoque de emprego formal, e a indústria de transformação com 16%.

Na segunda faixa, qual seja, de 5.001 a 10.000 habitantes, a indústria de transformação se manteve, seguindo a tendência apresentada em 2010, como maior concentradora do estoque de emprego formal, com aproximadamente 30%, seguida da administração pública e da agropecuária, ambas com aproximadamente 22%.

Na terceira faixa populacional, de 10.001 a 20.000, a agropecuária continuou, tal como em 2000 e também em 2010, como o setor que mais concentrou vínculos empregatícios ativos, alcançando uma participação de quase 30%. Em seguida foi a administração pública, com 22%; e a indústria de transformação com aproximadamente 19%.

Na quarta faixa populacional, de 20.001 a 50.000 habitantes o comércio manteve-se em primeiro lugar na conformação do estoque de emprego formal, com uma taxa de participação de 23%, seguido da agropecuária com 21% e da indústria de transformação com cerca de 19 %.

Nas demais faixas populacionais, ou seja, acima de 50.000 habitantes, a distribuição do emprego formal setorialmente quase não se alterou, mantendo-se serviços à frente dos demais na concentração de vínculos empregatícios ativos, chegando a quase 50% no caso da faixa de mais de 500.000 habitantes, em seguida o comércio com mais de 20% de participação no total, e a indústria de transformação com participações próximas de 18% no caso das duas faixas abaixo de 500.000, e de 10% no caso da de mais de 500.000.

Tabela 2.9-Estoque de emprego formal por setor nos municípios do TMAP por faixas populacionais – 2015 (número de vínculos ativos, e participação relativa percentual):

Setor		Até 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Adm. Pública	Nº Vinc	4.824	5.480	10.095	9.663	10.176	14.813	13.941
	Part (%)	29,48	21,82	21,94	15,22	11,99	9,67	6,46
Agropecuária	Nº Vinc	5.502	5.442	13.762	13.284	7.599	8.880	12.290
	Part (%)	33,62	21,67	29,91	20,92	8,96	5,79	5,70
Comércio	Nº Vinc	926	3.093	7.411	14.728	22.333	36.630	48.777
	Part (%)	5,66	12,32	16,11	23,19	26,32	23,90	22,61
Const. Civil	Nº Vinc	322	882	603	1.245	3.906	8.440	11.894
	Part (%)	1,97	3,51	1,31	1,96	4,60	5,51	5,51
Extrat. Mineral	Nº Vinc	1.649	55	120	232	1.828	354	189
	Part (%)	10,08	0,22	0,26	0,37	2,15	0,23	0,09
Ind. de Transf.	Nº Vinc	2.638	7.551	8.523	12.269	15.648	28.244	22.084
	Part (%)	16,12	30,07	18,52	19,32	18,44	18,43	10,24
Serviços	Nº Vinc	503	2.472	5.315	11.797	23.082	54.730	104.024
	Part (%)	3,07	9,85	11,55	18,58	27,20	35,72	48,23
Serv. Ind. Util. Pub	Nº Vinc	2	134	181	279	283	1.145	2.501
	Part (%)	0,01	0,53	0,39	0,44	0,33	0,75	1,16
Total	Nº Vinc	16.366	25.109	46.010	63.497	84.855	153.236	215.700
	Part (%)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Em suma, é possível sintetizar algumas informações relevantes para caracterização da distribuição do estoque de emprego formal por setor nos municípios agregados por faixa populacional, durante o período em análise, dentre elas: a maior participação da agropecuária, da administração pública e da indústria de transformação na conformação do estoque de emprego formal nos municípios menores (em termos populacionais); a maior participação de serviços, do comércio, e da indústria de transformação nos maiores; taxas de participação relativamente mais elevadas deste último setor nas faixas populacionais menores; e a notória perda de participação desse setor na faixa populacional mais elevada, qual seja, a de mais de 500.000 habitantes (que se resume ao município de Uberlândia).

Em termos de variação percentual do estoque de emprego formal, a Tabela 2.10 reúne as médias das variações percentuais anuais considerando três períodos distintos: 2001-2015; 2001-2009; e 2010-2015. O anexo II apresenta uma tabela com todas as variações anuais percentuais do estoque de emprego por setor para as faixas populacionais do TMAP, no período 2000-2015.

Considerando as médias de todas as variações anuais do estoque de emprego por setores no período 2001-2015, verifica-se que nas faixas populacionais que concentraram até 20.000 habitantes, o setor que apresentou maior média de variação positiva foi o da construção civil, tendo chegado a 46,6% no caso da faixa de 10.001 a 20.000; e também nota-se que a menor média, a qual denotou inclusive retração dos vínculos ativos, foi registrada no setor de serviços industriais e de utilidade pública para as referidas faixas.

Na faixa de 20.001 a 50.000 habitantes a maior média positiva das variações anuais ocorreu em serviços industriais de utilidade pública. Ressalta-se que não houve registro de média negativa nesta faixa para o período em questão, tendo sido a menor média positiva registrada no valor de 3,57% para o setor da agropecuária.

As demais faixas com população superior a 50.000 habitantes apresentaram maiores médias de variação anual positiva no setor extrativista mineral, tendo alcançado 58,53% na faixa de mais de 500.000 (município de Uberlândia)⁷. Para a faixa de 50.001 a 100.000 habitantes a menor média foi verificada para o setor de serviços industriais e utilidade pública, a qual também implicou em retração do estoque. Na faixa de 100.001 a 500.000 a menor média foi registrada para agropecuária, mas não denotou decréscimo dos vínculos ativos; e na faixa de mais de 500.000 habitantes, para a administração pública, também sem ter resultado em retração do estoque.

Levando em conta o período 2001-2009, observa-se que a construção civil exibiu a maior média positiva das variações anuais nas faixas cuja população compreendeu até 50.000 habitantes, excetuando-se a faixa de 5.001 a 10.000 habitantes, uma vez que nesta foi a indústria de transformação que o fez. Na faixa de 50.001 a 100.000 habitantes, também foi a indústria de transformação que deteve maior média das variações, ao passo que nas faixas superiores a 100.000 foi a indústria extrativa mineral.

As menores médias ocorreram no setor de serviços industriais e utilidade pública para as faixas de até 5.000 habitantes; de 10.001 a 20.000; e de 50.001 a 100.000, tendo se apresentado, inclusive, negativa em todas elas. Já nas faixas de 20.001 a 50.000; de 100.001 a 500.000; e de mais de 500.000 habitantes, as menores médias foram evidenciadas pela agropecuária, porém, sem chegar a resultar em decréscimo no estoque do setor em nenhuma delas. O setor extrativista mineral teve a menor média na faixa 5.001 a 10.000 habitantes.

⁷ Ressalta-se que os números absolutos de pessoas empregadas no setor extrativista mineral são pequenos e que, por conseguinte, qualquer variação no estoque resulta em uma elevada variação relativa (percentual).

No período 2010-2015, verifica-se que a indústria extrativa mineral apresentou as maiores médias das variações anuais do estoque de emprego formal no caso das seguintes faixas populacionais: até 5.000 habitantes; de 10.001 a 20.000; de 20.001 a 50.000; e de 50.001 a 100.000. Já para a faixa de 5.001 a 10.000 foi a construção civil que o fez; o setor de serviços na faixa de 100.001 a 500.000 habitantes; e a agropecuária no caso da faixa de mais de 500.000 habitantes (Uberlândia).

Cumprir destacar que no período em questão, todas as faixas populacionais apresentaram pelo menos uma média negativa das variações percentuais anuais referentes ao número de vínculos ativos. No caso das faixas de até 5.000; de 5.001 a 10.000; e de 50.001 a 100.000 habitantes, o setor de serviços industriais e utilidade pública exibiu as maiores médias negativas; nas faixas de 10.001 a 20.000; e de 20.001 a 50.000 habitantes, foi a construção civil; na faixa de 100.001 a 500.000 foi a agropecuária; e na faixa de mais de 500.000 foi a indústria de transformação.

Tabela 2.10- Média das Variações Anuais do Número de Vínculos Ativos nos períodos 2001-2015, 2001-2009, e 2010-2015 para os municípios do TMAP por faixas populacionais (%)

Período	Faixa	Adm. Pública	Agropecuária	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total
2001-2015	Até 5.000	5,01	6,71	10,19	34,58	14,52	12,88	9,06	-31,69	6,52
2001-2009		7,40	9,71	13,52	61,46	1,86	17,26	13,44	-30,89	8,93
2010-2015		1,42	2,22	5,18	-5,73	33,51	6,31	2,50	-34,52	2,91
2001-2015	De 5.001 a 10.000	4,07	5,28	10,06	34,72	0,32	11,37	13,63	-0,69	6,24
2001-2009		6,34	6,36	9,19	11,18	-8,90	15,98	14,50	2,77	7,18
2010-2015		0,66	3,67	11,37	70,05	14,14	4,46	12,33	-5,88	4,83
2001-2015	De 10.001 a 20.000	4,85	3,49	7,26	46,60	15,49	9,49	5,63	-3,24	4,97
2001-2009		6,42	6,51	9,34	79,82	15,60	12,22	4,28	-3,32	6,89
2010-2015		2,49	-1,03	4,14	-3,25	15,33	5,39	7,66	-3,12	2,09
2001-2015	De 20.001 a 50.000	3,59	3,57	6,55	7,36	5,28	4,25	6,40	8,41	4,58
2001-2009		5,68	3,81	7,97	14,67	3,91	4,96	6,00	10,72	5,53
2010-2015		0,46	3,22	4,42	-3,62	7,34	3,18	7,00	4,96	3,16
2001-2015	De 50.001 a 100.000	4,00	1,54	4,88	5,25	26,07	6,35	5,59	-2,53	4,60
2001-2009		5,89	1,09	5,25	7,03	6,63	7,88	5,70	-3,73	4,97
2010-2015		1,16	2,22	4,32	2,59	55,23	4,05	5,42	-0,73	4,04
2001-2015	De 100.001 a 500.000	4,39	1,30	4,57	6,23	17,74	3,46	4,92	3,72	4,10
2001-2009		5,65	2,25	5,77	8,21	28,10	2,83	4,71	6,16	4,51
2010-2015		2,51	-0,12	2,78	3,27	2,20	4,40	5,24	0,05	3,49
2001-2015	Mais de 500.000	2,88	11,43	4,18	5,39	58,53	3,51	7,31	17,41	5,21
2001-2009		5,58	1,89	4,49	5,73	98,76	7,16	7,40	26,53	5,77
2010-2015		-1,16	25,74	3,71	4,87	-1,82	-1,97	7,17	3,74	4,36

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

A Tabela 2.11 apresenta as variações percentuais entre os estoques de emprego do primeiro e o último ano de dois interregnos: 2000-2010; e 2010-2015.

Tabela 2.11-Variação Percentual do Emprego Formal nos Setores entre os anos 2000 e 2010; e 2010 e 2015 (%) - Faixas populacionais do TMAP

Setor	Período	Até 5.000	5.001-10.000	10.001-20.000	20.001-50.000	50.001-100.000	100.001-500.00	Mais de 500.000
Adm. Pública	2000/2010	92,92	51,12	79,39	33,81	61,09	54,20	62,98
	2010/2015	4,19	8,41	5,05	14,10	3,71	11,64	-14,08
Agropecuária	2000/2010	77,19	67,10	61,71	49,88	13,16	18,47	-3,24
	2010/2015	22,73	-3,99	-0,96	10,53	8,56	-0,67	132,24
Comércio	2000/2010	242,74	148,38	136,60	121,28	68,94	79,42	65,41
	2010/2015	12,11	55,27	17,71	16,26	20,35	8,32	9,52
Const. Civil	2000/2010	1282,35	-31,38	302,08	77,92	75,73	163,20	95,73
	2010/2015	-54,33	437,80	-21,89	10,37	-2,47	-28,52	-7,04
Extrat. Mineral	2000/2010	15,18	-47,14	140,00	61,11	60,61	94,38	22,04
	2010/2015	197,65	48,65	66,67	14,29	474,84	13,83	-16,74
Ind. de Transf.	2000/2010	196,06	177,80	252,85	62,83	94,23	37,36	84,01
	2010/2015	52,57	25,72	-12,99	8,09	24,02	20,34	-18,80
Serviços	2000/2010	112,88	226,10	41,85	83,98	83,85	62,13	102,68
	2010/2015	1,41	58,26	44,00	37,13	21,83	25,89	38,72
Serv. Ind. Util. Pub	2000/2010	-100,00	-4,68	-24,69	26,46	-58,05	51,22	302,86
	2010/2015	-	-17,79	-24,90	16,74	-20,73	-3,05	18,47
Total	2000/2010	105,34	93,69	96,94	67,38	65,04	61,59	80,89
	2010/2015	21,93	21,61	3,69	16,12	18,49	12,45	17,63

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Comparando-se o primeiro e o último ano do interregno 2000-2010, a construção civil foi o setor cujo estoque de emprego formal mais se elevou para os municípios das seguintes faixas populacionais: até 5.000 habitantes; 10.001 a 20.000; e 100.001 a 500.000. Já na faixa de 5.001 a 10.000 habitantes a maior variação percentual positiva foi registrada pelo setor de serviços.

Nos municípios cuja população compreendia entre 20.001 a 50.000 habitantes, o comércio foi o setor que mais cresceu, e nos de 50.001 a 100.000 foi a indústria de transformação. Já na faixa de mais de 500.000 habitantes, que corresponde ao município de Uberlândia, foi o setor de serviços industriais de utilidade pública que apresentou a maior taxa de crescimento.

Cabe ressaltar que elevadas taxas de variação percentual, como é o caso da construção civil na faixa de até 5.000 habitantes, muitas vezes podem ocultar uma variação absoluta relativamente pequena, dado o número inicial de vínculos ativos no ano inicial. No exemplo em questão, o setor na referida faixa registrou apenas 51 vínculos ativos em 2000, e 705 em 2010, o que resultou em uma

impressiva taxa de variação percentual, mas em termos absolutos traduziu-se num acréscimo de 654 vínculos.

Houve retração no estoque de emprego para serviços industriais de utilidade pública nas seguintes faixas: até 5.000 habitantes, de 5.001 a 10.000, de 10.001 a 20.000, e de 50.001 a 100.000. Além desse setor, a construção civil e a indústria extrativa mineral apresentaram decréscimo no número de vínculos empregatícios ativos na faixa de 5.001 a 10.001; e a agropecuária para a faixa de mais de 500.000 habitantes.

Já no que tange o segundo período, 2010-2015, é possível notar, comparando-se apenas o primeiro e o último ano desse intervalo, que a indústria extrativa mineral foi o setor cujo estoque de emprego formal mais se elevou nas seguintes faixas populacionais: até 5.000 habitantes, 10.001 a 20.000, e 50.001 a 100.000. Cabe destacar que nesta última faixa, Araxá foi o município que respondeu por maior parcela dos vínculos empregatícios ativos no setor em questão. Em 2010, o município concentrava 81% do estoque de emprego formal no setor e, em 2015, 97,5%.

O setor de serviços foi o que apresentou maior variação percentual positiva nos municípios que abrangiam as seguintes faixas populacionais: 20.001 a 50.000 habitantes, e 100.000 a 500.000. Já o estoque da construção civil cresceu expressivamente na faixa de 5.001 a 10.000, única faixa para a qual havia ocorrido retração no setor em questão, no período anteriormente analisado.

Por fim, na faixa de mais de 500.000 habitantes, correspondente apenas ao município de Uberlândia, é possível notar que o maior incremento no estoque de emprego formal ocorreu na agropecuária, representado por uma taxa bastante elevada (fato que chama atenção, dada a predominância dos setores de serviços e comércio no município, e que incita dúvidas quanto à possibilidade de desenvolvimento de algum mecanismo de regulação ou correção da declaração dos empregados na RAIS naquele setor). Em seguida, o setor com maior taxa de variação percentual positiva foi o de serviços.

Também é interessante notar que a construção civil exibiu retração no estoque de emprego em quase todas as faixas populacionais, com exceção da de 5.001 a 10.000 habitantes, e de 20.001 a 50.000, e que o estoque de serviços industriais de utilidade pública continuou decrescendo em boa parte das faixas.

Outra informação relevante com respeito a esse segundo período analisado refere-se ao fato de que os setores de comércio e serviços exibiram taxas de variações que se traduziram em relevantes incrementos no estoque de emprego formal ao longo do interregno em questão, tendo sido os dois únicos que não apresentaram retração do emprego formal em quaisquer das faixas analisadas.

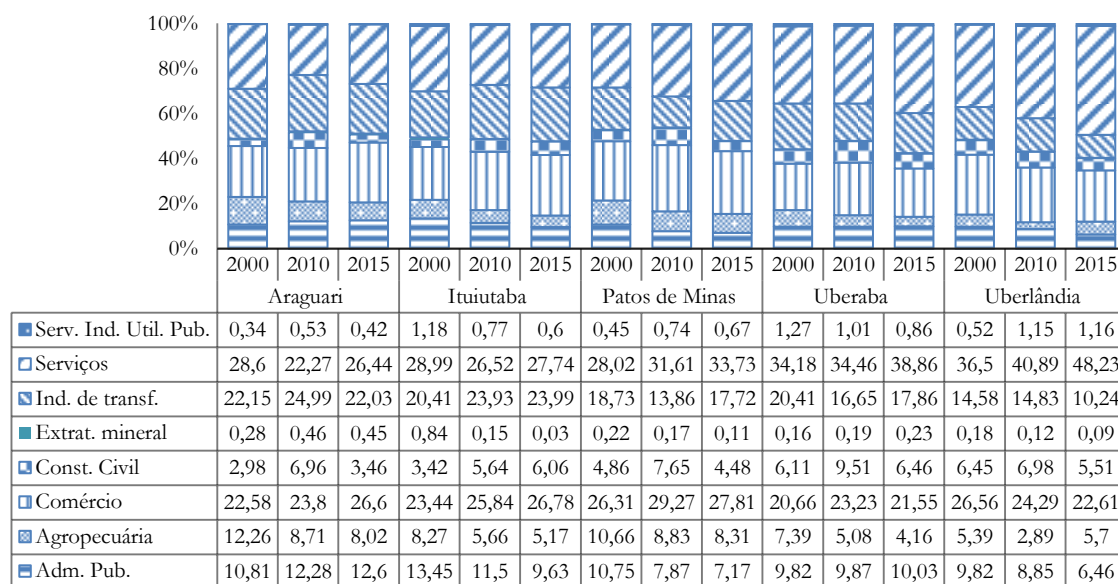
A constatação apresentada no parágrafo anterior explica, em alguma medida, o desempenho relativamente satisfatório do emprego formal na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

no período 2010-2015 (especialmente quando observadas às taxas para Minas Gerais e para o Brasil), mesmo tendo em vista os baixos números do estoque em 2012 e 2014, e a retração exibida em 2015; já que esses dois setores (serviços e comércio) foram os que apresentaram maior participação na conformação do estoque de emprego formal da mesorregião.

Também cabe analisar como se deu a distribuição do estoque de emprego formal por setor, tanto em termos de sua participação, quanto de sua variação percentual dentro dos cinco maiores municípios (em termos populacionais) do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, para reforçar a compreensão da dinâmica dessa variável no período em análise.

O Gráfico 2.1 evidencia as participações de cada setor na conformação do estoque de emprego total dentro de cada um dos cinco municípios nos anos 2000, 2010 e 2015:

Gráfico 2.1-Participação de cada setor no estoque de emprego formal dos cinco maiores municípios do TMAP em 2000, 2010 e 2015 (%):



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

No ano 2000, nota-se que o setor de serviços foi o que mais concentrou vínculos empregatícios ativos nos cinco casos retratados, respondendo em média por 31,5% do estoque total de emprego formal, sendo que sua maior participação se deu no município de Uberlândia, no qual correspondeu a 36,5%. Já a participação do comércio foi a segunda maior, tendo girando em torno de 23,9%.

No ano 2010, constata-se que em Araguari houve uma redução na participação do setor de serviços, e que a maior concentração de vínculos empregatícios ocorreu na indústria de transformação, seguida do comércio. Nos demais municípios, a estrutura distributiva do estoque de emprego formal entre os setores quase não se altera, mantendo-se dominantes os setores de serviços

e comércio, respectivamente. Convém ressaltar ainda, a elevada taxa de participação do primeiro no município de Uberlândia, que salta de 36,5% em 2000 para 40,9% em 2010.

Em 2015, o setor de serviços respondeu pela maior parcela do emprego formal nos cinco municípios observados com uma participação média de 35%, tendo sido a maior registrada em Uberlândia (48,2%); seguido do comércio, que apresentou uma taxa de participação média de 25,1%. Cabe destacar, a notada perda de participação da indústria de transformação no município de Uberlândia que sai de 14,8% em 2010 para 10,2% em 2015.

A Tabela 2.12 apresenta as médias das variações anuais percentuais do estoque de emprego formal por setores dos cinco maiores municípios do TMAP em termos populacionais, nos períodos; 2001-2015; 2001-2009; 2010-2015. O Anexo III apresenta todas as variações anuais dos referidos municípios ao longo do interregno 2000-2015.

Conforme evidencia a Tabela 2.12, a indústria extrativa mineral apresentou a maior média positiva das variações anuais no período 2001-2015 em todos os municípios, com exceção de Ituiutaba, no qual esse papel coube à construção civil. Já as menores médias corresponderam: à administração pública, no caso de Patos de Minas e Uberlândia; à agropecuária em Araguari e Uberaba; e à indústria extrativa mineral no município de Ituiutaba (sua média, inclusive, foi negativa, denotando decréscimo do número de vínculos ativos no setor).

Analisando o período 2001-2009, nota-se que a indústria extrativa mineral permaneceu exibindo a maior média positiva das variações anuais do estoque de emprego em: Araguari, Uberaba e Uberlândia, mas não mãos em Patos de Minas, uma vez que neste último foi o setor de serviços industriais e de utilidade pública que apresentou maior média. Em Ituiutaba, assim como observado para o período completo (2001-2015), a construção civil foi quem deteve essa posição.

No caso das menores médias de variação percentual do estoque, a agropecuária foi o setor que as apresentou em Araguari, Uberaba e Uberlândia; a extrativa mineral em Ituiutaba, assim como já havia sido registrado no período 2001-2015, chegando, inclusive, a ser negativa; e em Patos de Minas a indústria de transformação.

Por fim, analisando-se o período mais recente, qual seja, 2010-2015, verifica-se que no município de Araguari a maior média das variações ocorreu no comércio; novamente na construção civil em Ituiutaba; na indústria de transformação, no caso de Patos de Minas; construção civil em Uberaba; e agropecuária em Uberlândia.

Cabe destacar que nesse interregno em análise (2010-2015) todos os municípios apresentaram pelo menos uma média negativa. No caso de Araguari e Patos de Minas a maior delas foi no setor de serviços industriais e de utilidade pública; em Ituiutaba, novamente, na indústria extrativa mineral; em Uberaba foi na agropecuária; e em Uberlândia, na indústria de transformação.

Tabela 2.12- Média das Variações Anuais do Número de Vínculos Ativos nos períodos 2001-2015, 2001-2009, e 2010-2015 para os cinco maiores municípios do TMAP, em termos populacionais (%)

Período	Município	Adm. Pública	Agropecuária	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total
2001-2015	Araguari	8,61	1,55	4,88	16,43	52,30	3,89	3,59	7,01	3,81
2001-2009		12,97	1,95	4,97	28,47	87,22	7,61	3,41	13,50	5,27
2010-2015		2,07	0,95	4,74	-1,63	-0,08	-1,69	3,87	-2,72	1,64
2001-2015	Ituiutaba	4,07	1,26	5,32	11,06	-11,24	6,04	4,09	1,84	4,36
2001-2009		7,97	1,42	6,16	9,55	-6,97	9,17	3,97	1,41	5,43
2010-2015		-1,79	1,02	4,05	13,33	-17,64	1,34	4,27	2,48	2,76
2001-2015	Patos de Minas	1,76	2,94	4,81	5,60	9,21	4,27	5,81	23,25	4,42
2001-2009		1,87	3,97	6,09	9,87	15,03	1,26	5,90	39,29	4,65
2010-2015		1,61	1,40	2,88	-0,79	0,49	8,80	5,67	-0,82	4,08
2001-2015	Uberaba	5,16	0,72	4,38	6,95	7,83	3,21	4,99	2,55	4,08
2001-2009		6,57	1,82	5,84	7,44	9,51	1,85	4,74	3,36	4,29
2010-2015		3,05	-0,93	2,20	6,22	5,29	5,24	5,37	1,33	3,76
2001-2015	Uberlândia	2,88	11,43	4,18	5,39	58,53	3,51	7,31	17,41	5,21
2001-2009		5,58	1,89	4,49	5,73	98,76	7,16	7,40	26,53	5,77
2010-2015		-1,16	25,74	3,71	4,87	-1,82	-1,97	7,17	3,74	4,36

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Por fim, a Tabela 2.13, a seguir apresentada, exhibe as variações percentuais do estoque de emprego formal nos setores para os cinco municípios do TMAP, em dois períodos distintos, 2000-2010 e 2010-2015 (comparando-se apenas ano inicial e final dos períodos em questão):

Tabela 2.13- Variação percentual do estoque de emprego formal por setor entre os anos 2000 e 2010; e 2010 e 2015 (%) – cinco maiores municípios do TMAP

Sector	Anos	Araguari	Ituiutaba	Patos de Minas	Uberaba	Uberlândia
Adm. Pública	2000/2010	81,04	38,99	18,57	62,74	62,98
	2010/2015	11,18	-3,26	6,76	13,39	-14,08
Agropecuária	2000/2010	13,27	11,21	34,16	11,34	-3,24
	2010/2015	-0,28	5,70	10,32	-8,74	132,24
Comércio	2000/2010	68,11	79,19	80,16	82,21	65,41
	2010/2015	21,02	19,79	11,42	3,41	9,52
Const. Civil	2000/2010	271,83	168,34	154,98	152,27	95,73
	2010/2015	-46,14	24,16	-31,38	-24,31	-7,04
Extrat. Mineral	2000/2010	163,89	-71,43	26,67	101,27	22,04
	2010/2015	5,26	-75,00	-22,81	32,08	-16,74
Ind. de Transf.	2000/2010	79,89	90,62	19,87	32,13	84,01
	2010/2015	-4,55	15,85	49,89	19,62	-18,80
Serviços	2000/2010	24,17	48,73	82,65	63,33	102,68
	2010/2015	28,56	20,87	25,15	25,74	38,72
Serv. Ind. Util. Pub	2000/2010	150,00	5,80	162,11	28,04	302,86
	2010/2015	-15,45	-10,27	6,83	-4,38	18,47

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

No primeiro período analisado, em Araguari, Ituiutaba e Uberaba, a construção civil foi o setor em que o estoque de emprego formal mais se elevou, e em Patos de Minas e Uberlândia, o de serviços industriais de utilidade pública. Os únicos setores que apresentaram retração nesse interregno foram o da agropecuária em Uberlândia, e o extrativista mineral em Ituiutaba.

Já no segundo período, em Araguari o setor cujo estoque de emprego formal mais cresceu foi o de serviços; em Ituiutaba o da construção civil; em Patos de Minas o da indústria de transformação; em Uberaba o extrativista mineral; e em Uberlândia justamente o que havia apresentado decréscimo no número de vínculos ativos no período anterior, qual seja, o da agropecuária.

Cabe notar que, com exceção de Ituiutaba, todos os outros municípios apresentaram retração no estoque de emprego no setor da construção civil. Na indústria extrativa mineral também houve considerável decréscimo no número de vínculos empregatícios, com exceção para os municípios de Araguari e Uberaba. Serviços industriais de utilidade pública também exibiu retração,

excetuando-se o caso de Patos de Minas e Uberlândia. A administração pública apresentou queda em Ituiutaba e em Uberlândia, e a indústria de transformação em Araguari e Uberlândia.

Em síntese, esses dois últimos municípios tiveram retração no estoque de emprego formal em quatro setores, enquanto Ituiutaba e Uberaba apresentaram em três, e Patos de Minas em dois. Também convém destacar que comércio e serviços, os dois setores que mais concentraram vínculos empregatícios ativos no período, exibiram relevantes taxas de variações que traduziram incremento do estoque de emprego formal nos cinco municípios, e nenhuma retração nos dois períodos analisados.

Por fim, sintetizando todas as informações colocadas nessa subseção do trabalho, verificou-se quanto à distribuição do estoque de emprego formal por setor nas faixas populacionais do TMAP: a maior participação da agropecuária, da administração pública e da indústria de transformação na conformação do estoque de emprego formal nos municípios menores (em termos populacionais); a maior participação de serviços, do comércio, e da indústria de transformação nos maiores; taxas de participação relativamente mais elevadas deste último setor nas faixas populacionais menores; e a notória perda de participação desse setor na faixa populacional mais elevada, qual seja, a de mais de 500.000 habitantes (que se resume ao município de Uberlândia).

Já com respeito às variações do estoque de emprego por setor nas faixas populacionais do TMAP, com base numa análise entre o ano inicial e final do período 2000-2010, notou-se que a construção civil foi o setor cujo estoque de emprego formal mais se elevou para os municípios das seguintes faixas populacionais: até 5.000 habitantes; 10.001 a 20.000; e 100.001 a 500.000. Já na faixa de 5.001 a 10.000 habitantes a maior variação percentual positiva foi registrada pelo setor de serviços.

Nos municípios cuja população compreendia entre 20.001 a 50.000 habitantes, o comércio foi o setor que mais cresceu, e nos de 50.001 a 100.000 foi a indústria de transformação. Já na faixa de mais de 500.000 habitantes, que corresponde ao município de Uberlândia, foi o setor de serviços industriais de utilidade pública que apresentou a maior taxa de crescimento.

Já no que tange ao segundo período, 2010-2015 comparando-se apenas o primeiro e o último ano desse intervalo, verificou-se que a indústria extrativa mineral foi o setor cujo estoque de emprego formal mais se elevou nas seguintes faixas populacionais: até 5.000 habitantes, 10.001 a 20.000, e 50.001 a 100.000. Destacou-se ainda que nesta última faixa, Araxá foi o município que respondeu por maior parcela dos vínculos empregatícios ativos no setor em questão.

O setor de serviços foi o que apresentou maior variação percentual positiva nos municípios que abrangiam as seguintes faixas populacionais: 20.001 a 50.000 habitantes, e 100.000 a 500.000. Já o estoque da construção civil cresceu expressivamente na faixa de 5.001 a 10.000, única faixa para a qual havia ocorrido retração no setor em questão, no período anteriormente analisado.

Na faixa de mais de 500.000 habitantes, correspondente apenas ao município de Uberlândia, observou-se que o maior incremento no estoque de emprego formal ocorreu na agropecuária, representado por uma taxa bastante elevada. Em seguida, o setor com maior taxa de variação percentual positiva foi o de serviços.

Chamou-se atenção ainda para o fato de que nos maiores municípios da mesorregião (em termos populacionais) os setores de serviços e comércio que responderam juntos por quase metade do estoque de emprego formal no período analisado, apresentaram médias positivas das variações anuais. Também quando procedida à variação que leva em conta apenas os estoques do ano inicial e final de um período, notou-se que as variações dos dois setores em questão foram sempre positivas, e em geral elevadas. Tendo em vista essas constatações, foi observado que o desempenho do emprego formal no TMAP nos últimos anos associou-se em grande medida à distribuição do emprego em torno dos referidos setores e da *performance* que apresentaram nos municípios maiores.

Por fim, apesar de a indústria extrativa mineral e a construção civil terem apresentado elevadas médias em termos de variações percentuais positivas, ressaltou-se que a porção do estoque de emprego detida por esses dois setores é relativamente baixa em algumas faixas populacionais, o que implica que algumas variações percentuais elevadas no número de vínculos ativos podem dizer respeito a variações relativamente pequenas em termos absolutos.

3. Distribuição do Estoque de Emprego Formal por Tipo de Vínculo Ativo

3.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

No que diz respeito ao tipo de vínculo, para a declaração da RAIS tem-se: contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); regimes estatutários (inclusive com servidores públicos não efetivos); avulsos; temporários; aprendizes; contratos por prazo determinado; contratos por tempo determinado; e diretores sem vínculo empregatício, mas para os quais a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS ou Dirigente Sindical.

A maior parte dos vínculos ativos declarados na RAIS é constituída de vínculos celetistas e estatutários e, por essa razão, para a análise que segue, optou-se por agrupar os vínculos de outra natureza, que não a relativa à CLT ou ao regime estatutário, denominando-se estes: “outros” tipos de vínculo.

Tanto no Brasil, como em Minas Gerais e na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a maior parte dos vínculos ativos são originários de contratos de trabalho regidos pela

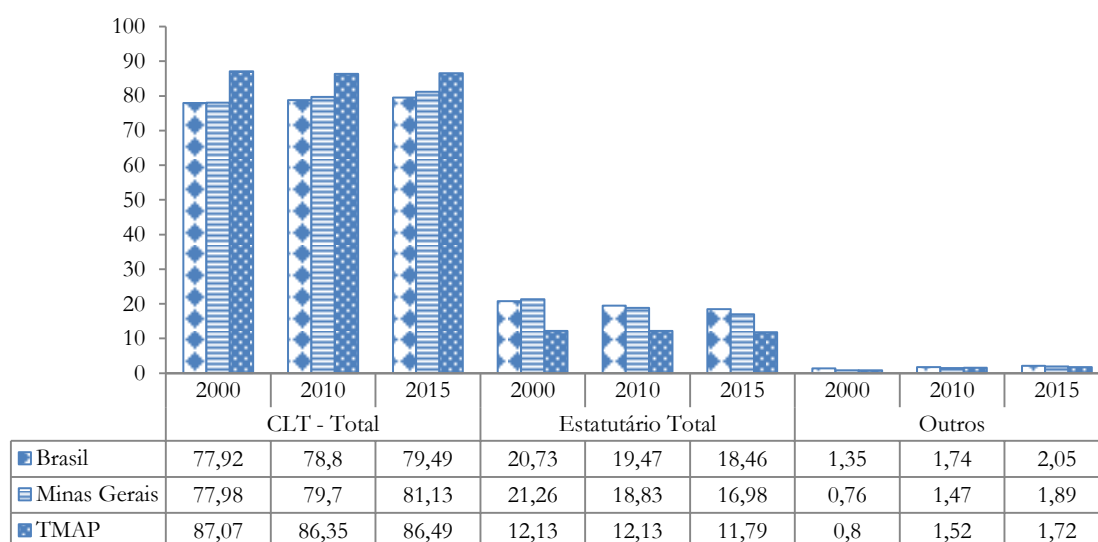
CLT. O Gráfico 3.1 revela a distribuição do estoque de emprego por tipo de vínculo nos anos 2000, 2010 e 2015, exibindo a participação relativa de cada tipo no total do referido ano.

Como mostra o gráfico, no ano 2000, os vínculos celetistas responderam no Brasil, por aproximadamente 78% do estoque total de emprego formal, enquanto os estatutários por 21%, e outros por cerca de 1%. Em Minas Gerais a distribuição se deu de forma muito parecida, enquanto no TMAP a parcela dos vínculos regidos pela CLT foi maior (87%). Consequentemente, os vínculos estatutários e outros responderam por uma porção menor (cerca de 12% e 1%, respectivamente).

Já no ano de 2010, apesar da estrutura distributiva ter se mantido praticamente a mesma, evidenciou-se uma elevação da participação dos vínculos celetistas em detrimento dos estatutários no Brasil e em Minas Gerais. Já no TMAP houve uma ligeira queda da participação dos vínculos regidos pela CLT. Cabe notar como “outros” tipos de vínculos registram um incremento de sua representatividade em todos os níveis geográficos aqui analisados; mas, em especial, em Minas Gerais e na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Já em 2015, de forma geral, é possível observar que os vínculos celetistas retomaram um pouquinho de sua participação, e os denominados “outros” continuaram a ganhar representação no estoque total, mas em detrimento dos estatutários, neste caso.

Gráfico 3.1: Distribuição do estoque de emprego formal por tipo de vínculo em 2000, 2010 e 2015 (%):



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Com relação à variação percentual do estoque de emprego para cada um desses três tipos de vínculos, a Tabela 3.1 apresenta as variações “entre pontas”, ou seja, comparando-se o número de vínculos ativos registrado no ano inicial e no ano final dos períodos 2000-2010 e 2010-2015:

Tabela 3.1-Variação percentual do estoque de emprego formal por tipo de vínculo entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015

Unidade Territorial	Anos	CLT	Estatutário	Outros
Brasil	2000/2010	69,92	57,77	115,62
	2010/2015	10,02	3,44	28,65
Minas Gerais	2000/2010	69,43	46,81	218,65
	2010/2015	5,61	-6,46	33,82
TMAP	2000/2010	72,49	74	229,06
	2010/2015	15,52	12,1	30,58

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Como se vê, comparando-se 2000 e 2010, as maiores taxas de variação percentual que resultaram em incremento do estoque de emprego formal foram registradas para outros tipos de vínculos, chegando a aproximadamente 229% no caso do TMAP. Em seguida, foram os vínculos celetistas que mais se elevaram, percentualmente falando, no caso do Brasil e de Minas Gerais; e na mesorregião, os estatutários é que ocuparam a segunda posição.

Focando a análise no período mais recente, comparando-se os anos 2010 e 2015, novamente é possível notar, que em todos os casos, os vínculos de outro tipo (que não celetista ou estatutário) apresentaram a maior taxa de variação positiva, chegando a 33,8% no caso de Minas Gerais. Outro ponto que cabe destacar é que a única retração do estoque de emprego formal ocorreu no âmbito dos vínculos estatutários do estado.

3.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)

Focando a análise na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o Gráfico 3.2 apresenta a distribuição percentual do estoque de emprego formal por tipo de vínculo para as faixas populacionais do TMAP. Nota-se que em todas elas, no ano 2000, a maior concentração se deu no âmbito dos celetistas, chegando a aproximadamente 90% nas faixas de mais de 100.000 habitantes.

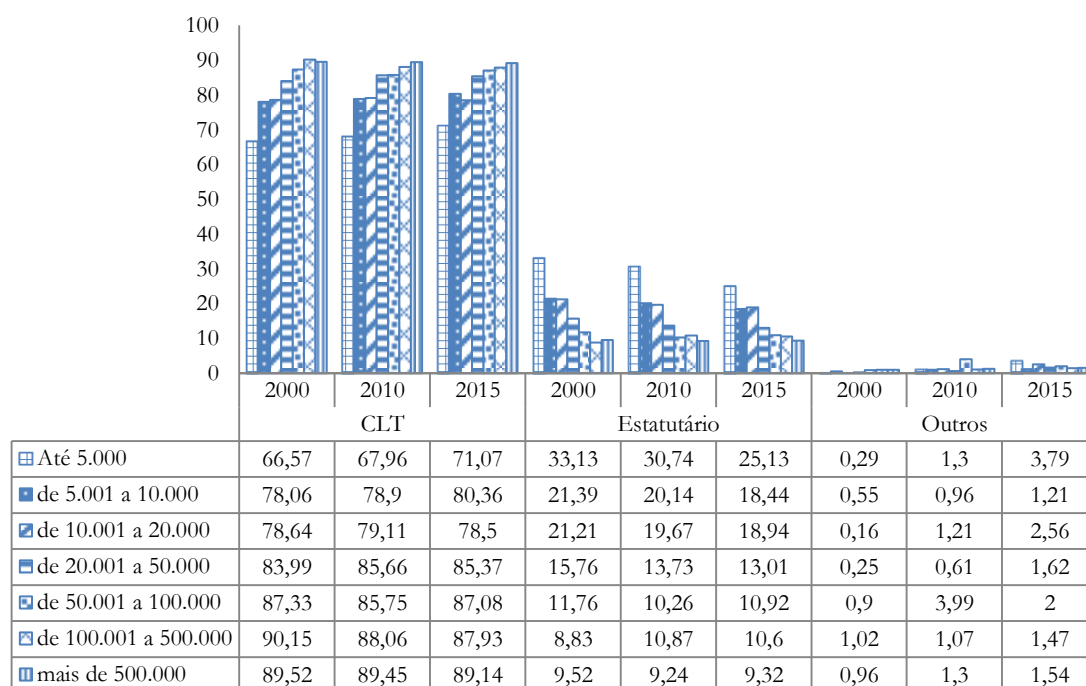
Percebe-se que à medida que o número de habitantes compreendido na faixa populacional cresce, aumenta-se a participação dos vínculos regidos pela CLT, e reduz-se, em contrapartida, a dos estatutários. A menor faixa populacional (até 5.000 habitantes), por exemplo, foi a que apresentou maior participação dos vínculos estatutários (33%), e analogamente, as duas maiores (de 100.001 a 500.000, e mais de 500.000) evidenciaram as menores participações destes (9% e 10%, respectivamente).

Já no ano 2010, apesar da estrutura distributiva dos vínculos ter permanecido praticamente a mesma, com a preponderância dos celetistas, seguidos dos estatutários, e de outros tipos de

vínculos, é possível identificar algumas tendências, como a de um leve aumento da participação do estoque de emprego conformado por contratos regidos pela CLT nos municípios com faixas populacionais menores; em contrapartida a uma redução dos vínculos estatutários; e também um aumento da participação de outros tipos de vínculos. Por outro lado, nas faixas acima de 50.000 habitantes os vínculos celetistas decresceram comparativamente ao ano 2000.

Em 2015, além da participação dos vínculos celetistas ter se mantido predominante sobre os demais, percebe-se um aumento destes nas faixas até 5.000 habitantes, de 5.001 a 10.000, e 50.001 a 100.000; e um decréscimo nas demais (relativamente aos dados do ano 2010). Os vínculos estatutários perderam participação nas faixas até 50.000 habitantes e na de 100.000 a 500.000; ganharam na faixa de 50.001 a 100.000 e também na de mais de 500.000. Também cabe destacar que os vínculos de outra natureza apresentaram um crescimento na participação para quase todas as faixas populacionais (exceto na de 50.001 a 100.000).

Gráfico 3.2: Distribuição do estoque de emprego formal por tipo de vínculo em 2000, 2010 e 2015: TMAP por faixas populacionais (%):



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Na Tabela 3.2 são apresentadas as variações percentuais do estoque de emprego por tipo de vínculo, considerando-se ano inicial e final dos períodos 2000-2010 e 2010-2015. Entre 2000 e 2010, com exceção da faixa de 100.001 a 500.000 habitantes, outros tipos de vínculos foram os que mais cresceram no período em análise, em seguida os celetistas. Já na faixa excetuada (de 100.001 a 500.000), os vínculos estatutários foram os que mais se elevaram, seguidos de outros e, por fim, dos

celetistas. Cabe chamar atenção também, para o fato de que não houve retração do estoque de emprego por tipo de vínculo em nenhuma das faixas populacionais para o interregno em questão.

Pautando a análise em um período mais recente, comparando apenas os anos de 2010 e 2015, nota-se que em todas as faixas populacionais (com exceção da de 50.001 a 100.000 habitantes), os vínculos de outra natureza (que não celetista ou estatutária) foram os que apresentaram maior variação percentual positiva no interregno mencionado.

Por outro lado, houve retração no estoque de emprego para este mesmo tipo de vínculo, comparando-se 2010 e 2015, na faixa de 50.001 a 100.000 habitantes (-40,6%); e para os estatutários nas faixas até 5.000, e de 10.001 a 20.000 habitantes.

Tabela 3.2: Variação percentual do estoque de emprego formal por tipo de vínculo para as Faixas Populacionais do TMAP, entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015(%):

Faixa Populacional	Anos	CLT	Estatutário	Outros
Até 5.000	2000/2010	52,29	47,50	89,14
	2010/2015	27,52	-0,32	254,86
5.001 a 10.000	2000/2010	48,92	45,17	70,35
	2010/2015	23,86	11,33	52,26
10.001 a 20.000	2000/2010	49,53	45,27	93,49
	2010/2015	2,89	-0,17	118,59
20.001 a 50.000	2000/2010	41,42	31,41	75,60
	2010/2015	15,73	10,07	205,65
50.001 a 100.000	2000/2010	38,29	30,52	86,29
	2010/2015	20,34	26,11	-40,64
100.001 a 500.000	2000/2010	36,64	49,74	41,27
	2010/2015	12,29	9,71	53,73
Mais de 500.000	2000/2010	44,67	43,09	59,28
	2010/2015	17,22	18,56	38,96

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Concentrando a análise nos cinco maiores municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a Tabela 3.3 também apresenta a distribuição do estoque de emprego formal por tipo de vínculo em termos de participação percentual:

É possível notar que Araguari foi o que apresentou taxas de participação mais elevadas para os vínculos celetistas nos três anos analisados (2000, 2010 e 2015), embora tenha apresentado uma ligeira queda desta em detrimento, especialmente, de um aumento na participação dos estatutários.

Por outro lado, também se destaca em Patos de Minas a elevação dos vínculos celetistas, em detrimento dos estatutários, tendência que também pode ser observada no caso de Ituiutaba. Em Uberaba, assim como em Araguari, ocorreu o contrário, ou seja, a participação dos vínculos celetistas no estoque de emprego formal decresceu, contrabalanceada pela maior parcela dos

estatutários no total. Em Uberlândia, as modificações percentuais foram relativamente pequenas, destacando-se um aumento de outros tipos de vínculos.

Tabela 3.3-Distribuição do Estoque de Emprego Formal por Tipo de Vínculo nos cinco maiores municípios do TMAP, nos anos 2000, 2010 e 2015 (%):

Ano	Tipo de Vínculo	Araguari	Ituiutaba	Patos de Minas	Uberaba	Uberlândia
2000	CLT	99,61	84,78	87,94	88,64	89,52
	Estatutário	0,25	14,62	10,86	10,20	9,52
	Outros	0,14	0,60	1,20	1,17	0,96
2010	CLT	98,19	88,20	89,96	84,71	89,45
	Estatutário	1,67	10,56	9,00	13,97	9,24
	Outros	0,14	1,24	1,04	1,32	1,30
2015	CLT	97,53	88,98	91,14	84,18	89,14
	Estatutário	2,04	7,74	7,27	14,16	9,32
	Outros	0,43	3,28	1,59	1,67	1,54

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

A variação percentual do estoque de emprego formal por tipo de vínculos em cada um desses municípios entre 2000 e 2010, e entre 2010 e 2015, é apresentada na Tabela 3.4:

Tabela 3.4: Variação percentual do estoque de emprego formal por tipo de nos cinco maiores municípios do TMAP, entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015(%):

Município	Período	CLT	Estatutário	Outros
Araguari	2000/2010	57,17	978,13	61,11
	2010/2015	-0,68	22,57	205,64
Ituiutaba	2000/2010	69,13	17,44	235,71
	2010/2015	0,89	-26,75	164,40
Patos de Minas	2000/2010	65,66	34,27	39,44
	2010/2015	1,31	-19,23	53,50
Uberaba	2000/2010	54,82	121,98	83,70
	2010/2015	-0,63	1,34	25,98
Uberlândia	2000/2010	80,74	75,72	145,59
	2010/2015	-0,35	0,79	18,14

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Verifica-se que, em Araguari e em Uberaba, os vínculos estatutários foram os que mais aumentaram, comparando-se o ano de 2000 ao de 2010. Já em Ituiutaba e em Uberlândia, outros tipos de vínculos foram os que apresentaram maior variação percentual positiva no período analisado, ao passo que em Patos de Minas foram os celetistas. Destaca-se que não ocorreu retração do estoque de emprego por tipo de vínculo para nenhum dos cinco municípios, assim como no caso das faixas populacionais.

Por fim, os dados revelam que, comparando-se os anos de 2010 e 2015, registrou-se retração do estoque de emprego formal nos vínculos celetistas em Araguari, Uberaba e Uberlândia; e nos vínculos estatutários em Ituiutaba e Patos de Minas. Por outro lado, outros tipos de vínculos apresentaram incremento relevante do estoque, quando comparados os dois anos, inclusive, a taxas impressionantes em Araguari (205,6%) e Ituiutaba (164,4%).

Tal constatação suscita a relevância de uma análise mais detida acerca deste fato (que por ora extrapola os objetivos do atual trabalho), ou seja, acerca do crescimento no firmamento de contratos, cuja natureza não seja nem celetista, nem estatutária, no período mais recente, especialmente tendo-se em conta a acentuada retração econômica deflagrada ao final do interregno observado.

4. Distribuição do Estoque de Emprego Formal por Tamanho dos Estabelecimentos

4.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Outra análise relevante do estoque de emprego formal que será apresentada neste trabalho diz respeito à distribuição dos vínculos ativos por tamanho dos estabelecimentos. Para tanto, será utilizada a seguinte classificação dos estabelecimentos por número de pessoas empregadas: até 19 empregados; de 20 a 99; de 100 a 499; e 500 ou mais.

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) utiliza essa classificação para agrupar os estabelecimentos por tamanho, sendo que, no caso da indústria: até 19 empregados é considerada micro; de 20 a 99, pequena; de 100 a 499, média; e 500 ou mais, grande. Já no caso de comércio e serviços: as microempresas seriam aquelas que possuem até 9 empregados; pequena, de 10 a 49; média, de 50 a 99; e grande, 100 ou mais.

Neste trabalho, em função da análise ampla dos vínculos que será empreendida neste momento, a qual independerá de setores, não se procedeu à denominação dos estabelecimentos em conformidade com o disposto pelo SEBRAE, de modo que, optou-se simplesmente pelo agrupamento dos estabelecimentos da forma como mencionado no primeiro parágrafo desta seção.

Utilizando do agrupamento mencionado, a Tabela 4.1 apresenta a distribuição dos vínculos, em números absolutos, por estabelecimentos agrupados por tamanho nos anos 2000, 2010 e 2015; e o Gráfico 4.1 evidencia a distribuição percentual. É possível observar que em 2000, a maior parte do estoque de emprego formal no Brasil concentrou-se nos estabelecimentos com 500 ou mais pessoas empregadas (aproximadamente 34%), ao passo que em Minas Gerais e na mesorregião do Triângulo

Mineiro e Alto Paranaíba, a maior parte se aglutinou nos estabelecimentos menores, quais sejam, aqueles com até 19 empregados (32% e 39%, respectivamente).

Já em 2010, a participação dos grandes estabelecimentos (com 500 ou mais indivíduos empregados) na concentração dos vínculos ativos elevou-se relativamente a 2000, e tanto no Brasil, como em Minas Gerais, estes responderam por maior parte do estoque de emprego formal daquele ano (35% e 31%, respectivamente). No TMAP, apesar desse número também ter se elevado (um aumento de sete pontos percentuais), a maior parcela dos vínculos ativos (aproximadamente 34%) permaneceu concentrada nos estabelecimentos com até 19 empregados.

Já em 2015, comparativamente a 2010, a participação dos estabelecimentos com 500 ou mais empregados na concentração dos vínculos ativos reduziu-se, nos três níveis geográficos analisados, e a dos que possuíam até 19 pessoas empregadas, elevou-se, em contrapartida. É possível notar, que apenas no âmbito do país, esses estabelecimentos continuaram respondendo por maior porção do estoque de emprego formal (34%), ao passo que em Minas Gerais e no TMAP, foram os estabelecimentos com até 19 empregados que o fizeram (32% e 36%, respectivamente).

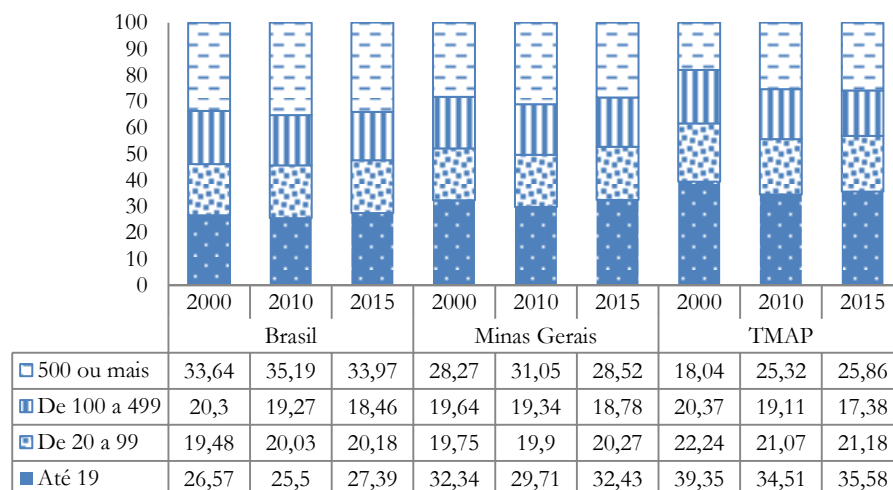
Tabela 4.1-Distribuição dos vínculos ativos por tamanho dos estabelecimentos em 2000, 2010 e 2015:

Tamanho do Estabelecimento*	Brasil			Minas Gerais			TMAP		
	2000	2010	2015	2000	2010	2015	2000	2010	2015
Até 19	6.970.242	11.238.941	13.162.455	906.770	1.380.411	1.563.632	118.640	180.947	215.180
De 20 a 99	5.110.061	8.827.661	9.696.963	553.554	924.822	977.310	67.042	110.463	128.088
De 100 a 499	5.324.845	8.492.190	8.873.903	550.462	898.896	905.308	61.413	100.205	105.132
500 ou mais	8.823.481	15.509.563	16.327.486	792.668	1.442.762	1.374.866	54.394	132.759	156.373

*Tamanho do estabelecimento medido pelo número de pessoas empregadas.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 4.1-Distribuição percentual dos vínculos ativos por tamanho dos estabelecimentos em 2000, 2010 e 2015



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Já a Tabela 4.2 apresenta a variação percentual do estoque de emprego formal distribuído por tamanho dos estabelecimentos, tomando-se em conta ano inicial e final de dois períodos: 2000-2010, e 2010-2015.

Tabela 4.2: Variação percentual estoque de emprego distribuído por tamanho dos estabelecimentos empregadores entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015

	Período	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais
Brasil	2000/2010	61,24	72,75	59,48	75,78
	2010/2015	17,11	9,85	4,49	5,27
Minas Gerais	2000/2010	52,23	67,07	63,30	82,01
	2010/2015	13,27	5,68	0,71	-4,71
TMAP	2000/2010	52,52	64,77	63,17	144,07
	2010/2015	18,92	15,96	4,92	17,79

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Entre 2000 e 2010, percebe-se que em todos os três níveis geográficos analisados, os estabelecimentos maiores (com 500 ou mais empregados) foram os que apresentaram as maiores taxas de variação percentual positiva do estoque de emprego formal, em seguida aqueles que empregaram de 20 a 99 funcionários. Acrescenta-se que não foi registrada qualquer retração dos vínculos ativos distribuídos por tamanho dos estabelecimentos no interregno observado.

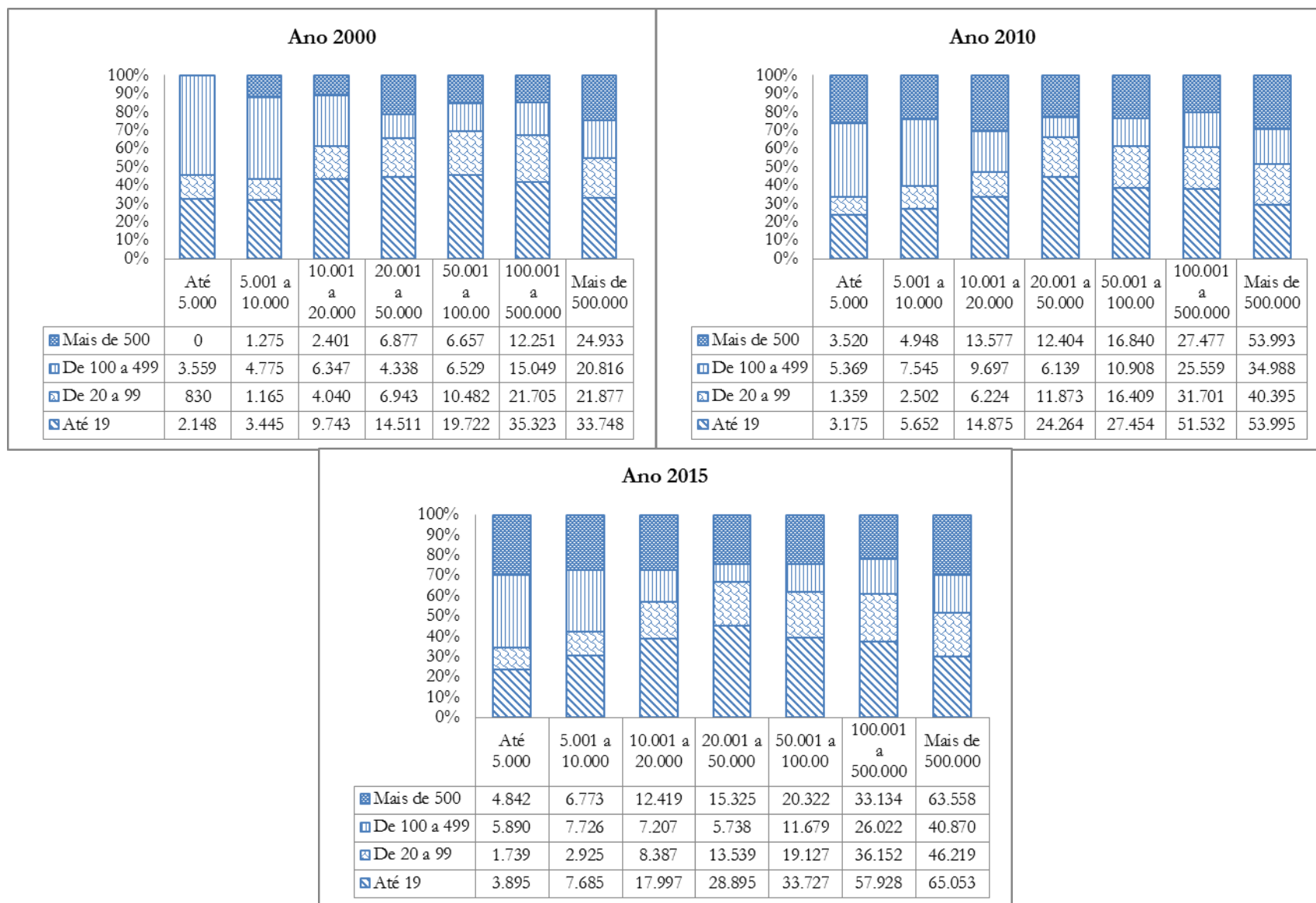
Já no segundo período (2010-2015), a maior elevação do estoque de emprego formal, em todos os casos se deu nos estabelecimentos que empregaram até 19 pessoas. No TMAP a segunda maior ocorreu nos estabelecimentos com 500 ou mais empregados (aproximadamente 18%); ao passo que em Minas Gerais e no Brasil ocorreu nos estabelecimentos que empregaram de 20 a 99 indivíduos (6% e 10%, respectivamente).

Por fim, uma informação relevante que também merece observação diz respeito ao registro no TMAP de taxas mais elevadas em todos os agrupamentos dos estabelecimentos por tamanho, comparativamente às do estado e do país. Além desse fato, igualmente relevante se faz destacar o registro de uma retração no estoque de emprego formal dos estabelecimentos com 500 ou mais pessoas empregadas em Minas Gerais (-4,7%).

4.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)

Nesta seção é analisada a distribuição do estoque de emprego formal por tamanho dos estabelecimentos empregadores por faixas populacionais na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, posteriormente, para os cinco maiores municípios desta. A Figura 4.1 apresenta essa configuração por meio de números absolutos, ao passo que a Tabela 4.3 o faz em termos percentuais.

Figura 4.1- Distribuição do estoque de emprego formal por estabelecimentos agrupados por tamanho nos anos 2000, 2010 e 2015:



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

É possível notar, por meio delas, que no ano 2000, a maior parte do estoque de emprego esteve concentrada nos estabelecimentos que tinham entre 100 e 499 empregados, nos municípios com população até 10.000 habitantes. No caso da primeira faixa (até 5.000 habitantes) mais de 50% dos vínculos ativos concentrou-se nesses estabelecimentos. Para os municípios das demais faixas populacionais, o estoque aglutinou-se nos estabelecimentos com até 19 empregados.

Tabela 4.3- Distribuição percentual do estoque de emprego formal por estabelecimentos agrupados por tamanho nos anos 2000, 2010 e 2015 (%):

	2000				2010				2015			
	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais
Até 5.000	32,86	12,70	54,44	0	23,65	10,12	40,00	26,22	23,80	10,63	35,99	29,59
5.001 a 10.000	32,32	10,93	44,79	11,96	27,37	12,12	36,54	23,96	30,61	11,65	30,77	26,97
10.001 a 20.000	43,24	17,93	28,17	10,66	33,52	14,03	21,85	30,60	39,12	18,23	15,66	26,99
20.001 a 50.000	44,42	21,25	13,28	21,05	44,37	21,71	11,23	22,68	45,51	21,32	9,04	24,13
50.001 a 100.000	45,45	24,16	15,05	15,34	38,34	22,91	15,23	23,52	39,75	22,54	13,76	23,95
100.001 a 500.000	41,89	25,74	17,85	14,53	37,82	23,26	18,76	20,16	37,80	23,59	16,98	21,62
Mais de 500.000	33,29	21,58	20,53	24,60	29,45	22,03	19,08	29,44	30,16	21,43	18,95	29,47

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Analisando o ano 2010, identifica-se que não ocorreram grandes transformações em relação a 2000. A maior parte dos vínculos ativos, nas faixas populacionais até 10.000 habitantes, continuou empregada nos estabelecimentos que apresentavam de 100 a 499 empregados, ressaltando-se que, no caso da faixa até 5.000 habitantes, surge estoque empregado em estabelecimentos com mais de 500 empregados. As demais faixas populacionais mantiveram a concentração de vínculos nos estabelecimentos menores, quais sejam, até 19 empregados; ressaltando-se que no caso da faixa de mais de 500.000 habitantes, estes estabelecimentos, e os maiores, com 500 ou mais, responderam aproximadamente pela mesma parcela de participação relativa no estoque total: cerca de 29% cada.

No ano de 2015, na faixa até 5.000 habitantes, os estabelecimentos que empregavam entre 100 e 499 indivíduos concentraram a maior parte dos vínculos ativos, com cerca de 36%, seguidos dos estabelecimentos ainda maiores, com mais de 500.000 habitantes, com uma parcela de 30%. Na faixa de 5.001 a 10.000 habitantes, observa-se que dois grupos de estabelecimentos concentraram a maior parcela dos vínculos ativos em magnitude extremamente próxima (cerca de 31%): os com até 19 empregados, e os que empregavam de 100 a 499 indivíduos. Já nas demais faixas populacionais, de forma expressiva, os estabelecimentos com até 19 empregados responderam pela maior parcela dos vínculos ativos, seguidos, na maior parte das faixas, por aqueles que empregavam 500 ou mais indivíduos, mantendo-se, portanto, a configuração já apresentada no ano de 2010.

Interessa ressaltar dois movimentos que podem ser observados no interregno 2000-2015: entre os anos 2000 e 2010, uma redução, em geral na participação dos estabelecimentos com até 19 empregados na concentração do estoque de emprego, e elevação da apresentada pelos

estabelecimentos com 500 ou mais pessoas empregadas; e entre 2010 e 2015 uma leve retomada da participação dos primeiros (até 19 empregados) propiciada, especialmente, pela queda na participação dos estabelecimentos que empregavam entre 100 e 499 indivíduos.

A Tabela 4.4 apresenta as variações percentuais do estoque de emprego formal distribuído por estabelecimentos agrupados por tamanho, analisando-se o período 2000-2010, e 2010-2015:

Tabela 4.3 – Variação percentual do estoque de emprego distribuído por tamanho dos estabelecimentos nas faixas populacionais do TMAP, entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015 (%)

Faixa Populacional	Anos	Tamanho dos Estabelecimentos			
		Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	Mais de 500
Até 5.000	2000/2010	47,81	63,73	50,86	-
	2010/2015	22,68	27,96	9,70	37,56
5.001 a 10.000	2000/2010	64,06	114,76	58,01	288,08
	2010/2015	35,97	16,91	2,40	36,88
10.001 a 20.000	2000/2010	52,67	54,06	52,78	465,47
	2010/2015	20,99	34,75	-25,68	-8,53
20.001 a 50.000	2000/2010	67,21	71,01	41,52	80,37
	2010/2015	19,09	14,03	-6,53	23,55
50.001 a 100.000	2000/2010	39,20	56,54	67,07	152,97
	2010/2015	22,85	16,56	7,07	20,68
100.001 a 500.000	2000/2010	45,89	46,05	69,84	124,28
	2010/2015	12,41	14,04	1,81	20,59
Mais de 500.000	2000/2010	59,99	84,65	68,08	116,55
	2010/2015	20,48	14,42	16,81	17,72

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Observa-se que nos municípios agrupados na faixa de até 5.000 habitantes a maior variação percentual positiva do estoque de emprego formal, comparando-se 2000 e 2010, ocorreu nos estabelecimentos que empregavam entre 20 e 99 pessoas. Já nas demais faixas populacionais as maiores taxas foram registradas nos estabelecimentos com mais de 500 empregados, chegando a 465% na faixa de 10.001 a 20.000. Não houve qualquer decréscimo do número de vínculos ativos no período analisado, ou seja, comparando-se os anos 2000 e 2010.

Já entre 2010 e 2015, o maior incremento nos vínculos ativos ocorreu nos estabelecimentos com 500 ou mais indivíduos empregados, apenas nas faixas que comportaram municípios até 10.000 habitantes. Já na faixa de 10.001 a 20.000 habitantes, a maior elevação do estoque de emprego formal se deu nos estabelecimentos que comportaram de 20 a 99 empregados. Ressalta-se, ainda com respeito a essa última faixa populacional, a ocorrência de retração do emprego nos estabelecimentos maiores (de 100 a 499 empregados, e com 500 ou mais).

Nas faixas de 20.001 a 50.000 habitantes, e de 100.001 a 500.000; o estoque de emprego apresentou maior variação positiva nos estabelecimentos com 500 ou mais indivíduos empregados, chamando-se atenção para o fato de que na primeira faixa mencionada registrou-se retração no estoque nos estabelecimentos que empregavam de 100 a 499 pessoas. Nas duas outras faixas restantes (de 50.001 a 100.000 habitantes, e mais de 500.000) o incremento maior dos vínculos ativos se deu nos estabelecimentos menores (com até 19 empregados).

Em suma, ainda com respeito a esse segundo momento (anos 2010 e 2015), é possível verificar que os estabelecimentos em que o estoque de emprego formal mais se elevou foram os da “ponta”, ou seja, os menores, com até 19 empregados, e os maiores, com 500 ou mais. Em média, no primeiro grupo de estabelecimentos os vínculos ativos cresceram 22%, e no segundo, 21%. O grupo que reuniu os estabelecimentos que empregavam entre 20 e 99 pessoas também aumentou, na média, a uma taxa relevante (cerca de 20%), que seguiu de perto os outros dois grupos recém-mencionados. Já nos estabelecimentos com 100 a 499 empregados, a variação média foi de 1%.

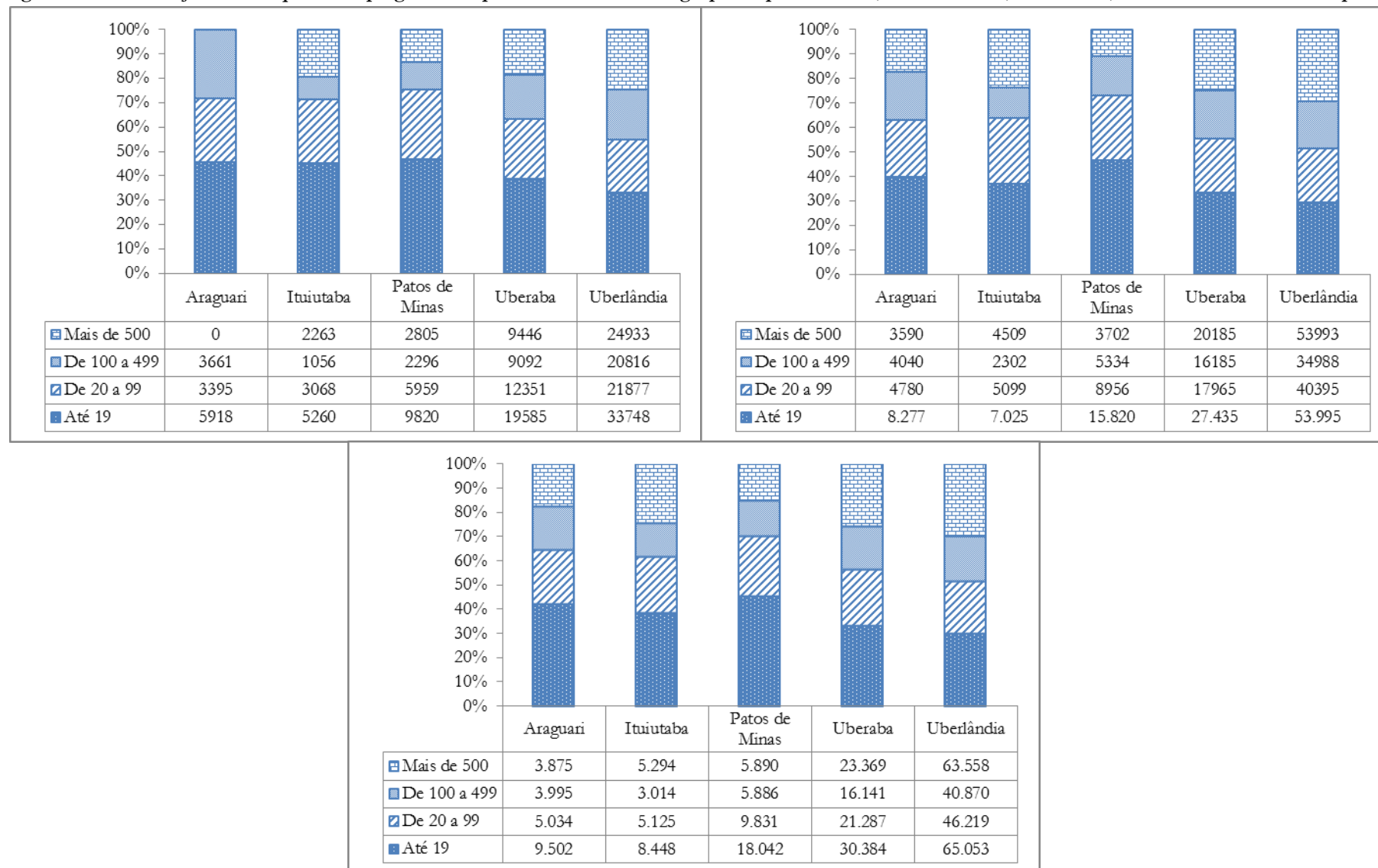
Por fim, cabe apresentar uma análise mais detalhada do estoque de emprego formal por estabelecimentos agrupados segundo tamanho, nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A Tabela 4.4 apresenta a distribuição percentual dos vínculos ativos nos anos 2000, 2010 e 2015 por estabelecimentos reunidos por tamanho, ao passo que a Figura 4.2 evidencia essa configuração em números absolutos.

Tabela 4.4-Distribuição percentual do estoque de emprego formal por estabelecimentos agrupados por tamanho nos anos 2000, 2010 e 2015:

Município	2000				2010				2015			
	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais
Araguari	45,61	26,17	28,22	-	40,01	23,11	19,53	17,35	42,41	22,47	17,83	17,29
Ituiutaba	45,16	26,34	9,07	19,43	37,10	26,93	12,16	23,81	38,61	23,42	13,77	24,19
Patos de Minas	47,03	28,54	11,00	13,43	46,79	26,49	15,78	10,95	45,50	24,80	14,85	14,86
Uberaba	38,80	24,47	18,01	18,71	33,55	21,97	19,79	24,69	33,32	23,35	17,70	25,63
Uberlândia	33,29	21,58	20,53	24,60	29,45	22,03	19,08	29,44	30,16	21,43	18,95	29,47

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Figura 4.2- Distribuição do estoque de emprego formal por estabelecimentos agrupados por tamanho, nos anos 2000, 2010 e 2015, nos cinco maiores municípios:



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

No ano 2000, refletindo a tendência geral que se expressa no âmbito da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os estabelecimentos menores, que empregaram até 19 pessoas, foram os que concentraram maior parcela do estoque de emprego formal nos cinco municípios, o que já era de se esperar, visto que os municípios em questão respondem por aproximadamente 60% do estoque total de emprego formal do TMAP. Outro fato que chama atenção se refere à participação nula de estabelecimentos com 500 ou mais empregados no município de Araguari. A maior participação desses estabelecimentos na concentração do estoque de emprego formal é registrada para Uberlândia (25%).

Passando-se à análise do ano 2010, os dados revelam que houve uma redução relevante na participação dos vínculos ativos nos estabelecimentos menores, com até 19 empregados, em detrimento daquela relativa aos maiores (com 500 ou mais empregados), em todos os municípios, excetuando-se Patos de Minas. Essa mesma tendência foi registrada para o TMAP de forma agregada, conforme foi apresentado anteriormente.

No ano 2015 os estabelecimentos com até 19 empregados continuaram concentrando maior parte dos vínculos ativos nos cinco municípios analisados. Nota-se que no caso de Araguari e Patos de Minas, logo em seguida, foram os estabelecimentos que empregaram entre 20 e 99 pessoas, enquanto nos outros três foram os estabelecimentos com 500 ou mais.

Chama-se atenção, portanto, para o fato de que em 2010, no município de Ituiutaba, os estabelecimentos que empregavam entre 20 e 99 indivíduos respondiam pela segunda maior participação no estoque de emprego formal, fato que se altera no ano de 2015 já que são os estabelecimentos maiores (com 500 ou mais empregados) que passam a cumprir esse papel.

A Tabela 4.5 apresenta a variação percentual do estoque de emprego formal por tamanho dos estabelecimentos comparando-se ano inicial e final dos períodos 2000-2010, e 2010-2015, nos cinco maiores municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba:

Tabela 4.5-Variação do estoque de emprego distribuído por tamanho dos estabelecimentos nos cinco maiores municípios do TMAP, entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015 (%)

Faixa Populacional	Anos	Tamanho dos Estabelecimentos			
		Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	Mais de 500
Araguari	2000/2010	39,86	40,80	10,35	-
	2010/2015	14,80	5,31	-1,11	7,94
Ituiutaba	2000/2010	33,56	66,20	117,99	99,25
	2010/2015	20,26	0,51	30,93	17,41
Patos de Minas	2000/2010	61,10	50,29	132,32	31,98
	2010/2015	14,05	9,77	10,35	59,10
Uberaba	2000/2010	40,08	45,45	78,01	113,69
	2010/2015	10,75	18,49	-0,27	15,77
Uberlândia	2000/2010	59,99	84,65	68,08	116,55
	2010/2015	20,48	14,42	16,81	17,72

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Em Araguari o aumento dos vínculos ativos foi maior nos estabelecimentos que empregavam entre 20 e 99 pessoas; em Ituitutaba e Patos de Minas, naqueles que empregavam entre 100 e 499; e em Uberaba e Uberlândia, nos que empregavam 500 ou mais. Convém ressaltar que não há registro de retração do estoque de emprego em quaisquer dos grupos de estabelecimentos reunidos por tamanho.

Já analisando os anos 2010 e 2015, no âmbito dos cinco municípios em foco, é possível notar que houve variação positiva do estoque de emprego em quase todos os grupos de estabelecimentos com exceção dos que empregaram entre 100 e 499 pessoas em Araguari e Uberaba. Nos municípios de Araguari e Uberlândia, o maior incrementado estoque de emprego formal ocorreu nos estabelecimentos que empregaram até 19 pessoas (15% e 20%, respectivamente). Já em Ituitutaba, esse fato foi verificado para os estabelecimentos que apresentaram entre 100 e 499 empregados (31%); em Patos de Minas para os que tiveram 500 ou mais (59%); e em Uberaba para os de 20 a 99 (18%).

Procedendo-se a uma média das variações percentuais apresentadas nos municípios para cada grupo de estabelecimentos, ou seja, uma média das taxas verificadas nos estabelecimentos até 19, nos de 20 a 99, nos de 100 a 499, e nos de 500 ou mais, nos cinco municípios analisados, observa-se que, na média, os estabelecimentos cujo estoque de emprego formal mais se elevou foram os que empregaram mais de 500 pessoas (24%), em seguida os que empregaram até 19 (16%).

Desse modo, assim como foi observado na análise dos municípios do TMAP por faixas populacionais, os estabelecimentos que experimentaram maior elevação do estoque de emprego formal foram os da “ponta”, ou seja, os menores (com até 19 empregados), e os maiores (com 500 ou mais). Contudo, ressalta-se que, enquanto na análise por faixas populacionais, verificou-se que os primeiros apresentaram uma média superior à dos últimos, o mesmo não se verifica na análise dos cinco maiores municípios.

No caso de Araguari, Ituitutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia, quando tomada em consideração uma média das taxas de variação do estoque de emprego por cada grupo de estabelecimento classificado por tamanho, nota-se que a média para os estabelecimentos com mais 500 ou mais empregados foi superior à obtida para os estabelecimentos que possuíam um quadro com até 19.

5. Considerações Finais

Vários comentários podem ser tecidos à luz das informações trazidas nesta parte deste relatório que visa à compreensão da dinâmica do emprego na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os quais oferecem apenas um “primeiro passo” para uma apreensão mais minuciosa

dessa territorialidade ao longo dos últimos anos, culminando em várias possibilidades de aprofundamento em estudos ulteriores.

Com respeito ao estoque de emprego de forma geral, observa-se que a década que antecede a atual, ou seja, período 2000-2009, abarcou taxas expressivas de crescimento dos vínculos ativos, com pontuais exceções que certamente refletem desdobramentos da crise internacional de 2008, quando, ainda assim, nenhuma retração do estoque foi observada. Procedendo-se a uma média das taxas de crescimento anuais do período, observa-se, inclusive, que esta foi superior à do estado de Minas Gerais.

Já na atual década, especificamente entre 2010 e 2015, de um modo geral, o estoque de emprego cresceu menos, bem como houve retração deste no último ano analisado, o que necessariamente traduziu-se em uma média das taxas de crescimento anuais do período inferior à verificada no interregno anterior, tanto no país, como no estado de Minas Gerais, e na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Contudo, observa-se que, no caso desta última, a queda foi relativamente menor, o que denota uma passagem menos “dramática” em relação à crise econômica e política que se instaurou no país, quando comparada aos casos do Brasil (em sua perspectiva como todo), e ao estado que abriga a mesorregião, qual seja, Minas Gerais.

Agrupando-se os municípios da mesorregião por faixas populacionais, no primeiro interregno analisado (2000-2009), aqueles com até 20.000 habitantes foram os que mais cresceram em termos de estoque de emprego, ao passo que no segundo, foram, respectivamente, os que se encontravam nas seguintes faixas: de 5.001 a 10.000 habitantes; mais de 500.000 (município de Uberlândia, apenas); e de 50.000 a 100.000.

Também cabe destacar que os cinco maiores municípios da mesorregião, em termos populacionais, responderam por cerca de 65% do estoque de emprego formal do TMAP no período 2010-2015, sendo que somente o município de Uberlândia apresentou uma participação de 35%, em média.

Setorialmente falando, dentre os oito setores considerados pelo IBGE, os que responderam por maior parcela dos vínculos ativos no período 2010-2015, na mesorregião do TMAP, respectivamente foram: serviços; comércio e indústria de transformação. Cabe notar que esta última não esteve entre os três setores que mais concentraram o estoque de emprego formal no estado de Minas Gerais, e no Brasil, algo que se verificava em 2000, mas que não se observou em 2010 ou 2015. Por outro lado a indústria de transformação manteve-se entre as três maiores participações no estoque de emprego na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Observando-se os municípios do TMAP segundo agrupamento por faixas populacionais proposto neste trabalho, verifica-se a maior participação da agropecuária, da administração pública e

da indústria de transformação na conformação do estoque de emprego formal nos municípios menores (em termos populacionais); a maior participação de serviços, do comércio, e da indústria de transformação nos maiores; e taxas de participação relativamente mais elevadas deste último setor nas faixas populacionais menores; e uma notória perda de participação desse setor na faixa populacional mais elevada, qual seja, a de mais de 500.000 habitantes (que se resume ao município de Uberlândia).

Com respeito aos cinco maiores municípios em termos populacionais, tendo em conta a elevada participação destes no total de estoque de emprego formal do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (aproximadamente 65%), vê-se que a elevada concentração de vínculos nos setores de comércio e serviços, e as altas taxas de crescimento destes no período 2000-2015, garantiram, em boa parte, uma taxa média de crescimento do estoque de emprego formal da ordem de 4,94% entre 2000 e 2009 na mesorregião em análise (maior que a apresentada por Minas Gerais e pelo Brasil, como já se viu) e de 3,74% entre 2010 e 2015 (também superior à dos outros dois casos).

Já com relação ao tipo de vínculo, verifica-se que, assim como no estado e no país, a maior parte dos vínculos trabalhistas no período era celetista. Em 2000, 87,1% dos vínculos eram celetistas; 12,1% estatutários; e 0,8% referiam-se a outros. Já em 2010, ocorre um considerável aumento de participação destes últimos, em detrimento dos celetistas, de tal modo que a distribuição se dá da seguinte forma: 86,3% celetistas; 12,1% estatutários; e 1,5% outros. Em 2015, os celetistas retomam um pouquinho de sua participação, e outros tipos de vínculos continuam a aumentar sua parcela também, ambos em detrimento dos estatutários: 86,5% celetistas; 11,8% estatutários; 1,7% outros.

Por fim, com respeito ao tamanho dos estabelecimentos empregadores, nota-se que a maior parte do estoque de emprego formal concentra-se em duas pontas extremas: nos estabelecimentos menores, com até 19 empregados; e em seguida, nos maiores, com 500 ou mais. Tomando por base o período 2000-2010, e comparando-se o ano inicial e o final deste interregno, nota-se um aumento da participação destes últimos na conformação do estoque de emprego, e uma queda no caso dos primeiros. Já entre 2010 e 2015, a participação relativa dos estabelecimentos com até 19 empregados no estoque total de emprego da mesorregião é parcialmente retomada, e a dos estabelecimentos com 500 ou mais pessoas empregadas continua a crescer.

A maior taxa de crescimento dos vínculos ativos, comparando-se 2000 e 2010, ocorre nos estabelecimentos maiores, com 500 ou mais empregados; ao passo que, comparando-se 2010 a 2015, ocorre nos menores, com até 19 empregados; e em nenhum dos dois interregnos é verificado decréscimo do estoque de emprego formal agrupado por tamanho dos estabelecimentos.

Em relação aos municípios do TMAP agrupados por faixas populacionais, de modo geral, é possível verificar que os estabelecimentos em que o estoque de emprego formal mais cresceu foram

também os da “ponta”, ou seja, os menores, com até 19 empregados, e os maiores, com 500 ou mais. Em média, no primeiro grupo de estabelecimentos os vínculos ativos cresceram 22%, e no segundo, 21%. O grupo que reuniu os estabelecimentos que empregavam entre 20 e 99 pessoas, também cresceu, na média, a uma taxa relevante (aproximadamente 20%), que seguiu de perto os outros dois grupos recém-mencionados. Já nos estabelecimentos com 100 a 499 empregados, o crescimento médio foi de apenas 1%.

II. Estabelecimentos Formais

Ester William Ferreira⁸

6. Análise Geral da Evolução do Número de Estabelecimentos Formais nos anos 2000- 2015

6.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

O número de estabelecimentos formais cresceu, de maneira geral, no período 2000 a 2015, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais e na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), como pode ser visto na Tabela 6.1 e na Figura 6.1.

Em âmbito nacional havia 2.238.687 estabelecimentos em 2000 e, em 2015, chegou-se a 3.971.108, um aumento de 77,38% em razão de 1.732.421 declarações adicionais entre esses anos. Desde o ano 2000, o número de estabelecimentos mostrou crescimento no Brasil. Contudo, isto não aconteceu a taxas crescentes, uma vez que foram observadas desacelerações e reduções do quantitativo de empregadores de mão de obra ao longo do período analisado, especialmente em 2015, quando aconteceu a variação positiva mais baixa- apenas 21.129 estabelecimentos relativamente ao ano anterior.

Em Minas Gerais, a variação no número de estabelecimentos entre 2000 e 2015 foi de 59,78%, inferior, portanto, à variação verificada no país. Ainda assim, o quadro de crescimento no número de estabelecimentos apresentado no país também pôde ser constatado no estado desde 2000, mas, diferentemente do que ocorreu no país, houve a redução de 937 estabelecimentos em 2015 no Estado de Minas Gerais.

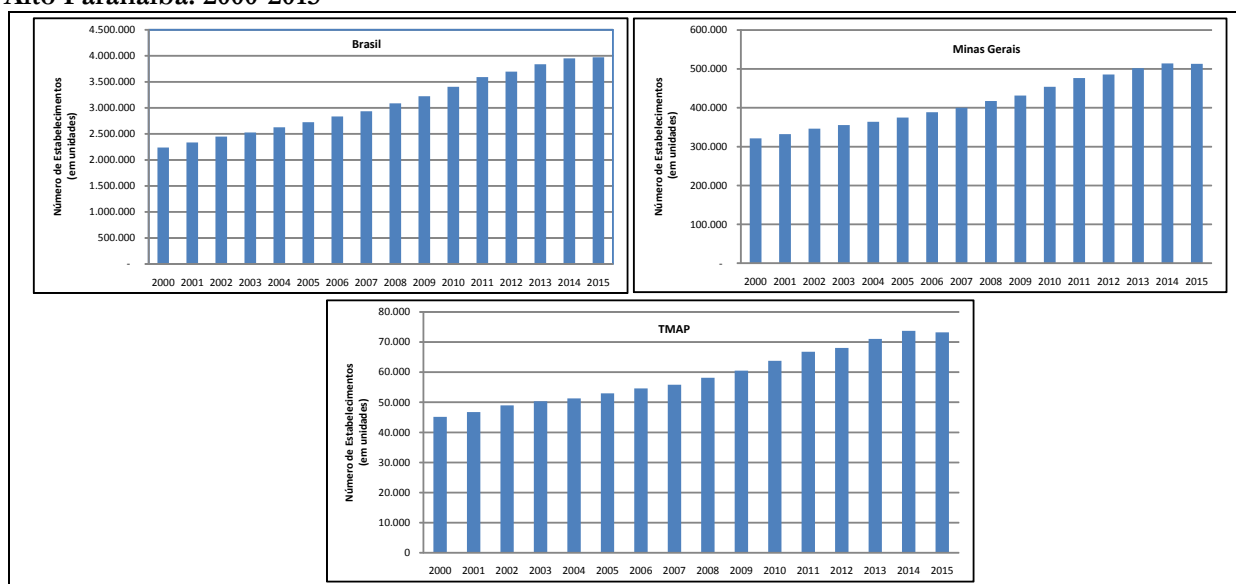
No TMAP, por sua vez, entre 2000 e 2015, a variação foi de 62,25%, resultado que, embora inferior ao observado em âmbito nacional, foi superior à variação estadual. De 2000 a 2015, constatou-se o aumento no número de estabelecimentos formais anualmente, com exceção do ano 2015, que registrou a redução de 469 estabelecimentos em relação ao ano anterior, delineando um quadro semelhante àquele verificado para o estado.

⁸Pesquisadora do CEPES/IEUFU. Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia/IEUFU.

Tabela 6.1 - Número de estabelecimentos formais: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000 a 2015

Anos	Brasil	Minas Gerais	TMAP
2000	2.238.687	321.160	45.143
2001	2.334.581	332.104	46.766
2002	2.447.865	346.230	48.981
2003	2.527.285	355.368	50.338
2004	2.626.176	363.794	51.287
2005	2.724.172	374.741	52.989
2006	2.833.567	388.673	54.609
2007	2.935.448	399.951	55.833
2008	3.085.470	417.356	58.159
2009	3.223.514	431.482	60.495
2010	3.403.448	454.061	63.760
2011	3.590.616	476.365	66.789
2012	3.695.735	485.490	68.049
2013	3.836.771	501.780	71.070
2014	3.949.979	514.085	73.714
2015	3.971.108	513.148	73.245

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Figura 6.1 - Número de estabelecimentos formais no Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: 2000-2015

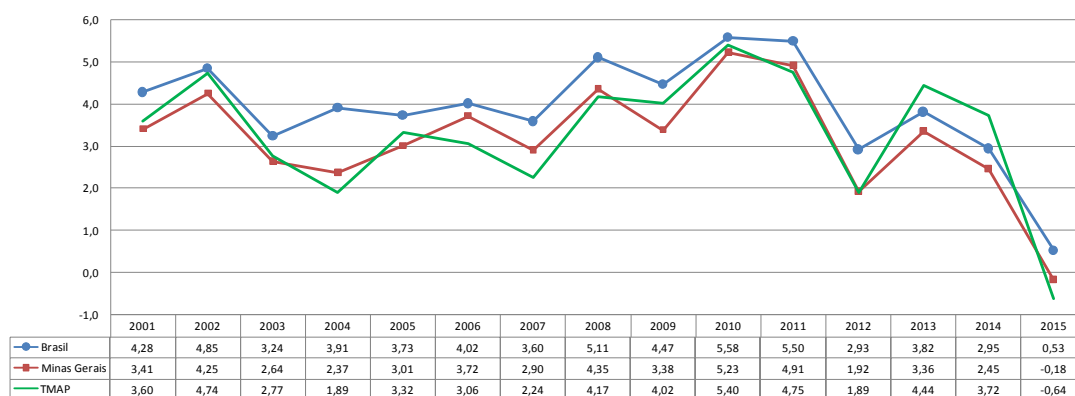
Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

O Gráfico 6.1 mostra que, no período 2000 a 2015, o quantitativo de estabelecimentos, no Brasil, apresentou variações anuais percentuais que oscilaram entre 3% e 4% de um ano para outro até 2007, com os anos de 2003 a 2005 e 2007 marcando as menores variações anuais – pouco mais de 3% -, com exceção apenas para 2006 cuja variação anual ficou em torno de 4%. Nos anos 2008 a 2011 foi observado um aumento anual no número de estabelecimentos maior que aquele apresentado no período anterior (2000 a 2007) - 5,11% no ano de 2008 em relação a 2007; 5,58% em 2010 relativamente a 2009, e 5,5% em 2011 vis à vis 2010. Os anos seguintes (2012 a 2015)

foram os que registraram as menores variações anuais percentuais nesses dezesseis anos em análise: 2012 (variação anual de 2,93%), 2013 (3,82%), 2014 (2,95%) e 2015 (0,53%). Isto significa que, embora tenha sido constatado o aumento no número de estabelecimentos no país desde 2000, os últimos anos, de 2012 a 2015, evidenciaram uma desaceleração no ritmo desse crescimento.

Em Minas Gerais, ao longo do período 2000-2015 as variações anuais mostraram-se mais baixas do que aquelas observadas para o Brasil. Em que pese a evolução crescente do número de estabelecimentos formais no estado, esta se deu em menor magnitude do que no país. Contudo, observa-se quadro semelhante ao do país quando são analisadas as oscilações ocorridas no período. Entre 2003 e 2007 há uma desaceleração no aumento do quantitativo de estabelecimentos (com pequena elevação em 2005 e 2006), enquanto nos anos 2008 a 2011 verifica-se a retomada daquele aumento, chegando a 5,23% em 2010 relativamente a 2009 e 4,91% em 2011 em relação a 2010. A partir de 2012 até 2015 as variações anuais mostraram-se as mais baixas do período, chegando a uma variação negativa de -0,18% em 2015 relativamente a 2014.

Gráfico 6.1 - Variação anual percentual do número de estabelecimentos – Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período 2000-2015 (%)



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

No TMAP, as variações anuais percentuais do número de estabelecimentos foram superiores às do estado em alguns anos: de 2000 a 2003, 2005, 2009, 2010, 2013 e 2014. No período 2003 a 2007 houve redução no crescimento do quantitativo de estabelecimentos, especialmente em 2004, quando a variação anual foi de apenas 1,89% em relação a 2003, e em 2007, com variação anual de pouco mais de 2% relativamente ao ano anterior. Assim como foi observado em âmbito nacional e estadual, a partir de 2008 até 2011 o incremento do número de estabelecimentos se deu com variações anuais superiores a 4%, atingindo 5,4% em 2010. É no período 2012 a 2015 que se percebe significativa desaceleração no aumento de estabelecimentos formais, chegando a uma variação anual de 1,89% em 2012 comparativamente a 2011, passando por importante recuperação em 2013 (4,44%) e 2014 (3,72%), mas terminando 2015 com uma variação negativa de -0,64%,

quando se tem o fechamento de 469 estabelecimentos em comparação com o número de estabelecimentos em 2014.

A partir da média das variações anuais de crescimento do número de estabelecimentos nos períodos 2001-2009 (que se refere aos anos 2000 a 2009) e 2010-2015 (Tabela 6.2) é possível notar que as maiores taxas foram obtidas no primeiro período, tanto para o Brasil (4,14%) quanto para Minas Gerais (3,34%) e TMAP (3,31%). O segundo período (2010-2015), por sua vez, foi marcado pela desaceleração no aumento dos estabelecimentos formais no Brasil (3,55%), Minas Gerais (2,95%) e no TMAP (3,26%). Cabe destacar que essa desaceleração na média das variações anuais foi menos acentuada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba relativamente ao verificado para o país e para o Estado de Minas Gerais.

Tabela 6.2 - Média das variações anuais percentuais do número de estabelecimentos (%)

	2001-2009	2010-2015
Brasil	4,14	3,55
Minas Gerais	3,34	2,95
TMAP	3,31	3,26

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

6.2. Estabelecimentos formais nos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo faixas populacionais e maiores municípios

Em conformidade com a primeira parte deste volume, em que foi apresentada a análise da dinâmica do emprego formal, serão apresentadas as informações referentes à evolução do número de estabelecimentos na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com ênfase nos seis últimos anos do período estudado (2010 a 2015). Ademais, segue-se a classificação dos municípios dessa mesorregião por tamanho, segundo as faixas populacionais definidas por número de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, conforme descritas: “Até 5.000”; “De 5.001 a 10.000”; “De 10.001 a 20.000”; “De 20.001 a 50.000”; “De 50.001 a 100.000”; “De 100.001 a 500.000” e “Mais de 500.000”⁹.

A Tabela 6.3 mostra que o número de estabelecimentos cresceu em todas as faixas populacionais nos anos 2010 a 2015, ocorrendo pequena desaceleração desse crescimento em 2012 somente nos municípios compreendidos nas três primeiras faixas (até 20.000 habitantes). A continuidade do aumento de estabelecimentos aconteceu nos anos 2013 e 2014 em todas as faixas de tamanho. Todavia, em 2015, observa-se novamente uma desaceleração, mas, nesse ano, nos municípios maiores (com mais de 50.000 habitantes).

⁹ A lista dos municípios que compõem as faixas populacionais pode ser encontrada no Volume I.

No que tange à participação relativa do número de estabelecimentos em cada faixa populacional, nota-se que houve pequenas alterações ao longo dos anos 2010 a 2015, alterações estas que não modificaram a distribuição das participações entre as faixas – os maiores números de estabelecimentos são encontrados nos municípios maiores (com mais de 100.000 habitantes).

Tabela 6.3 - Número de estabelecimentos e participação relativa, segundo a faixa populacional, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: 2010-2015

Faixa Populacional	Número de Estabelecimentos Formais					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Até 5.000	1.573	1.677	1.593	1.663	1.754	2,58
De 5.001 a 10.000	2.760	2.891	2.815	2.968	3.617	5,32
De 10.001 a 20.000	6.468	6.876	6.809	7.094	7.336	10,78
De 20.001 a 50.000	9.479	9.949	9.967	10.457	10.465	15,38
De 50.001 a 100.000	9.723	10.159	10.382	10.890	11.126	16,35
De 100.001 a 500.000	17.303	17.771	18.088	18.700	19.059	28,01
Mais de 500.000	16.454	17.466	18.395	19.298	20.357	29,92
Total	63.760	66.789	68.049	71.070	73.714	108
Faixa Populacional	Participação relativa					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Até 5.000	2,47	2,51	2,34	2,34	2,38	2,43
De 5.001 a 10.000	4,33	4,33	4,14	4,18	4,91	4,38
De 10.001 a 20.000	10,14	10,30	10,01	9,98	9,95	9,97
De 20.001 a 50.000	14,87	14,90	14,65	14,71	14,20	14,62
De 50.001 a 100.000	15,25	15,21	15,26	15,32	15,09	15,16
De 100.001 a 500.000	27,14	26,61	26,58	26,31	25,86	25,81
Mais de 500.000	25,81	26,15	27,03	27,15	27,62	27,62
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Na Tabela 6.4 são apresentadas as variações anuais percentuais referentes ao número de estabelecimentos, no período analisado, segundo as faixas populacionais. Para os dezoito municípios com até 5.000 habitantes, o maior crescimento no quantitativo de estabelecimentos formais aconteceu em 2011 (6,61% relativamente ao ano de 2010), resultado que foi significativamente alterado em 2012, quando ocorreu a diminuição no número de estabelecimentos (-5,01%). Em 2013 e 2014, constata-se uma retomada no crescimento dos empregadores de mão-de-obra às variações anuais de 4,39% e 5,47%, respectivamente, quadro que se modifica em 2015 pela desaceleração desse crescimento, resultando em uma variação anual de 1,43%.

Para os quatorze municípios compreendidos na faixa “De 5.001 a 10.000” verificou-se o maior crescimento no número de estabelecimentos em 2014 (adição de 649), quando a variação anual chegou a 21,87%. Em 2015, porém, a variação anual foi negativa (-11,25%), com a redução de 407 estabelecimentos. O ano de 2012 também registrou decréscimo no número de estabelecimentos formais (-2,63%).

Os dezesseis municípios de 10.001 a 20.000 habitantes tiveram variações anuais positivas mais elevadas nos anos 2010 (5,39%) e 2011 (6,31%), quando foram constatados os maiores aumentos no número de estabelecimentos. Em 2012 observou-se a redução desse número (com variação anual de -0,97%), passando por recuperação do crescimento em 2013 (4,19%) e 2014 (3,41%), voltando a registrar decréscimo em 2015 (-0,42%).

Tabela 6.4 - Variação anual percentual do número de estabelecimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo a faixa populacional: 2010-2015 (%)

Faixa Populacional	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Até 5.000	5,01	6,61	-5,01	4,39	5,47	1,43
De 5.001 a 10.000	4,74	4,75	-2,63	5,44	21,87	-11,25
De 10.001 a 20.000	5,39	6,31	-0,97	4,19	3,41	-0,42
De 20.001 a 50.000	6,01	4,96	0,18	4,92	0,08	2,34
De 50.001 a 100.000	3,83	4,48	2,20	4,89	2,17	-0,19
De 100.001 a 500.000	4,46	2,70	1,78	3,38	1,92	-0,80
Mais de 500.000	7,16	6,15	5,32	4,91	5,49	-0,63
Total	5,40	4,75	1,89	4,44	3,72	-0,64

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

O quantitativo de estabelecimentos nos dez municípios que se encontram na faixa “De 20.001 a 50.000” teve seus maiores acréscimos nos anos 2010 (variação anual de 6,01%) e 2011 (4,96%) e as desacelerações de crescimento nos anos 2012 (0,18%) e 2014 (0,08%), passando por uma variação positiva em 2013 (4,92%) e 2015 (2,34%), embora esta última tenha sido sua menor variação positiva no período analisado.

A faixa de 50.001 a 100.000 habitantes, composta por quatro municípios, apresentou, em 2012, uma desaceleração no aumento do número de estabelecimentos que vinha ocorrendo em 2010 e 2011. A variação anual de 2,2% se deu em menor magnitude do que nos municípios da faixa anterior e mostrou-se mais favorável em relação aos municípios das faixas com até 20.000 habitantes, cujas variações relativas, em 2012, evidenciaram a redução do número de estabelecimentos. Com uma recuperação em 2013 (4,89%), a variação anual de 2014 (2,17%) indica novamente uma desaceleração no acréscimo de estabelecimentos, chegando em 2015 com a redução dos mesmos (-0,19%).

Para os três municípios com 100.001 a 500.000 habitantes, o maior crescimento no número de estabelecimentos se deu em 2010 (variação anual de 4,46% em relação a 2000), sendo que, nos dois anos seguintes, houve uma desaceleração desse crescimento, especialmente em 2012 (1,78%). Em 2013, retoma-se um aumento no número de estabelecimentos (variação anual de 3,38%) que logo se reverte em 2014, quando o ritmo de crescimento cai, chegando, em 2015, a uma variação negativa (-0,8%) como resultado da redução de 152 estabelecimentos formais.

A última faixa, “Mais de 500.000”, apresentou as maiores variações relativas anuais desde 2010 até 2014, destacando-se as de 2010 (7,16%) e 2011 (6,15%). Mesmo em 2012, quando nas outras faixas de municípios houve desaceleração no ritmo de crescimento do número de estabelecimentos, senão redução (como nas três primeiras faixas populacionais), nessa faixa, em que há somente o município de Uberlândia, o aumento no quantitativo de empregadores se manteve. Houve queda no ritmo de crescimento em 2015 (-0,63%) em razão da diminuição de 128 estabelecimentos.

A Tabela 6.5 apresenta a média das taxas de variação anual percentual do número de estabelecimentos para os períodos 2001-2009 e 2010-2015.

Tabela 6.5 - Média das variações anuais percentuais do número de estabelecimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo a faixa populacional nos períodos 2001-2009 e 2010-2015 (%)

Faixa Populacional	2001-2009	2010-2015
Até 5.000	3,42	2,98
De 5.001 a 10.000	3,82	3,82
De 10.001 a 20.000	3,38	2,98
De 20.001 a 50.000	3,90	3,08
De 50.001 a 100.000	2,52	2,90
De 100.001 a 500.000	2,91	2,24
Mais de 500.000	3,83	4,73

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Observa-se que há uma redução na média das variações anuais no último período em análise para quase todas as faixas populacionais, exceto para as faixas “De 5.001 a 10.000” (cujas médias se mantêm em 3,82% nos dois períodos), “De 50.001 a 100.000” e “Mais de 500.000”, em que as médias em 2010-2015 (2,9% e 4,73%, respectivamente) são maiores que as médias obtidas para o período 2001-2009: 2,52% e 3,83%, respectivamente.

A Tabela 6.6 traz as informações sobre o número de estabelecimentos formais nos cinco maiores municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos 2000 e 2010 a 2015, quais sejam: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba e Araguari. Nota-se, inicialmente, que esses cinco municípios tinham, em média, 57 ou 58% do total de estabelecimentos do TMAP em 2000 e nos anos 2010 a 2015, sendo que Uberlândia, maior município do TMAP, registrou, sozinho, uma participação que ficou entre 24% e 28% nos anos analisados (Gráfico 6.2).

Entre os anos 2000 e 2010 houve crescimento do número de estabelecimentos nos cinco municípios selecionados, sendo que a maior variação registrada ocorreu no município de Uberlândia (50,1%), seguido de Patos de Minas (49,67%), Araguari (33,96%), Uberaba (28,42%) e Ituiutaba (25,45%). Nos últimos seis anos (2010 a 2015), o aumento do quantitativo de estabelecimentos continuou, embora a um ritmo notadamente menor. Uberlândia registrou a maior variação

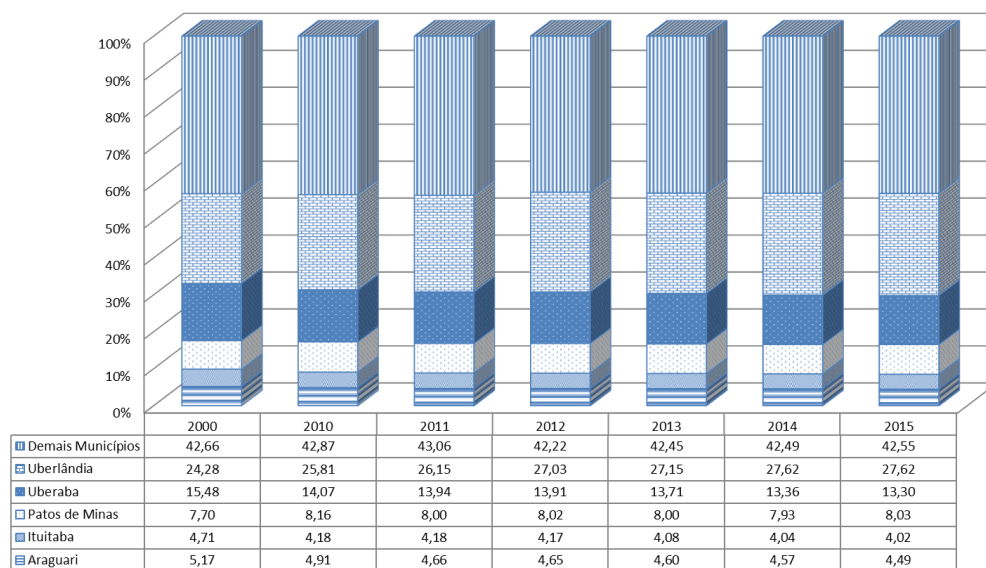
percentual em 2015 relativamente a 2010 (22,94%), vindo depois Patos de Minas (13,02%), Ituiutaba (10,42%), Uberaba (8,55%) e Araguari (5,12%).

Tabela 6.6 - Número de estabelecimentos formais nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em 2000 e 2010 a 2015

Municípios	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2000/2010 (%)	Variação 2010/2015 (%)
Araguari	2.335	3.128	3.114	3.167	3.272	3.369	3.288	33,96	5,12
Ituiutaba	2.126	2.667	2.790	2.838	2.902	2.975	2.945	25,45	10,42
Patos de Minas	3.475	5.201	5.345	5.457	5.683	5.844	5.878	49,67	13,02
Uberaba	6.988	8.974	9.312	9.464	9.745	9.846	9.741	28,42	8,55
Uberlândia	10.962	16.454	17.466	18.395	19.298	20.357	20.229	50,10	22,94
Demais Municípios	19.257	27.336	28.762	28.728	30.170	31.323	31.164	41,95	14,00
Total	45.143	63.760	66.789	68.049	71.070	73.714	73.245	41,24	14,88

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Gráfico 6.2 - Participação relativa dos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no total de estabelecimentos formais da Mesorregião: 2000 e 2010 a 2015 (%)



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

A Tabela 6.7 mostra as variações anuais percentuais do número de estabelecimentos nos cinco municípios analisados no período 2010 a 2015. Nota-se que houve aumento no quantitativo de empregadores em 2010 relativamente a 2009 em todos os municípios selecionados, com maior destaque para Uberlândia (7,16%), Araguari (5,6%) e Ituiutaba (5,21%). Em 2011 e 2012, no entanto, observou-se uma desaceleração no crescimento do número de estabelecimentos e, em Araguari, uma redução dos mesmos em 2011 (-0,45%). Em 2013, constatou-se breve recuperação no acréscimo de estabelecimentos, exceto em Uberlândia, que apresentou, neste único ano, variação anual menor do que a do ano anterior. Em 2015, apenas Uberlândia e Ituiutaba tiveram variações anuais percentuais maiores do que a de 2014 – 5,49% e 2,52%, respectivamente. Nos demais

municípios o incremento de empregadores passou por retração; retração esta que acabou por se intensificar em 2015, quando quatro dos cinco municípios selecionados apresentaram variações anuais negativas: Araguari (-2,4%), Uberaba (-1,07%), Ituiutaba (-1,01%) e Uberlândia (-0,63%).

Tabela 6.7 – Variação anual percentual do número de estabelecimentos formais para os cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período 2010-2015 (%)

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Araguari	5,60	-0,45	1,70	3,32	2,96	-2,40
Ituiutaba	5,21	4,61	1,72	2,26	2,52	-1,01
Patos de Minas	5,16	2,77	2,10	4,14	2,83	0,58
Uberaba	3,66	3,77	1,63	2,97	1,04	-1,07
Uberlândia	7,16	6,15	5,32	4,91	5,49	-0,63
Demais Municípios	4,97	5,22	-0,12	5,02	3,82	-0,51
Total	5,40	4,75	1,89	4,44	3,72	-0,64

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

7. Análise Setorial da Evolução do Número de Estabelecimentos Formais

7.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A análise setorial da qual trata esta subseção é realizada a partir das informações sobre os oito setores da atividade econômica definidos pelo IBGE e que se encontram disponíveis na RAIS, quais sejam: agropecuária (que inclui extração vegetal, caça e pesca); administração pública; comércio; construção civil; extrativa mineral; indústria; serviços, e serviços industriais de utilidade pública.

A Tabela 7.1 apresenta as informações sobre o número de estabelecimentos formais, por setor de atividade econômica, e suas participações relativas no Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nos anos 2000, 2010 e 2015.

No Brasil, pode-se observar que os setores Comércio e Serviços detinham o maior número de estabelecimentos formais tanto em 2000 quanto em 2010 e 2015. Em 2000, havia 832.528 estabelecimentos no setor Comércio, com participação em torno de 37% no total de estabelecimentos do país. Em 2010, esses quantitativos passaram para 1.367.446 e 40%, respectivamente e, em 2015, para 1.540.637 e 39%. O setor Serviços, que, em 2000, registrou 784.462 estabelecimentos e participação relativa de 35,04%, em 2010 tinha 1.180.213 estabelecimentos, tendo passado por pequena queda em sua participação no total (em torno de

35%). Em 2015, essa participação cresce para 37% com o acréscimo de 286.679 estabelecimentos no setor.

Outros setores que merecem destaque, ainda que tenham participações relativas menores, são Agropecuária, Indústria de Transformação e Construção Civil. Destes três, o setor Construção Civil foi o único que teve aumento em suas participações relativas nos anos analisados. Em 2000, com participação de cerca de 4%, foram registrados 96.876 estabelecimentos formais. Em 2010, há um pequeno aumento na participação relativa, que vai para 4,75% referente a 161.666 estabelecimentos. Essa participação se eleva um pouco mais em 2015 (5,4%) quando há o incremento de 52.749 empregadores de mão de obra. O setor Agropecuária, que tinha uma participação relativa de 11,4% no total de estabelecimentos formais em 2000, passou por redução dessa participação em 2010 (9,54%) e 2015 (8,34%), ainda que o número de estabelecimentos tenha aumentado – 255.240 em 2000; 324.783 em 2010, e 331.230 em 2015. O mesmo quadro foi observado para o setor Indústria de Transformação, cujas participações relativas passaram de 10,85%, em 2000, para 9,92% em 2010 e 382.472 em 2015, com 242.820, 337.651 e 382.472 estabelecimentos, respectivamente.

Tabela 7.1 - Número de estabelecimentos formais e participação relativa por setor de atividade econômica no Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em 2000, 2010 e 2015

Setor de atividade econômica		Brasil			Minas Gerais			TMAP		
		2000*	2010	2015	2000*	2010	2015	2000	2010	2015
Adm. Pública	Número	14.355	15.909	17.046	1.922	2.120	2.119	208	204	191
	Part (%)	0,64	0,47	0,43	0,60	0,47	0,41	0,46	0,32	0,26
Agropecuária**	Número	255.240	324.783	331.230	64.811	75.060	72.222	13.968	15.323	15.182
	Part (%)	11,40	9,54	8,34	20,18	16,53	14,07	30,94	24,03	20,73
Comércio	Número	832.528	1.367.446	1.540.637	108.293	167.141	186.384	14.035	21.864	24.553
	Part (%)	37,19	40,18	38,80	33,72	36,81	36,32	31,09	34,29	33,52
Const. Civil	Número	96.876	161.666	214.415	20.016	27.490	31.220	2.567	4.704	5.418
	Part (%)	4,33	4,75	5,40	6,23	6,05	6,08	5,69	7,38	7,40
Extrat. Mineral	Número	6.588	8.036	8.629	1.494	1.871	1.929	99	142	156
	Part (%)	0,29	0,24	0,22	0,47	0,41	0,38	0,22	0,22	0,21
Indust. de Transf.	Número	242.820	337.651	382.472	31.413	41.565	46.981	3.312	4.484	5.318
	Part (%)	10,85	9,92	9,63	9,78	9,15	9,16	7,34	7,03	7,26
Serviços	Número	784.462	1.180.213	1.466.892	92.450	138.355	171.601	10.865	16.972	22.331
	Part (%)	35,04	34,68	36,94	28,79	30,47	33,44	24,07	26,62	30,49
Serv. Ind. Util. Pub.	Número	5.819	7.744	9.787	760	459	692	89	67	96
	Part (%)	0,26	0,23	0,25	0,24	0,10	0,13	0,20	0,11	0,13
Total	Número	2.238.687	3.403.448	3.971.108	321.160	454.061	513.148	45.143	63.760	73.245
	Part (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100

*Observação: Foi realizada uma redistribuição proporcional do número de estabelecimentos não classificados no ano 2000 no Brasil (201 estabelecimentos) e em Minas Gerais (15).

** Inclui Extração Vegetal, Caça e Pesca

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Em Minas Gerais, os setores Comércio e Serviços também detinham as maiores participações nos anos 2000, 2010 e 2015. Em 2000, foram registrados 108.293 estabelecimentos formais no setor Comércio, cuja participação no total observado no estado era de, aproximadamente, 34%. Em 2010, com o incremento de 58.848 estabelecimentos, essa participação subiu para 38%. Em 2015, com o ritmo de crescimento menor, o aumento de 19.243 estabelecimentos resultou na participação relativa em torno de 36%. O setor Serviços, que, em 2000, tinha 92.450 estabelecimentos e participação aproximada de 29%, passou por um crescimento dessa participação nos anos seguintes: cerca de 30%, em 2010, e 33% em 2015, com 138.355 e 171.601 estabelecimentos, respectivamente.

O setor Agropecuária, em Minas Gerais, tal como observado em âmbito nacional, também passou por redução em sua participação relativamente a outros setores nos anos considerados, mesmo que tenham sido registrados aumentos no número de estabelecimentos. Em 2000, com 64.811 empregadores formais, a participação relativa era de 20,18%, passando para 16,53% em 2010 (com 75.060 estabelecimentos) e para 14,07% em 2015 (72.222). Nota-se o mesmo quadro na análise do setor Indústria de Transformação, embora a diminuição de sua participação relativa tenha sido menor no total do estado se comparada à do setor Agropecuária. Em 2000, com 31.413 estabelecimentos, o setor tinha uma participação relativa de 9,78%, que passou para 9,15%, em 2010 (41.565 estabelecimentos), e 9,16% em 2015 (46.981). O setor Construção Civil passou por redução em sua participação relativa de 2000 (6,23%) para 2010 (6,05%), tendo apresentado pequeno aumento em 2015 (6,08%), com o acréscimo de 3.730 estabelecimentos.

Na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os setores Comércio e Agropecuária registravam as maiores participações relativas no total de estabelecimentos formais em 2000 (ambos com aproximadamente 31%), enquanto os setores Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil os seguiam com participações em torno de 24%, 7% e 6%, respectivamente. Em 2010, o setor Comércio continuou com a participação relativa mais elevada (em torno de 34%, com 21.864 estabelecimentos), enquanto o setor Agropecuária teve sua participação reduzida para 24%, mesmo com o acréscimo de 1.355 estabelecimentos. O setor Serviços passou por aumento em sua participação relativa, chegando à segunda posição com 26% no total de estabelecimentos da mesorregião, com o acréscimo de 6.107 empregadores formais, seguido do setor Construção Civil, que passou à terceira posição com participação de 7,38%, à frente do setor Indústria de Transformação (7,03%). Em 2015, o setor Comércio teve uma pequena redução em sua participação relativa (33,52%), ainda que registrando incremento de 2.689 estabelecimentos, enquanto o setor Serviços continuou trajetória de aumento em sua participação percentual chegando a 30,49%. O setor Agropecuária, por sua vez, manteve a diminuição em sua participação relativa, que passou para aproximadamente 21%, apresentando, neste ano, a redução de 141 estabelecimentos. O setor

Construção Civil registrou sua participação relativa em torno de 7%, com o acréscimo de 714 empregadores formais.

A Tabela 7.2 e a Figura 7.1 apresentam as variações anuais percentuais do número de estabelecimentos, segundo os setores de atividade econômica, no Brasil, em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nos anos 2001 a 2015. Na Tabela 7.3 encontram-se as médias das variações anuais para o período 2001-2015 e para os interstícios 2001-2009 e 2010-2015.

Em âmbito nacional, o período 2001-2015 registrou aumento do número de estabelecimentos formais em todos os setores de atividade econômica. Dos oito setores, os que registraram as maiores variações anuais percentuais foram Construção Civil (5,61%), Serviços (4,27%) e Comércio (4,2%). Ver Tabela 7.3.

Há que se lembrar, no entanto, que os anos 2000 não foram marcados pelo aumento crescente do número de estabelecimentos formais, uma vez que houve descontinuidades ao longo dos anos. O setor Construção Civil, por exemplo, apresentou variações anuais significativamente altas a partir de 2006, chegando a uma variação de 15,12% em 2008 relativamente a 2007. Mas foram nos anos 2010 e 2011 que o setor alcançou as maiores variações anuais -16,97% e 13,47%, respectivamente -, o que contribuiu para uma taxa média de variação anual de 7,77% no interstício 2010-2015 frente à taxa média de 4,18% nos anos 2001-2009, embora se deva destacar que o setor mostra desaceleração no ritmo de crescimento de estabelecimentos formais a partir de 2012, atingindo uma variação anual negativa de -2,27% em 2015. (Tabelas 7.2 e 7.3; Figura 7.1).

O setor Serviços, que teve uma taxa média de variação anual de 4,27% no período 2001-2015, apresentou uma taxa média mais elevada de crescimento do número de estabelecimentos formais nos anos 2010-2015 (4,68%) em relação aos anos 2001-2009 (3,52%), conforme Tabela 7.3. De 2001 a 2007 nota-se um aumento relativamente constante no número de estabelecimentos, com salto do quantitativo em 2002 (4,39%). A partir de 2008 a 2011 as variações anuais oscilaram entre 5% e 7%. Em 2012, a variação anual percentual registrou queda em relação ao ano anterior (4,16%), voltando a subir em 2013 (5,12%) e novamente apresentando desaceleração no aumento do número de estabelecimentos formais em 2014 e 2015, quando as variações anuais foram de 4,27% e 2,2%, respectivamente (Tabela 7.2 e Figura 7.1).

Com uma taxa média de variação anual de 4,2% no período 2000-2015, o setor Comércio mostrou maior crescimento no quantitativo de estabelecimentos formais no período 2001-2009, quando registrou uma taxa média de aproximadamente 5%, relativamente ao período 2010-2015 em que a taxa média foi de 3% (Tabela 7.3). A Tabela 7.2 e a Figura 7.1 mostram que as variações anuais percentuais se mantiveram mais elevadas nos oito primeiros anos dos 2000, com pequenas quedas relativas em 2003, 2006, 2007 e 2009. A partir de 2011 observa-se a desaceleração do crescimento do

número de estabelecimentos formais nesse setor, chegando a uma variação negativa em 2015 (-0,27%).

Em Minas Gerais, também se observou o crescimento do quantitativo do número de estabelecimentos em todos os setores de atividade econômica no período 2000-2015, com destaque para os setores Serviços, Comércio e Construção Civil, cujas taxas médias de variação anual foram de 4,22%, 3,7% e 3,2%, respectivamente (Tabela 7.3).

Num quadro semelhante ao observado no país, o setor Serviços também registrou uma taxa média de variação anual mais elevada no período 2010-2015 (4,6%) em relação ao período 2001-2009 (3,97%). De 2001 a 2006, nota-se a desaceleração no aumento do quantitativo de estabelecimentos formais a partir de 2003, com aumento da variação anual em 2006. No período 2007 a 2011, chega-se às variações anuais percentuais mais elevadas, que vão de 4% a 7%, resultado que se modifica significativamente em 2012, quando há desaceleração no crescimento do número de estabelecimentos formais (com exceção dos anos 2013 e 2014), chegando a uma variação anual de 1,81% em 2015 (Tabela 7.2 e Figura 7.1).

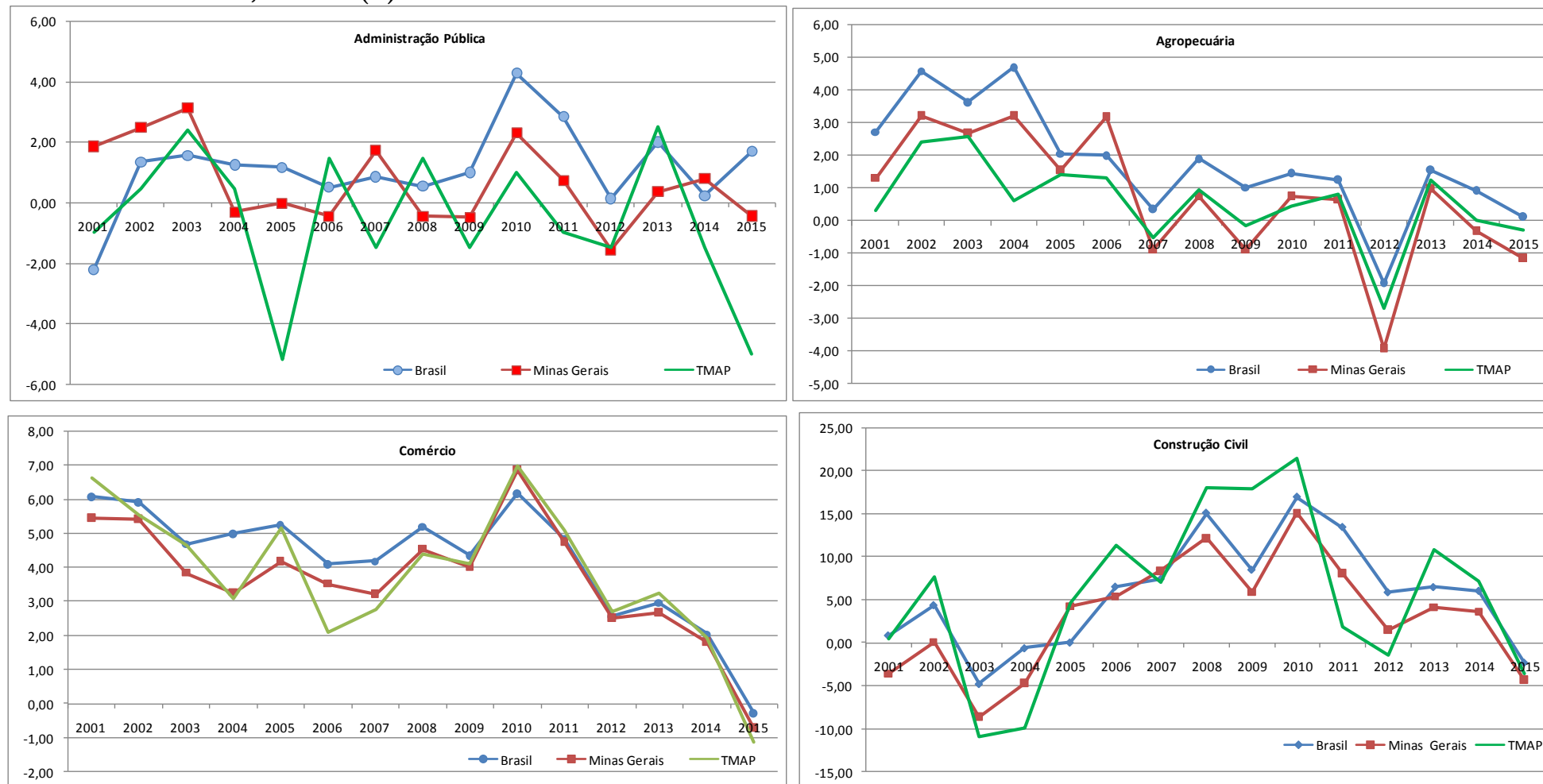
No estado, tal como em âmbito nacional, o setor Comércio apresentou uma taxa média de variação anual mais elevada nos anos 2001 a 2009 (4,17%) do que nos anos 2010 a 2015 (2,99%), conforme Tabela 7.3. Embora as variações anuais tenham se mantido elevadas nos primeiros nove anos dos 2000, se comparadas às variações anuais registradas para outros setores, essas variações ainda se mostraram inferiores àquelas apresentadas para o Brasil, o que significa que o incremento do número de estabelecimentos formais se deu em menor magnitude no estado do que no país. Mesmo no período de retomada do crescimento do número de estabelecimentos comerciais (2008 a 2011), percebe-se que as variações anuais foram menores do que as verificadas para o país. A partir de 2012 as variações anuais mostraram clara desaceleração no aumento do número de estabelecimentos comerciais em Minas Gerais, chegando a uma variação anual negativa de -0,7% em 2015, quando houve a redução do quantitativo de estabelecimentos formais (Tabela 7.2 e Figura 7.1).

Tabela 7.2 – Variação anual percentual do número de estabelecimentos formais segundo o setor de atividade econômica: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período 2001-2015 (%)

Sector de atividade econômica	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil															
Adm. Pública	-2,18	1,36	1,57	1,26	1,17	0,53	0,87	0,56	1,01	4,28	2,85	0,16	2,01	0,25	1,71
Agropecuária	2,72	4,59	3,64	4,71	2,05	2,01	0,37	1,91	1,01	1,46	1,27	-1,90	1,57	0,94	0,14
Comércio	6,07	5,92	4,68	4,99	5,25	4,10	4,18	5,20	4,34	6,17	4,84	2,56	2,96	2,05	-0,27
Const. Civil	0,89	4,40	-4,75	-0,60	0,06	6,54	7,43	15,12	8,51	16,97	13,47	5,89	6,49	6,06	-2,27
Extrat. Mineral	1,28	1,59	2,02	3,67	3,50	4,81	1,36	1,46	-1,50	2,01	2,75	3,38	0,76	1,15	-0,82
Ind. de Transf.	2,85	3,20	1,93	3,32	3,38	6,41	2,70	4,59	3,30	1,90	4,99	3,06	3,27	1,97	-0,58
Serviços	3,94	4,39	2,94	3,25	3,10	3,62	3,90	5,15	5,62	5,83	6,52	4,16	5,12	4,27	2,20
Serv. Ind. de Util. Pub.	-0,25	9,94	2,21	-6,98	4,12	6,21	0,73	5,34	5,98	2,64	6,96	5,89	5,55	2,91	2,73
Total	4,28	4,85	3,24	3,91	3,73	4,02	3,60	5,11	4,47	5,58	5,50	2,93	3,82	2,95	0,53
Minas Gerais															
Adm. Pública	1,87	2,50	3,14	-0,29	0	-0,44	1,75	-0,43	-0,48	2,32	0,75	-1,54	0,38	0,81	-0,42
Agropecuária	1,30	3,22	2,69	3,22	1,55	3,19	-0,88	0,76	-0,89	0,74	0,65	-3,92	0,99	-0,33	-1,15
Comércio	5,46	5,43	3,85	3,27	4,20	3,53	3,22	4,55	4,03	6,87	4,76	2,52	2,69	1,82	-0,70
Const. Civil	-3,56	0,12	-8,57	-4,65	4,29	5,42	8,39	12,24	5,95	15,14	8,12	1,57	4,17	3,67	-4,25
Extrat. Mineral	2,14	3,01	4,71	6,08	1,66	3,27	1,53	1,40	-2,70	1,91	0,53	2,55	1,50	1,23	-2,67
Ind. de Transf.	1,96	2,83	1,35	2,34	3,25	5,79	3,15	4,25	2,79	0,78	5,07	2,93	3,13	2,22	-0,87
Serviços	4,54	4,93	3,71	2,43	2,35	3,41	4,07	5,19	5,06	5,51	6,82	3,95	5,21	4,28	1,81
Serv. Ind. de Util. Pub.	3,68	3,05	-1,11	-65,01	8,19	14,14	3,75	8,61	6,14	10,60	13,94	13,58	5,22	7,68	2,82
Total	3,41	4,25	2,64	2,37	3,01	3,72	2,90	4,35	3,38	5,23	4,91	1,92	3,36	2,45	-0,18
TMAP															
Adm. Pública	-0,96	0,49	2,42	0,47	-5,16	1,49	-1,46	1,49	-1,46	0,99	-0,98	-1,49	2,51	-1,47	-4,98
Agropecuária	0,32	2,39	2,57	0,63	1,41	1,33	-0,53	0,93	-0,16	0,45	0,81	-2,67	1,24	0,02	-0,27
Comércio	6,64	5,55	4,65	3,09	5,15	2,10	2,76	4,40	4,11	6,98	5,10	2,69	3,24	1,93	-1,12
Const. Civil	0,47	7,64	-10,88	-9,82	4,71	11,30	7,00	18,08	17,90	21,46	1,93	-1,38	10,81	7,23	-3,58
Extrat. Mineral	16,16	-1,74	9,73	12,10	-7,19	-8,53	14,41	1,48	-3,65	7,58	6,34	2,65	2,58	1,89	-3,70
Ind. de Transf.	0,79	3,83	0,87	4,41	1,78	8,51	1,86	5,77	1,84	1,38	4,95	4,02	5,11	4,61	-1,19
Serviços	5,47	6,28	4,22	3,66	3,53	3,43	3,75	4,13	5,84	5,34	8,58	5,06	6,66	7,51	0,58
Serv. Ind. de Util. Pub.	0,00	6,74	-4,21	-50,55	2,22	10,87	0,00	15,69	6,78	6,35	20,90	-2,47	13,92	3,33	3,23
Total	3,60	4,74	2,77	1,89	3,32	3,06	2,24	4,17	4,02	5,40	4,75	1,89	4,44	3,72	-0,64

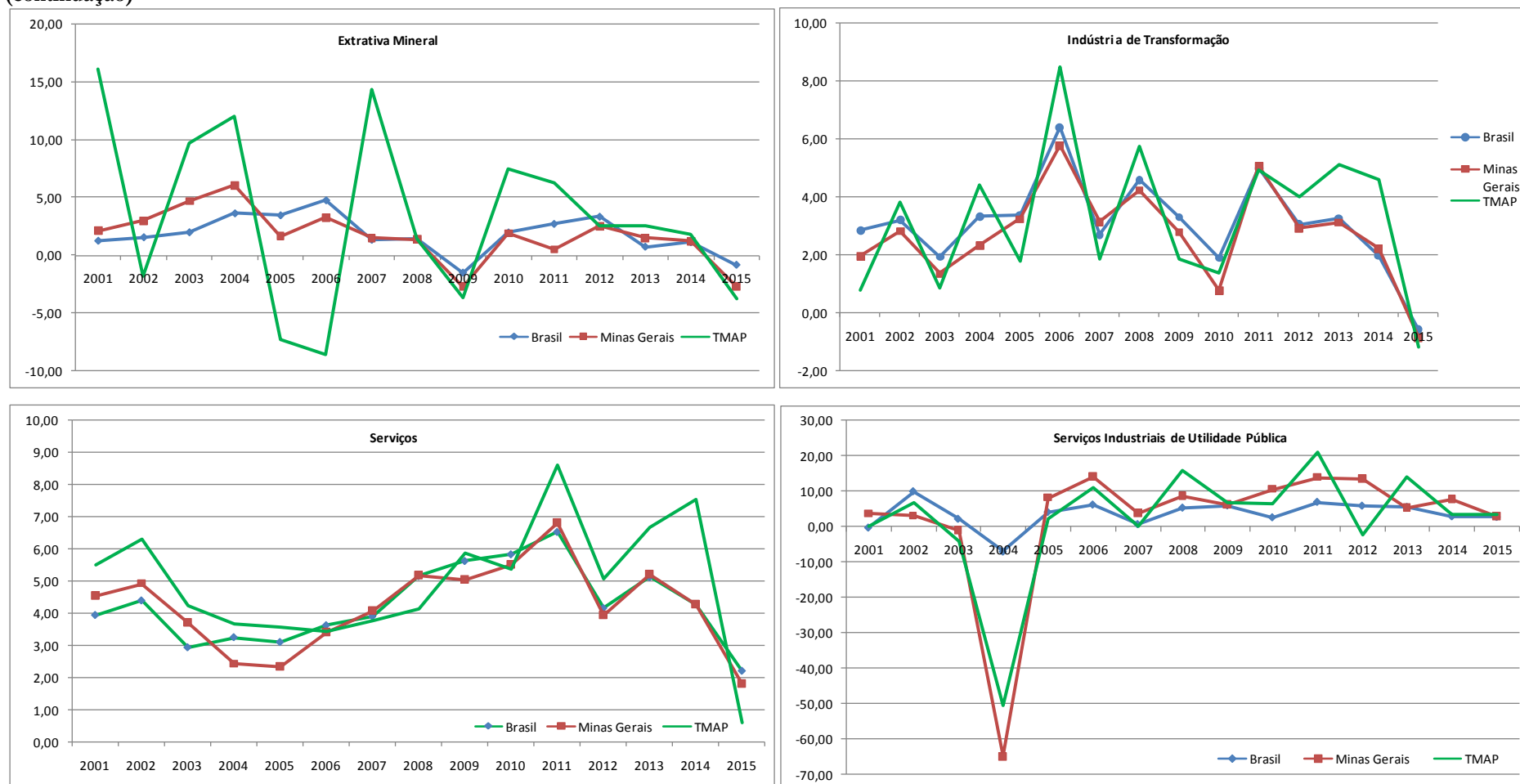
Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Figura 7.1 - Variações anuais percentuais do número de estabelecimentos segundo o setor de atividade econômica: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2001-2015 (%)



Continua na próxima página

Figura 7.1 - Variações anuais percentuais do número de estabelecimentos segundo o setor de atividade econômica: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2001-2015 (%)
(continuação)



Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 7.3 – Média das variações anuais percentuais do número de estabelecimentos segundo o setor de atividade econômica nos períodos 2001-2015, 2001-2009 e 2010-2015: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (%)

Setor de atividade econômica	Períodos		
	2001-2015	2001-2009	2010-2015
Brasil			
Adm. Pública	1,16	0,68	1,88
Agropecuária*	1,77	2,56	0,58
Comércio	4,20	4,97	3,05
Const. Civil	5,61	4,18	7,77
Extrat. Mineral	1,83	2,02	1,54
Ind. de Transf.	3,09	3,52	2,43
Serviços	4,27	3,99	4,68
Serv. Ind. de Util. Pub.	3,60	3,03	4,45
Total	3,90	4,14	3,55
Minas Gerais			
Adm. Pública	0,66	0,85	0,38
Agropecuária*	0,74	1,57	-0,50
Comércio	3,70	4,17	2,99
Const. Civil	3,20	2,18	4,74
Extrat. Mineral	1,74	2,34	0,84
Ind. de Transf.	2,73	3,08	2,21
Serviços	4,22	3,97	4,60
Serv. Ind. de Util. Pub.	2,35	-2,06	8,97
Total	3,18	3,34	2,95
TMAP			
Adm. Pública	-0,54	-0,30	-0,90
Agropecuária*	0,56	0,99	-0,07
Comércio	3,82	4,27	3,14
Const. Civil	5,52	5,15	6,08
Extrat. Mineral	3,34	3,64	2,89
Ind. de Transf.	3,23	3,29	3,15
Serviços	4,94	4,48	5,62
Serv. Ind. de Util. Pub.	2,19	-1,38	7,54
Total	3,29	3,31	3,26

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

O setor Construção Civil, que, em Minas Gerais, registrou uma taxa média de variação anual de 3,2% no período 2001-2015, teve maior crescimento no número de estabelecimentos comerciais no interstício 2010-2015 (com taxa média de 4,74%) do que no interstício de 2001-2009 (2,18%). Essas taxas médias se mostraram menores do que as verificadas para o país. A bem da verdade, no início dos anos 2000, o setor Construção Civil apresentou taxas médias de variação anual negativas: -3,56% em 2001; -8,57% em 2003, e -4,65% em 2004. É a partir de 2005 que ocorre um crescimento substancial do número de estabelecimentos formais, em especial de 2008 a 2011, alcançando variações anuais de 12,24% (em 2008), 15,14% (2010) e 8,12% (2011). Em 2012 há uma abrupta desaceleração do quantitativo de estabelecimentos, evidenciando uma variação anual de 1,57%,

chegando a -4,25% em 2015, quando acontece a redução do número de estabelecimentos formais no setor (Tabela 7.2 e Figura 7.1).

Na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, dos oito setores analisados, sete deles tiveram crescimento do número de estabelecimentos formais no período 2001-2015, com destaque para o setor Construção Civil (com taxa média de variação anual de 5,52%), seguido dos setores Serviços (4,94%) e Comércio (3,82%). O setor Administração Pública foi o único a registrar uma taxa média de variação anual negativa (-0,54%). Ver Tabela 7.3.

O setor Construção Civil apresentou maior taxa média de variação anual no interstício 2010-2015 (6,08%) relativamente ao interstício 2001-2009 (5,15%), semelhantemente ao que foi observado em âmbito nacional e estadual, conforme Tabela 7.3. A visualização das variações anuais percentuais (Tabela 7.2), ano a ano, mostra que, de 2001 a 2005, o setor registrou crescimento modesto no número de estabelecimentos, chegando à redução dos mesmos nos anos 2003 e 2004, quando as variações anuais foram de -10,88% e -9,82%, respectivamente. A partir de 2006 e, com mais intensidade, de 2008 a 2010, o setor Construção Civil passou por salto significativo no incremento de estabelecimentos formais – variação anual de 18,08% em 2008; 17,9% em 2009 e 21,46% em 2010. Em 2011, observa-se uma desaceleração substancial no número de estabelecimentos, quando a variação anual cai para 1,93%. Em nível nacional e estadual, o setor ainda manteve variações anuais elevadas – 13,47% e 8,12%, respectivamente. Em 2012, há redução no quantitativo de estabelecimentos (com variação anual de -1,38%), quadro que se modifica temporariamente em 2013 e 2014, quando as variações anuais sobem para 10,81% e 7,23%, respectivamente, voltando a cair em 2015, com uma variação anual de -3,58%.

Tal como no Brasil e em Minas Gerais, o setor Serviços, no TMAP, apresentou taxa média de variação anual mais elevada no interstício 2010-2015 (5,62%) relativamente ao interstício 2001-2009 (4,48%), conforme Tabela 7.3. Contudo, no início dos anos 2000 até 2006, esse setor apresentou variações anuais percentuais superiores às verificadas em âmbito nacional e estadual. De 2007 a 2010 o incremento no quantitativo de estabelecimentos foi menor na Mesorregião do TMAP do que no país e estado, quadro que se modifica em 2011 até 2014, quando as variações anuais registradas no TMAP superaram aquelas registradas no Brasil e em Minas Gerais, variando em torno de 5% a 9% na mesorregião relativamente a 4% a 7% no país e no estado. Em 2015, porém, observa-se forte desaceleração no crescimento do número de estabelecimentos no TMAP, quando a variação anual caiu para 0,58%. Essa desaceleração foi mais intensa na mesorregião do que no Brasil e no estado, onde as variações anuais foram de 2,2% e 1,81%, respectivamente. Ver Tabela 7.2 e Figura 7.1.

Diferentemente do setor Serviços, o setor Comércio, na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, apresentou maior taxa média de variação anual nos anos 2001 a 2009 (4,27%) relativamente aos anos 2010 a 2015 (3,14%), resultado que também foi observado no Brasil e em Minas Gerais (Tabela 7.3). De 2001 a 2005, o crescimento do número de estabelecimentos no TMAP se deu de forma crescente, com exceção apenas de 2003 e 2004, quando houve pequena desaceleração, logo superada com a variação anual de 5,15% em 2005. Esse comportamento acompanhou as trajetórias vivenciadas em âmbito nacional e estadual. Em 2006 e 2007, as variações anuais percentuais caíram para 2,1% e 2,76%, respectivamente. A partir de 2008 até 2011 há aumento no quantitativo de empregadores formais com variações anuais que vão de 4% a 7%, o que se observa também nas informações em nível nacional e estadual. De 2012 a 2015, ocorre a desaceleração do crescimento do número de estabelecimentos, chegando à redução dos mesmos em 2015, quando a variação anual registrada foi negativa (-1,12%). Esse resultado foi verificado no Brasil e em Minas Gerais, conforme análise anterior, mas, no TMAP, percebe-se que, tanto a desaceleração do aumento quanto a redução do número de estabelecimentos, foram mais intensas na mesorregião do que nos dois outros recortes geográficos (Tabela 7.2 e Figura 7.1).

Ainda na análise da evolução do número de estabelecimentos formais por setor de atividade econômica nos anos 2000-2015, destaca-se que o setor Agropecuária passou por crescente desaceleração do quantitativo de empregadores tanto em âmbito nacional quanto estadual e na Mesorregião do TMAP, sendo que, no estado e na mesorregião, chegou-se, até mesmo, à redução desse quantitativo em 2015. As taxas médias de variação anual do número de estabelecimentos foram de -0,5% e de -0,07% em Minas Gerais e no TMAP, respectivamente, nos anos 2010-2015, enquanto no Brasil, embora positiva, a taxa média se mostrou em queda (0,58%) relativamente ao interstício 2001-2009 (2,56%). Ver Tabela 7.3. Por meio da Tabela 7.2 e da Figura 7.1 é possível notar que, até 2004, as variações anuais percentuais indicavam um aumento crescente do número de estabelecimentos formais no setor Agropecuária tanto em âmbito nacional quanto estadual e na mesorregião. A partir de 2005 (no TMAP, a partir de 2004), há uma desaceleração do quantitativo de estabelecimentos no setor e, em alguns anos, até mesmo redução desse quantitativo.

7.2. Estabelecimentos formais na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais e maiores municípios, segundo o setor de atividade econômica

A análise da distribuição do número de estabelecimentos formais na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por meio do levantamento das informações segundo os setores

de atividade econômica e faixas de tamanho dos municípios, será feita a partir das Tabelas 7.4 e 7.5. É analisada a distribuição do quantitativo de estabelecimentos anos 2000, 2010 e 2015.

Pode-se observar, na Tabela 7.4, que os municípios com mais de 100.000 habitantes (quatro municípios) são os que concentram o maior número de estabelecimentos - em torno de 53% do total da mesorregião nos três anos considerados, destacando-se o município de Uberlândia, que, sozinho, apresentou a maior participação relativa em 2000 (24,28%), 2010 (25,81%) e 2015 (27,62%). As demais faixas de municípios registraram participações relativas significativamente menores e relativamente estáveis ao longo desses três anos. A faixa de municípios com até 5.000 habitantes tem aproximadamente 2% do total de estabelecimentos formais do TMAP, enquanto as faixas “5.001 a 10.000”, “10.001 a 20.000”, “20.001 a 50.000” e “50.001 a 100.000” participam com 4%, 10%, 14% e 15%, respectivamente. Nota-se que não houve mudanças expressivas nessas participações relativas de um ano para o outro em qualquer das faixas populacionais.

Tabela 7.4 - Número de estabelecimentos nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo faixas populacionais e setor de atividade econômica:2000, 2010 e 2015

Faixa Populacional	Adm. Pública	Agropecuária*	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total	
									Núm.	Partic. Relativa (%)
2000										
Até 5.000	32	800	128	11	2	44	82	10	1.109	2,46
De 5.001 a 10.000	30	1.271	280	25	6	85	174	13	1.884	4,17
De 10.001 a 20.000	36	2.790	912	71	5	213	512	20	4.559	10,10
De 20.001 a 50.000	28	2.983	1.724	167	20	377	1.025	14	6.338	14,04
De 50.001 a 100.000	13	2.403	2.382	421	14	502	1.748	10	7.493	16,60
De 100.001 a 500.000	33	2.677	4.356	1.019	25	1.182	3.494	12	12.798	28,35
Mais de 500.000	36	1.044	4.253	853	27	909	3.830	10	10.962	24,28
Total	208	13.968	14.035	2.567	99	3.312	10.865	89	45.143	100
2010										
Até 5.000	38	977	290	51	3	46	168	0	1.573	2,47
De 5.001 a 10.000	29	1.420	644	112	7	121	424	3	2.760	4,33
De 10.001 a 20.000	38	3.100	1.700	294	22	310	996	8	6.468	10,14
De 20.001 a 50.000	24	3.564	2.974	527	32	539	1.808	11	9.479	14,87
De 50.001 a 100.000	16	2.292	3.454	655	21	644	2.633	8	9.723	15,25
De 100.001 a 500.000	27	2.763	6.315	1.666	35	1.469	5.005	23	17.303	27,14
Mais de 500.000	32	1.207	6.487	1.399	22	1.355	5.938	14	16.454	25,81
Total	204	15.323	21.864	4.704	142	4.484	16.972	67	63.760	100
2015										
Até 5.000	35	1.090	339	39	7	63	205	1	1.779	2,43
De 5.001 a 10.000	29	1.464	813	78	11	168	640	7	3.210	4,38
De 10.001 a 20.000	38	3.258	1.983	231	22	349	1414	10	7.305	9,97
De 20.001 a 50.000	24	3.595	3.443	478	45	640	2.471	14	10.710	14,62
De 50.001 a 100.000	19	2.231	3.883	709	19	780	3.455	9	11.105	15,16
De 100.001 a 500.000	16	2.480	6.730	1.606	34	1.674	6.337	30	18.907	25,81
Mais de 500.000	30	1.064	7.362	2.277	18	1.644	7.809	25	20.229	27,62
Total	191	15.182	24.553	5.418	156	5.318	22.331	96	73.245	100

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Na Tabela 7.5, verifica-se que, do total de estabelecimentos em 2000, segundo o setor de atividade econômica, o Comércio e a Agropecuária foram os que registraram as maiores participações relativas – em torno de 31% –, seguidos por Serviços (24,07%) e, em menores percentuais, por Indústria de Transformação (7,34%), Construção Civil (5,69%), Administração Pública (0,46%), Extrativa Mineral (0,22%) e Serviços Industriais (0,2%).

Observa-se que o setor Agropecuária (inclui extração vegetal, caça e pesca) destacou-se com o maior número de estabelecimentos formais nas três primeiras faixas populacionais: “Até 5.000” (72,14%), “De 5.001 a 10.000” (67,46%) e “10.001 a 20.000” (61,2%), o que significa dizer que, em quarenta e oito dos sessenta e seis municípios da Mesorregião do TMAP, a atividade agropecuária detinha o maior quantitativo de empregadores formais declarados em 2000. Ainda com participações expressivas nas faixas “20.001 a 50.000” (47,07%) e “50.001 a 100.000” (32,07%), o setor Agropecuária é acompanhado pelos setores Comércio – com participações relativas de 27,2% e 31,79%, respectivamente – e Serviços – 16,17% e 23,33%, respectivamente.

Nos quatro municípios com mais de 100.000 habitantes, os setores Comércio e Serviços apresentaram os maiores percentuais quanto ao número de estabelecimentos formais: na faixa “100.001 a 500.000”, 34,04% e 27,3%, respectivamente, e, na faixa “Mais de 500.000”, 38,8% e 34,94%, respectivamente.

Em 2010, percebe-se que a participação relativa do setor Agropecuária quanto à quantidade de estabelecimentos registrada diminuiu para 24,03%, enquanto as participações relativas dos setores Comércio e Serviços aumentaram para 34,29% e 26,62%, respectivamente. Merece destaque a variação da participação relativa do setor Construção Civil, que, em 2000, era de 5,69% e, em 2010, passou para 7,38%. Já o setor Indústria de Transformação manteve o percentual aproximado de 7% referente à sua participação no total de estabelecimentos da mesorregião (Tabela 7.5).

Na análise por faixas populacionais, constata-se que as participações relativas do setor Agropecuária em cada faixa caíram em 2010, ao mesmo tempo em que cresceram as participações dos setores Comércio e Serviços, conforme Tabela 7.5. Contudo, nas quatro primeiras faixas, constituídas por 58 municípios, o percentual de estabelecimentos agropecuários permanece maior relativamente às demais faixas e setores.

Em 2010, nos municípios com mais de 50.000 habitantes os setores Comércio e Serviços tiveram elevação em suas participações relativas, mas esta foi em menor magnitude do que o verificado nas faixas anteriores, porém, deve-se mencionar que, nos municípios maiores, são esses setores os que concentram o maior número de estabelecimentos formais.

Tabela 7.5 - Participação relativa dos estabelecimentos nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo faixas populacionais e setor de atividade econômica: 2000, 2010 e 2015 (%)

Faixa Populacional	Adm. Pública	Agropecuária*	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total
2000									
Até 5.000	2,89	72,14	11,54	0,99	0,18	3,97	7,39	0,90	100
De 5.001 a 10.000	1,59	67,46	14,86	1,33	0,32	4,51	9,24	0,69	100
De 10.001 a 20.000	0,79	61,20	20,00	1,56	0,11	4,67	11,23	0,44	100
De 20.001 a 50.000	0,44	47,07	27,20	2,63	0,32	5,95	16,17	0,22	100
De 50.001 a 100.000	0,17	32,07	31,79	5,62	0,19	6,70	23,33	0,13	100
De 100.001 a 500.000	0,26	20,92	34,04	7,96	0,20	9,24	27,30	0,09	100
Mais de 500.000	0,33	9,52	38,80	7,78	0,25	8,29	34,94	0,09	100
Total	0,46	30,94	31,09	5,69	0,22	7,34	24,07	0,20	100
2010									
Até 5.000	2,42	62,11	18,44	3,24	0,19	2,92	10,68	0	100
De 5.001 a 10.000	1,05	51,45	23,33	4,06	0,25	4,38	15,36	0,11	100
De 10.001 a 20.000	0,59	47,93	26,28	4,55	0,34	4,79	15,40	0,12	100
De 20.001 a 50.000	0,25	37,60	31,37	5,56	0,34	5,69	19,07	0,12	100
De 50.001 a 100.000	0,16	23,57	35,52	6,74	0,22	6,62	27,08	0,08	100
De 100.001 a 500.000	0,16	15,97	36,50	9,63	0,20	8,49	28,93	0,13	100
Mais de 500.000	0,19	7,34	39,43	8,50	0,13	8,24	36,09	0,09	100
Total	0,32	24,03	34,29	7,38	0,22	7,03	26,62	0,11	100
2015									
Até 5.000	1,97	61,27	19,06	2,19	0,39	3,54	11,52	0,06	100
De 5.001 a 10.000	0,90	45,61	25,33	2,43	0,34	5,23	19,94	0,22	100
De 10.001 a 20.000	0,52	44,60	27,15	3,16	0,30	4,78	19,36	0,14	100
De 20.001 a 50.000	0,22	33,57	32,15	4,46	0,42	5,98	23,07	0,13	100
De 50.001 a 100.000	0,17	20,09	34,97	6,38	0,17	7,02	31,11	0,08	100
De 100.001 a 500.000	0,08	13,12	35,60	8,49	0,18	8,85	33,52	0,16	100
Mais de 500.000	0,15	5,26	36,39	11,26	0,09	8,13	38,60	0,12	100
Total	0,26	20,73	33,52	7,40	0,21	7,26	30,49	0,13	100

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Cabe ainda destacar o crescimento da participação relativa do setor Construção Civil em todas as faixas populacionais, mas especialmente nos municípios menores (até 50.000 habitantes) e nos municípios maiores (com mais de 100.000 habitantes). Em 2000, os percentuais referentes ao número de estabelecimentos nas faixas com até 50.000 habitantes variaram de 1% a 2%, enquanto, em 2010, variaram de 2% a 5%. Nas faixas de municípios com mais de 50.000 habitantes, esses percentuais saíram de uma variação de 4% a 8%, em 2000, para uma variação de 6% a 10% em 2010.

As informações de 2015 evidenciam que o setor Agropecuária continuou a trajetória de diminuição de sua participação relativa no total de estabelecimentos da Mesorregião do TMAP, passando a concentrar 20,73% do quantitativo total de empregadores formais. Em segundo lugar, está o setor Comércio, mas com percentual um pouco menor (33,52%) do aquele registrado em 2010 (34,29%). Em seguida, está o setor Serviços, cuja participação relativa cresceu para 30,49% vis à vis o percentual de 26,62% em 2010 (Tabela 7.5).

Em todas as faixas populacionais, o setor Agropecuária registrou redução em sua participação relativa. Contudo, observa-se que essa redução foi menor em 2015 em relação à diminuição que se apresentou em 2010. O setor Comércio, por sua vez, evidenciou crescimento em sua participação relativa nas quatro primeiras faixas populacionais, quando passou de 18,44%, 2010, para 19,06%, em 2015, nos municípios com até 5.000 habitantes; de 23,33% para 25,33% na faixa “5.001 a 10.000”, respectivamente; de 28,28% para 27,15% na faixa 10.001 a 20.000”, e de 31,37% para 32,15% na faixa “20.001 a 50.000”. Nos municípios com mais de 50.000 habitantes, a participação relativa do setor Comércio – na faixa “50.001 a 100.000”, passou de 35,52%, em 2010, para 34,97% em 2015; na faixa “100.001 a 500.00”, passou de 36,5% para 35,6%, respectivamente, e, na faixa “Mais de 500.000”, passou de 39,43% para 36, 39% nos anos 2010 e 2015, respectivamente.

Com relação ao setor Serviços notou-se que a sua participação relativa continuou crescendo em 2015 em todas as faixas de municípios, mantendo, porém, a terceira posição com o maior número de estabelecimentos formais nos municípios com até 50.000 habitantes, atrás dos setores Agropecuária e Comércio. Nos municípios com número de habitantes entre 50.001 e 500.000, o setor Serviços assumiu a segunda posição já em 2010 depois de registrar mais estabelecimentos do que o setor Agropecuária. Na faixa “Mais de 500.000”, em que se encontra apenas o município de Uberlândia, do total de empregadores formais registrados em 2015, a primeira posição é a do setor Serviços, com participação de 38,6%, resultado que se diferencia daqueles observados em 2000 e em 2010, quando o setor Comércio detinha a maior participação relativa no número de estabelecimentos (Tabela 7.5).

É importante observar que o setor Construção Civil, embora tenha mantido sua participação relativa no total de estabelecimentos da mesorregião em 2015 comparativamente a 2010 – em torno de 7% -, apresentou redução em seus percentuais em quase todas as faixas populacionais nesse

último ano em análise, exceto na faixa “Mais de 500.000”. Nesta, houve aumento da participação relativa, que passou de 8,5%, em 2010, para 11,26% em 2015, indicando que, mesmo com a redução do número de estabelecimentos formais nos demais municípios do TMAP, entre os dois anos considerados, no município de Uberlândia o setor Construção Civil teve crescimento em seu percentual relativo.

Por fim, a Tabela 7.5 ainda mostra que o setor Indústria de Transformação manteve uma participação relativa de aproximadamente 7% no total de estabelecimentos formais registrados na mesorregião, tanto em 2000 quanto em 2010 e em 2015. Na análise por faixas populacionais, esse setor passou por redução em seus percentuais relativos nos anos de 2010 e 2015, para quase todas as faixas de municípios.

A Tabela 7.6 traz a média das variações anuais percentuais do número de estabelecimentos nos municípios do TMAP nos períodos 2001-2009 e 2010-2015, segundo as faixas populacionais e os setores de atividade econômica. No Anexo V são apresentadas as informações referentes ao número de estabelecimentos formais registrados, ano a ano, de 2001 a 2015, a partir da qual foram calculadas as variações anuais percentuais e as taxas médias dos referidos períodos.

Pode-se observar que, nos municípios com até 5.000 habitantes, nos anos 2001 a 2009, os setores que registraram as maiores taxas médias de variação anual foram Construção Civil (32,52%) Extrativa Mineral (12,22%), Comércio (8,93%) e Serviços (7,43%). O setor Serviços Industriais de Utilidade Pública teve taxa média negativa (-8,96%), resultante da redução do número de estabelecimentos no período, especialmente em 2004 (variação anual de -91,67%), quando foi registrado apenas um estabelecimento relativamente a doze registrados em 2003. Nos anos 2010 a 2015, o setor Extrativa Mineral novamente mostrou maior taxa média de variação anual (15,52%) nos dezoito municípios com até 5.000 habitantes. Os demais setores, com exceção do setor Administração Pública (-0,21%), embora com taxas médias positivas, evidenciaram desaceleração no ritmo de crescimento do quantitativo de estabelecimentos formais observado no interstício anterior: Construção Civil (8,03%), Comércio (3,77%) e Serviços (5,1%).

Na faixa “5.001 a 10.000”, nos anos 2001 a 2009, as taxas médias de variação anual foram mais altas para os setores Construção Civil (25,72%), Extrativa Mineral (11,58%), Serviços (9,58%) e Comércio (8,87%). Dois setores registraram taxas médias negativas – Administração Pública (-0,57%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-9,8%). No interstício 2010-2015, esse grupo de municípios experimentou o aumento de registros de estabelecimentos nos setores Serviços Industriais de Utilidade Pública (com taxa média de 17,22%), Extrativa Mineral (11,24%), Serviços (10,56%), Construção Civil (6,23%) e Comércio (6,16%). O setor Agropecuária mostrou desaceleração do crescimento do número de estabelecimentos nos anos 2010-2015 (taxa média de 0,64%) relativamente aos anos 2001-2009 (1,24%).

Tabela 7.6 - Média das variações anuais percentuais do número de estabelecimentos nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo a faixa populacional e o setor de atividade econômica, nos períodos 2001-2009 e 2010-2015 (%)

Faixa Populacional	Período	Adm. Pública	Agropecuária*	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total
Até 5.000	2001-2009	1,42	1,93	8,93	32,52	12,22	2,72	7,43	-8,96	3,42
	2010-2015	-0,21	2,48	3,77	8,03	15,52	3,28	5,10	0	2,98
De 5.001 a 10.000	2001-2009	-0,57	1,24	8,87	25,72	11,58	4,19	9,58	-9,80	3,82
	2010-2015	0,77	0,64	6,16	6,23	11,24	7,06	10,56	17,22	3,82
De 10.001 a 20.000	2001-2009	1,26	1,13	5,94	13,91	48,71	4,64	7,40	-6,59	3,38
	2010-2015	-0,38	0,98	4,52	6,40	6,74	1,64	6,65	8,69	2,98
De 20.001 a 50.000	2001-2009	-1,34	1,91	5,48	9,85	6,16	2,85	5,89	0,57	3,90
	2010-2015	0,16	0,32	3,62	5,91	7,74	4,88	6,35	7,45	3,08
De 50.001 a 100.000	2001-2009	1,55	-0,50	3,69	4,37	16,94	2,50	4,17	0,57	2,52
	2010-2015	5,95	-0,43	2,79	3,29	-2,69	3,88	5,43	0,73	2,90
De 100.001 a 500.000	2001-2009	-0,86	0,41	3,61	4,53	6,20	2,59	3,59	8,27	2,91
	2010-2015	-7,05	-1,82	1,99	2,22	-0,37	2,03	4,76	6,41	2,24
Mais de 500.000	2001-2009	-0,83	1,94	3,85	4,45	0,62	4,46	4,28	4,76	3,83
	2010-2015	-0,40	-2,12	3,60	11,57	0,13	3,51	5,81	13,96	4,73
Total	2001-2009	-0,30	0,99	4,27	5,15	3,64	3,29	4,48	-1,38	3,31
	2010-2015	-0,90	-0,07	3,14	6,08	2,89	3,15	5,62	7,54	3,26

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Nos municípios com mais de 10.000 e menos de 20.000 habitantes, o setor Extrativa Mineral evidenciou expressiva taxa média de variação anual nos anos 2001 a 2009 (48,71%), resultado das variações anuais do início dos anos 2000, quando o número de estabelecimentos formais registrados variou de 5 a 29, de 2000 a 2005. Em seguida, estão os setores Construção Civil (13,91%), Serviços (7,4%) e Comércio (5,94%). Nos anos 2010 a 2015, os setores com maiores taxas médias foram: Serviços Industriais de Utilidade Pública (8,69%), Extrativa Mineral (6,74%), Serviços (6,65%), Construção Civil (6,4%) e Comércio (4,52%).

Na faixa “20.001 a 50.000”, os anos 2001-2009 foram marcados por maior taxa média de variação anual no setor Construção Civil (9,85%), seguido dos setores Extrativa Mineral (6,16%), Serviços (5,89%), Comércio (5,48%), Indústria de Transformação (2,85%), Agropecuária (1,91%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (0,57%). Ainda que, no interstício seguinte, 2010-2015, esse grupo de municípios tenha apresentado crescimento do número de estabelecimentos em todos os setores, em alguns houve desaceleração do crescimento como nos setores Agropecuária (0,32%), Comércio (3,62%) e Construção Civil (5,91%), enquanto em outros foi possível verificar taxas médias mais elevadas do que aquelas observadas em 2001-2009: Extrativa Mineral (7,74%), Indústria de Transformação (4,88%), Serviços (6,35%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (7,45%).

Na faixa populacional 50.001 a 100.000, os anos 2001-2009 apresentaram expressivo crescimento do setor Extrativa Mineral, cuja taxa média de variação anual foi de 16,94%, resultante do aumento do número de estabelecimentos formais nesses anos, especialmente em 2006 relativamente ao ano anterior, quando passou de 10, em 2005, para 22. Em seguida, as taxas médias positivas foram obtidas para os setores Construção Civil (4,37%), Serviços (4,17%), Comércio (3,69%), Indústria de Transformação (2,5%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (0,57%) e Administração Pública (1,55%). O setor Agropecuária registrou taxa média negativa nos anos considerados (-0,5%). No interstício 2010-2015, verificou-se um aumento relativamente maior no quantitativo de empregadores formais nos setores Administração Pública (com taxa média de variação anual de 5,95%), Serviços (5,43%), Indústria de Transformação (3,88%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (0,73%), ao mesmo tempo em que se observou a desaceleração do crescimento do número de estabelecimentos nos setores Comércio (2,79%) e Construção Civil (3,29%), enquanto em outros, como Agropecuária e Extrativa Mineral, houve mesmo a redução desse número, resultando nas taxas médias de -0,43% e -2,69%, respectivamente.

Na faixa populacional “100.001 a 500.000”, em que estão inseridos os municípios de Araguari, Patos de Minas e Uberaba, nos anos 2001-2009, a maior taxa média de variação anual foi observada para o setor Serviços Industriais de Utilidade Pública (8,27%) e, depois, em menores percentuais, estiveram os setores Extrativa Mineral (6,2%), Construção Civil (4,53%), Comércio

(3,61%), Serviços (3,59%), Indústria de Transformação (2,59%) e Agropecuária (0,41%). O setor Administração Pública registrou taxa média negativa de -0,86%. No interstício 2010-2015, houve redução no número de estabelecimentos formais nos setores Administração Pública (-7,05%), Agropecuária (-1,82%) e Extrativa Mineral (-0,37%), enquanto nos setores Serviços Industriais de Utilidade Pública (6,41%), Construção Civil (2,22%), Indústria de Transformação (2,03%) e Comércio (1,99%) percebeu-se a desaceleração no incremento de estabelecimentos em relação ao período anterior. Somente o setor Serviços apresentou taxa média de variação anual maior nos anos 2010-2015 (4,76%) comparativamente aos anos 2001-2009 (3,59%).

Por fim, na faixa “Mais de 500.000”, as taxas médias de variação anual se mostraram mais elevadas, no período 2001-2009, para quatro setores relativamente ao período seguinte: Indústria de Transformação (4,46%), Comércio (3,85%), Agropecuária (1,94%) e Extrativa Mineral (0,62%). Esses setores, nos anos 2010-2015, passaram por desaceleração no crescimento do número de estabelecimentos formais, registrando as taxas médias de 3,51%, 3,6%, -2,12% e 0,13%, respectivamente. Em alguns setores, que já vinham experimentando aumento do quantitativo de estabelecimentos nos nove primeiros anos dos 2000, como Construção Civil (4,45%), Serviços (4,28%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (4,76%), apresentaram taxas médias de variação anual mais elevadas no período 2010-2015: 11,57%, 5,81% e 13,96%, respectivamente.

As Tabelas 7.7 e 7.8 apresentam o número de estabelecimentos e suas participações relativas nos cinco maiores municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo o setor de atividade econômica, nos anos 2000, 2010 e 2015.

Como já dito anteriormente, dos cinco municípios selecionados, Uberlândia registrou o maior número de estabelecimentos formais tanto em 2000 (10.962 ou 24,28%) quanto em 2010 (16.454 ou 25,81%) e 2015 (20.229 ou 27,62%). Em seguida, Uberaba é o segundo município com maior participação relativa – em 2000, registrava 15,48% do total de estabelecimentos da mesorregião; em 2010, essa participação caiu para 14,07% e, em 2015, passou para 13,3%. Com participações menores, seguem-se os municípios Patos de Minas, Araguari e Ituiutaba (Tabela 7.7).

Tabela 7.7 - Número de estabelecimentos segundo o setor de atividade econômica nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: 2000, 2010 e 2015

Municípios	Adm. Pública	Agropecuária*	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total	
									Núm.	Partic. Relativa (%)
2000										
Araguari	19	739	686	113	7	224	544	3	2.335	5,17
Ituiutaba	4	672	678	93	3	156	518	2	2.126	4,71
Patos de Minas	3	668	1.262	307	7	316	910	2	3.475	7,70
Uberaba	11	1.270	2.408	599	11	642	2.040	7	6.988	15,48
Uberlândia	36	1.044	4.253	853	27	909	3.830	10	10.962	24,28
Demais municípios	135	9.575	4.748	602	44	1.065	3.023	65	19.257	42,66
Total	208	13.968	14.035	2.567	99	3.312	10.865	89	45.143	100
2010										
Araguari	19	687	1.044	290	13	270	799	6	3.128	4,91
Ituiutaba	5	597	923	159	2	157	821	3	2.667	4,18
Patos de Minas	3	795	1.926	618	7	404	1.440	8	5.201	8,16
Uberaba	5	1.281	3.345	758	15	795	2.766	9	8.974	14,07
Uberlândia	32	1.207	6.487	1.399	22	1.355	5.938	14	16.454	25,81
Demais municípios	140	10.756	8.139	1.480	83	1.503	5.208	27	27.336	42,87
Total	204	15.323	21.864	4.704	142	4.484	16.972	67	63.760	100
2015										
Araguari	4	651	1.115	243	12	303	953	7	3.288	4,49
Ituiutaba	6	550	1.019	176	4	190	996	4	2.945	4,02
Patos de Minas	5	732	2.111	615	7	496	1.903	9	5.878	8,03
Uberaba	7	1.097	3.504	748	15	875	3.481	14	9.741	13,30
Uberlândia	30	1.064	7.362	2.277	18	1.644	7.809	25	20.229	27,62
Demais municípios	139	11.088	9.442	1.359	100	1.810	7.189	37	31.164	42,55
Total	191	15.182	24.553	5.418	156	5.318	22.331	96	73.245	100

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Tabela 7.8 – Participação relativa dos estabelecimentos nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo o setor de atividade econômica: 2000, 2010 e 2015 (%)

Municípios	Adm. Pública	Agropecuária*	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pub.	Total
2000									
Araguari	0,81	31,65	29,38	4,84	0,30	9,59	23,30	0,13	100
Ituiutaba	0,19	31,61	31,89	4,37	0,14	7,34	24,37	0,09	100
Patos de Minas	0,09	19,22	36,32	8,83	0,20	9,09	26,19	0,06	100
Uberaba	0,16	18,17	34,46	8,57	0,16	9,19	29,19	0,10	100
Uberlândia	0,33	9,52	38,80	7,78	0,25	8,29	34,94	0,09	100
Demais municípios	0,70	49,72	24,66	3,13	0,23	5,53	15,70	0,34	100
Total	0,46	30,94	31,09	5,69	0,22	7,34	24,07	0,20	100
2010									
Araguari	0,61	21,96	33,38	9,27	0,42	8,63	25,54	0,19	100
Ituiutaba	0,19	22,38	34,61	5,96	0,07	5,89	30,78	0,11	100
Patos de Minas	0,06	15,29	37,03	11,88	0,13	7,77	27,69	0,15	100
Uberaba	0,06	14,27	37,27	8,45	0,17	8,86	30,82	0,10	100
Uberlândia	0,19	7,34	39,43	8,50	0,13	8,24	36,09	0,09	100
Demais municípios	0,51	39,35	29,77	5,41	0,30	5,50	19,05	0,10	100
Total	0,32	24,03	34,29	7,38	0,22	7,03	26,62	0,11	100
2015									
Araguari	0,12	19,80	33,91	7,39	0,36	9,22	28,98	0,21	100
Ituiutaba	0,20	18,68	34,60	5,98	0,14	6,45	33,82	0,14	100
Patos de Minas	0,09	12,45	35,91	10,46	0,12	8,44	32,37	0,15	100
Uberaba	0,07	11,26	35,97	7,68	0,15	8,98	35,74	0,14	100
Uberlândia	0,15	5,26	36,39	11,26	0,09	8,13	38,60	0,12	100
Demais municípios	0,45	35,58	30,30	4,36	0,32	5,81	23,07	0,12	100
Total	0,26	20,73	33,52	7,40	0,21	7,26	30,49	0,13	100

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Na análise por setor de atividade econômica, pode-se observar que, em 2000, nos municípios de Araguari e Ituiutaba, mais de 30% dos empregadores formais pertenciam ao setor Agropecuária, enquanto aproximadamente outros 30% exerciam atividades no setor Comércio e mais de 20% no setor Serviços. Em Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia, os setores com maior participação relativa em número de estabelecimentos eram Comércio e Serviços – com mais de 30% e 25%, respectivamente. O setor Agropecuária concentrava 19,22% e 18,17% dos estabelecimentos formais em Patos de Minas e Uberaba, respectivamente, enquanto em Uberlândia a participação relativa desse setor era de 10% no ano 2000.

Em 2010, nota-se que o percentual referente ao número de estabelecimentos no setor Agropecuária caiu em todos os municípios selecionados, mesmo naqueles em que esse setor registrava maior participação relativa – Araguari (21,96%) e Ituiutaba (22,38%), conforme Tabela 7.8. Nestes municípios, o setor Comércio passou a deter o maior número de empregadores formais (33,38% e 34,61%, respectivamente), seguido do setor Serviços (25,54% e 30,78%, respectivamente). Ambos os setores registraram percentuais mais elevados em 2010 relativamente a 2000, nos cinco municípios analisados, em virtude de passarem por aumento no número de estabelecimentos nesse período. Ressalta-se que, em Uberlândia, também em 2010 o setor Comércio era o que concentrava o maior quantitativo de empregadores formais relativamente aos demais setores.

Merece destaque, ainda em 2010, o crescimento do setor Construção Civil, especialmente em Araguari, Ituiutaba, Patos de Minas e Uberlândia. Em 2000, esse setor registrou 4,84%, 4,37%, 8,83% e 7,78% do total de estabelecimentos formais de cada município, respectivamente. Em 2010, esses percentuais passaram para 9,27%, 5,96%, 11,88% e 8,5%, respectivamente.

No ano de 2015, observa-se que houve um arrefecimento da participação relativa do setor Construção Civil em quase todos os municípios selecionados, embora em Patos de Minas ainda permaneça elevado o percentual de estabelecimentos formais nesse setor (10,46%). É interessante notar que, em Uberlândia, o setor Construção Civil registrou aumento em sua participação relativa em 2015 (11,26%) em relação a 2010 (8,5%), evidenciando que, mesmo ocorrendo uma desaceleração no aumento do quantitativo de empregadores formais nos outros quatro municípios analisados, em Uberlândia houve aumento desse quantitativo (Tabela 7.8).

O setor Agropecuária continuou a trajetória de menor crescimento do número de estabelecimentos nos cinco municípios, variando sua participação relativa entre 5% e 20%, enquanto o setor Serviços, que manteve a elevação de sua participação relativa em todos os municípios selecionados, registrou variações entre 29% e 39% em 2015. Em Uberlândia, esse passou a ser o setor com o maior número de estabelecimentos formais (38,6%), seguido dos setores Comércio (36,39%), Construção Civil (11,26%), Indústria de Transformação (8,13%) e

Agropecuária (5,26%). Nos outros quatro municípios foi o setor Comércio o que deteve o maior quantitativo de empregadores formais e, por isso, os maiores percentuais relativos – Araguari (33,91%), Ituiutaba (34,6%), Patos de Minas (35,91%) e Uberaba (35,97%).

Nos retratos de 2000, 2010 e 2015, referentes ao número de estabelecimentos formais e suas participações relativas, verificou-se que os setores Administração Pública, Extrativa Mineral, Indústria de Transformação e Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentaram pouca variação nos cinco municípios selecionados. O setor Administração Pública variou de 0,09% a 0,81% em 2000; de 0,06% a 0,61% em 2010, e de 0,07% a 0,20% em 2015. As participações relativas do setor Extrativa Mineral também ficaram abaixo de 1% nos três anos analisados, variando de 0,14% a 0,3% em 2000; de 0,07% a 0,42% em 2010, e de 0,09% a 0,36% em 2015. Com percentuais menores está o setor Serviços Industriais de Utilidade Pública, que registrou variações de 0,06% a 0,13% em 2000; de 0,09% a 0,19% em 2010, e de 0,12% a 0,21% em 2015. O setor Indústria de Transformação, por sua vez, apresentou participações relativas que variaram de, aproximadamente, 7% a 10% em 2000; de 6% a 9% em 2010 e em 2015. Nesses setores, embora tenha ocorrido um incremento no número de estabelecimentos, esse não se deu de forma expressiva como aquele observado em outros setores como Comércio e Serviços, até mesmo pela natureza desses setores, especialmente Administração Pública e Serviços Industriais de Utilidade Pública, em que tal incremento não se dá em resposta imediata a mudanças nas atividades econômicas.

A Tabela 7.9 apresenta a média das variações anuais percentuais do número de estabelecimentos formais nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por setor de atividade econômica, nos períodos 2001-2009 e 2010-2015. Inicialmente, pode-se observar que, na evolução do total de estabelecimentos por município, em quase todos os cinco municípios selecionados a média de variação anual foi mais elevada no primeiro período (2001-2009) do que no segundo (2010-2015), exceto em Ituiutaba e Uberlândia, onde essa média se mostrou mais elevada nos anos 2010 a 2015.

Tabela 7.9 - Média das variações anuais percentuais do número de estabelecimentos nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo o setor de atividade econômica, nos períodos 2001-2009 e 2010-2015 (%)

Municípios	Período	Adm. Pública	Agropecuária*	Comércio	Const. Civil	Extrat. Mineral	Ind. de Transf.	Serviços	Serv. Ind. de Util.	Total
									Pub.	
Araguari	2001-2009	0,79	-0,93	3,82	12,09	8,46	2,82	3,58	14,07	2,70
	2010-2015	-13,09	-0,59	2,60	0,87	1,26	1,06	4,21	6,94	1,79
Ituiutaba	2001-2009	3,15	-1,27	2,92	4,35	12,96	-0,71	4,67	7,41	1,99
	2010-2015	3,89	-1,31	2,63	6,12	5,56	4,68	4,19	7,50	2,55
Patos de Minas	2001-2009	4,63	1,59	4,56	6,30	2,22	3,33	4,70	27,78	4,01
	2010-2015	11,94	-0,72	1,97	4,48	3,08	2,83	5,58	7,94	2,93
Uberaba	2001-2009	-4,18	0,54	3,04	2,20	6,33	2,19	3,08	6,82	2,42
	2010-2015	1,35	-3,14	1,83	1,69	-1,88	1,97	4,50	6,73	2,00
Uberlândia	2001-2009	-0,83	1,94	3,85	4,45	0,62	4,46	4,28	4,76	3,83
	2010-2015	-0,40	-2,12	3,60	11,57	0,13	3,51	5,81	13,96	4,73
Demais Municípios	2001-2009	0,11	1,21	5,38	7,93	6,40	3,56	5,67	-5,65	3,41
	2010-2015	0,42	0,67	3,71	4,10	5,31	3,79	6,46	6,38	3,07
Total	2001-2009	-0,30	0,99	4,27	5,15	3,64	3,29	4,48	-1,38	3,31
	2010-2015	-0,90	-0,07	3,14	6,08	2,89	3,15	5,62	7,54	3,26

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Em Araguari, a média das variações anuais do total de estabelecimentos no período 2001-2009 (2,7%) diminuiu no período seguinte (1,79%) como resultado, em parte, da queda do número de estabelecimentos nos setores Administração Pública e Agropecuária, e, por outra parte, da desaceleração do crescimento no número de estabelecimentos em todos os outros setores, com exceção do setor Serviços, que foi o único a registrar maior taxa média de variação anual nos anos 2010-2015 (4,21%) em relação aos anos 2001-2009 (3,58%).

Quadro semelhante foi observado no município de Patos de Minas, cuja taxa média de variação anual reduziu de 4,01%, no período 2001-2009, para 2,93% em 2010-2015. Entre os setores de atividade econômica que apresentaram desaceleração no crescimento do número de estabelecimentos de um período para o outro estão o Comércio (passou de 4,56% para 1,97%, respectivamente), Construção Civil (de 6,3% para 4,48%), Indústria de Transformação (de 3,33% para 2,83%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (de 27,78% para 7,94%). De outro lado, os setores Administração Pública, Extrativa Mineral e Serviços evidenciaram aumento no quantitativo de empregadores formais, apresentando taxas médias de variação anual mais elevadas no período 2010-2015 relativamente ao período anterior.

Em Uberaba houve pequena queda no crescimento do número de estabelecimentos formais no período 2010-2015 em comparação com o período 2001-2009 - a taxa média de variação anual passou de 2,42% para 2%, respectivamente. Os setores que contribuíram para esse resultado foram Agropecuária - cuja taxa média de 0,54%, em 2001-2009, passou a ser negativa (-3,14) no período seguinte -, Comércio - a taxa média passou de 3,04% para 1,83%, respectivamente -, Construção Civil (saiu de 2,2% para 1,69%), Extrativa Mineral (de 6,33% para o percentual negativo de -1,88%), Indústria de Transformação (de 2,19% para 1,97%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (pequena variação de 6,82% para 6,73%). Somente os setores Administração Pública e Serviços registraram taxas médias de variação anual maiores no período 2010-2015 (1,35% e 4,5%, respectivamente) do que no período 2001-2009 (-4,18% e 3,08%).

Os municípios de Ituiutaba e Uberlândia foram os únicos que apresentaram taxa média de variação anual mais elevada no segundo período analisado (2010-2015) em relação ao primeiro (2001-2009). Em Ituiutaba, dos oito setores de atividade econômica, quatro registraram maiores taxas médias nos anos 2010-2015, destacando-se Indústria de Transformação - cuja taxa média anual saiu de um percentual negativo de -0,71% para 4,68% - e Construção Civil - cuja taxa passou de 4,35% para 6,12%. De outro lado, os setores Extrativa Mineral e Comércio passaram por desaceleração no aumento do quantitativo de estabelecimentos, enquanto o setor Agropecuária intensificou a diminuição no número de empregadores formais.

Em Uberlândia, a taxa média de variação anual do total de estabelecimentos no período 2001-2009 foi de 3,83%, resultado que passou para 4,73% no período 2010-2015. Como dito anteriormente, quando foi analisada a faixa populacional “Mais de 500.000”, composta apenas pelo município de Uberlândia, os setores Comércio, Extrativa Mineral e Indústria de Transformação registraram pequena desaceleração no crescimento do número de estabelecimentos no segundo período. Os setores Administração Pública e Agropecuária tiveram taxas médias de variação anual negativas entre 2010 e 2015: -0,4% e -2,12%, respectivamente, enquanto, por outro lado, os setores Serviços Industriais de Utilidade Pública, Comércio e Serviços evidenciaram aumento no quantitativo de estabelecimentos no período 2010-2015 relativamente a 2001-2009, passando de 4,46% para 13,96%, respectivamente, de 4,45% para 11,57%, e de 4,28% para 5,81%.

Isto posto, pode-se afirmar que os anos 2010 a 2015 foram marcados pela diminuição do ritmo de crescimento do número de estabelecimentos formais nos cinco maiores municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba relativamente aos anos 2001-2009. Contudo, alguns setores apresentaram taxas médias de variação anual mais elevadas no segundo período na maioria dos municípios selecionados. O setor Serviços foi o que registrou crescimento maior nos anos 2010-2015 em relação aos anos 2001-2009 em quase todos os municípios, exceto em Ituiutaba. Os demais setores, que, embora tenham vivenciado taxas médias mais elevadas no primeiro período, passaram por menor aumento no número de estabelecimentos no segundo período em quase todos os municípios, especialmente a partir de 2012 e, em maior magnitude, em 2015, como mostrou o Gráfico 5.1 na primeira seção.

8. Análise da Evolução do Número de Estabelecimentos por Tamanho do Estabelecimento (segundo o número de empregados)

8.1. Brasil, Minas Gerais, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A análise da evolução do número de estabelecimentos formais segundo o tamanho do estabelecimento considerará a classificação nas seguintes faixas de acordo com o número de empregados: “Até 19” pessoas empregadas; “De 20 a 99”; “De 100 a 499”, e “500 ou mais”.

Como dito anteriormente, não será utilizada, neste trabalho, a classificação que agrupa os estabelecimentos por tamanho abordando as nomenclaturas “microempresa”, “pequena”, “média” e “grande”. Isto porque as definições dessas faixas são diferentes por setor, conforme estudos do SEBRAE. No caso da indústria, é considerada microempresa o estabelecimento com até 19 empregados; pequena, a partir de 20 a 99; média, de 100 a 499; e grande, de 500 ou mais. Nos setores Comércio e Serviços, por sua vez, as microempresas são aquelas com até 9 empregados;

pequenas, de 10 a 49; média, de 50 a 99; e grande, 100 ou mais. Por isso, como esta análise se propõe explicitar como se deu a evolução do número de estabelecimentos nos oito setores da atividade econômica, optou-se por não utilizar a denominação disposta pelo SEBRAE, mas tão somente as faixas de tamanho dos estabelecimentos.

Na Tabela 8.1, que traz as informações sobre o número de estabelecimentos formais no Brasil, Minas Gerais e Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nos anos 2000, 2010 e 2015, segundo as faixas de tamanho, nota-se que mais de 90% dos estabelecimentos estão inseridos na faixa “Até 19” empregados, tanto em âmbito nacional quanto estadual e na mesorregião.

Tabela 8.1 - Número de estabelecimentos segundo o tamanho do estabelecimento: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000, 2010 e 2015

Anos	Tamanho do Estabelecimento (em número de empregados)								Total	
	Até 19		De 20 a 99		De 100 a 499		500 ou mais			
	Núm.	Part (%)	Núm.	Part (%)	Núm.	Part (%)	Núm.	Part (%)	Núm.	Part (%)
Brasil										
2000	2.077.671	92,81	129.789	5,80	26.022	1,16	5.205	0,23	2.238.687	100
2010	3.126.843	91,87	225.909	6,64	41.349	1,21	9.347	0,27	3.403.448	100
2015	3.666.448	92,33	251.221	6,33	43.536	1,10	9.903	0,25	3.971.108	100
Minas Gerais										
2000	303.726	94,57	14.251	4,44	2.730	0,85	453	0,14	321.160	100
2010	424.964	93,59	23.924	5,27	4.303	0,95	870	0,19	454.061	100
2015	482.325	93,99	25.560	4,98	4.375	0,85	888	0,17	513.148	100
TMAP										
2000	43.018	95,29	1.757	3,89	316	0,70	52	0,12	45.143	100
2010	60.282	94,55	2.887	4,53	481	0,75	110	0,17	63.760	100
2015	69.243	94,54	3.367	4,60	518	0,71	117	0,16	73.245	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

No Brasil, em 2000, 92,81% dos estabelecimentos formais tinham até 19 empregados; 5,8% tinham de 20 a 99; 1,16%, de 100 a 499, e 0,23%, 500 ou mais. Esses percentuais passaram por pequenas alterações em 2010, diminuindo a participação relativa dos estabelecimentos menores (com até 19 empregados) e aumentando as participações das demais faixas: 91,87%, com até 19 empregados; 6,64%, de 20 a 99; 1,21% de 100 a 499, e 0,27%, 500 ou mais. Em 2015, ao contrário, notou-se leve elevação da participação relativa do primeiro segmento (com até 19 empregados) e diminuição nos demais: 92,33%; 6,33%; 1,1%, e 0,25%, respectivamente.

Em Minas Gerais, do total de estabelecimentos formais em 2000, 94,57% estavam na faixa “Até 19”; 4,44% na faixa de 20 a 99; 0,85%, de 100 a 499, e 0,14%, 500 ou mais. Em 2010, observou-se um quadro semelhante àquele verificado no país – a participação relativa da faixa “Até 19” foi menor e passou para 93,59%, enquanto os percentuais relativos das outras faixas aumentaram para 5,27% (de 20 a 99), 0,95% (de 100 a 499) e 0,19% (500 ou mais). Em 2015,

93,99% do total de estabelecimentos estavam na faixa “Até 19”; 4,98% tinham de 20 a 99 empregados; 0,85%, de 100 a 499, e 0,17%, 500 ou mais, evidenciando pequena elevação na primeira faixa e redução nas demais.

No TMAP, 95,29% do total de estabelecimentos, em 2000, tinham até 19 empregados; 3,89%, de 20 a 99; 0,7%, de 100 a 499, e 0,12%, 500 ou mais. Em 2010, essas participações relativas tiveram pouca variação: 94,55%; 4,53%, 0,75% e 0,17% respectivamente. Mesmo em 2015, com a desaceleração no crescimento do quantitativo de estabelecimentos, como já atestado anteriormente, os percentuais relativos de cada faixa não se alteraram significativamente, permanecendo aproximadamente 95% dos estabelecimentos com até 19 empregados; 4,6% com 20 a 99; 0,71% com 100 a 499, e 0,16% com 500 ou mais.

Do exposto, pode-se afirmar que, no que tange às participações de cada faixa de tamanho dos estabelecimentos formais no total de estabelecimentos, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais e na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, são preponderantes os estabelecimentos classificados como microempresas (com até 19 empregados) relativamente aos estabelecimentos pequenos (de 20 a 99), médios (100 a 499) e grandes (500 ou mais), se utilizadas as definições da indústria.

A partir da variação percentual do número de estabelecimentos nos anos 2000, 2010 e 2015 (Tabela 8.2) é possível constatar que, no Brasil, houve um aumento de 52,03% no total de estabelecimentos formais no intervalo 2000/2010, quando o quantitativo de empregadores passou de 2.238.687, em 2000, para 3.403.448 em 2010, um incremento de 1.164.761 (Tabela 8.1). Nesses anos, as maiores variações percentuais foram observadas para os estabelecimentos com o número de empregados nas faixas “500 ou mais” (79,58%) e “De 20 a 99” (74,06%), seguidos daqueles compreendidos nas faixas “De 100 a 499” (58,9%) e “Até 19” (50,5%).

Tabela 8.2 - Variação percentual do número de estabelecimentos segundo o tamanho do estabelecimento: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos 2000 e 2010, 2010 e 2015 (%)

Anos	Tamanho do Estabelecimento (em número de empregados)				
	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais	Total
Brasil					
2000/2010	50,50	74,06	58,90	79,58	52,03
2010/2015	17,26	11,20	5,29	5,95	16,68
Minas Gerais					
2000/2010	39,92	67,88	57,62	92,05	41,38
2010/2015	13,50	6,84	1,67	2,07	13,01
TMAP					
2000/2010	40,13	64,31	52,22	111,54	41,24
2010/2015	14,87	16,63	7,69	6,36	14,88

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

As variações percentuais para os anos 2010/2015, porém, mostram que houve uma desaceleração no crescimento do número de estabelecimentos entre esses anos. O aumento de 16,68% em 2015 relativamente a 2010, com a adição de 567.660 empregadores formais, foi menor do que aquele verificado no intervalo 2000/2010. Nas faixas de tamanho dos estabelecimentos verificou-se também que as variações percentuais foram bem menores do que as variações observadas nos anos anteriores. As duas faixas que tiveram crescimento mais elevado foram: “Até 19” (17,26%) e “De 20 a 99” (11,2%). As outras duas registraram percentuais de 5,29% (“De 100 a 499”) e 5,95% (“500 ou mais”).

Em Minas Gerais, o quadro é semelhante ao observado no país. No primeiro intervalo (2000/2010) a variação percentual entre os dois anos analisados mostrou-se expressivamente maior do que a variação percentual entre os dois anos do segundo intervalo (2010/2015), o que confirma as análises anteriores referente aos anos 2010 a 2015 quando houve uma desaceleração no crescimento do quantitativo de estabelecimentos formais no país e também em Minas Gerais (Tabela 8.2).

A variação percentual entre o total de estabelecimentos em 2010 relativamente a 2000 foi de 41,38%, resultado do aumento de 132.901 empregadores, distribuídos em todas as faixas: “Até 19” (com variação percentual de 39,92%), “De 20 a 99” (67,88%), “De 100 a 499” (57,62%) e “500 ou mais” (92,05%), conforme Tabela 8.2. Em 2010/2015, o total de estabelecimentos teve o acréscimo de 59.087 (variação percentual de 13,01%), evidenciando o arrefecimento do crescimento verificado no intervalo anterior em todas as faixas de tamanho dos estabelecimentos: “Até 19” (13,5%), “De 20 a 99” (6,84%), “De 100 a 499” (1,67%) e “500 ou mais” (2,07%).

Na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba verificou-se a mesma trajetória percebida no país e no estado quanto ao maior incremento do quantitativo de estabelecimentos registrado em 2010 em relação a 2000 em comparação com o incremento observado no intervalo seguinte (2010/2015). O total de estabelecimentos aumentou 41,24% entre 2000 e 2010, com variações percentuais significativas em todas as faixas de tamanho: “Até 19” (40,13%), “De 20 a 99” (64,31%), “De 100 a 499” (52,22%) e “500 ou mais” (111,54%). No intervalo seguinte (2010/2015) observou-se um aumento de 14,88% no total de estabelecimentos, com variações percentuais de 14,87% na faixa “Até 19”; 16,63%, “De 20 a 99”; 7,69%, “De 100 a 499”, e 6,36%, “500 ou mais”.

8.2. Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por faixas populacionais; e maiores municípios (em termos populacionais)

As informações que mostram a evolução do número de estabelecimentos no TMAP nos anos 2000, 2010 e 2015 por faixas de tamanho dos municípios e por tamanho do estabelecimento podem ser vistas na Tabela 8.3.

Tabela 8.3 - Número de estabelecimentos formais nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo faixas populacionais e tamanho do estabelecimento: 2000, 2010 e 2015

Faixa Populacional	Tamanho do Estabelecimento (em número de empregados)								Total	
	Até 19		De 20 a 99		De 100 a 499		500 ou mais			
2000	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)
Até 5.000	1.069	96,39	18	1,62	22	1,98	0	0,00	1.109	100
De 5.001 a 10.000	1.829	97,08	30	1,59	23	1,22	2	0,11	1.884	100
De 10.001 a 20.000	4.428	97,13	100	2,19	27	0,59	4	0,09	4.559	100
De 20.001 a 50.000	6.142	96,91	163	2,57	23	0,36	10	0,16	6.338	100
De 50.001 a 100.000	7.172	95,72	284	3,79	32	0,43	5	0,07	7.493	100
De 100.001 a 500.000	12.137	94,84	568	4,44	84	0,66	9	0,07	12.798	100
Mais de 500.000	10.241	93,42	594	5,42	105	0,96	22	0,20	10.962	100
Total	43.018	95,29	1.757	3,89	316	0,70	52	0,12	45.143	100
2010										
Até 5.000	1.508	95,87	36	2,29	24	1,53	5	0,32	1.573	100
De 5.001 a 10.000	2.662	96,45	64	2,32	29	1,05	5	0,18	2.760	100
De 10.001 a 20.000	6.258	96,75	158	2,44	36	0,56	16	0,25	6.468	100
De 20.001 a 50.000	9.143	96,46	287	3,03	36	0,38	13	0,14	9.479	100
De 50.001 a 100.000	9.192	94,54	464	4,77	55	0,57	12	0,12	9.723	100
De 100.001 a 500.000	16.331	94,38	818	4,73	134	0,77	20	0,12	17.303	100
Mais de 500.000	15.188	92,31	1.060	6,44	167	1,01	39	0,24	16.454	100
Total	60.282	94,55	2.887	4,53	481	0,75	110	0,17	63.760	100
2015										
Até 5.000	1.708	96,01	44	2,47	24	1,35	3	0,17	1.779	100
De 5.001 a 10.000	3.096	96,45	77	2,40	30	0,93	7	0,22	3.210	100
De 10.001 a 20.000	7.045	96,44	216	2,96	29	0,40	15	0,21	7.305	100
De 20.001 a 50.000	10.315	96,31	342	3,19	38	0,35	15	0,14	10.710	100
De 50.001 a 100.000	10.510	94,64	521	4,69	62	0,56	12	0,11	11.105	100
De 100.001 a 500.000	17.784	94,06	965	5,10	136	0,72	22	0,12	18.907	100
Mais de 500.000	18.785	92,86	1.202	5,94	199	0,98	43	0,21	20.229	100
Total	69.243	94,54	3.367	4,60	518	0,71	117	0,16	73.245	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Nota-se que, em todas as faixas, predominaram as empresas com até 19 empregados nos três anos analisados, com participações relativas superiores a 90%. Depois destas estão as empresas com número de empregados de 20 a 99, cujos percentuais relativos foram inferiores a 7%, seguidas das empresas consideradas médias (na faixa de 100 a 499 empregados) e grandes (500 ou mais), cujas

participações relativas foram menores que 2% e 1%, respectivamente. Não se observou mudanças significativas nas participações relativas de cada faixa de tamanho dos estabelecimentos nas diferentes faixas populacionais.

Na Tabela 8.4, nota-se que os estabelecimentos, em cada faixa de tamanho, registraram maiores variações percentuais entre os anos 2000 e 2010 do que entre os anos 2010 e 2015, em todas as faixas populacionais.

Entre 2000 e 2010, o número de estabelecimentos com até 19 empregados teve maior variação percentual nos municípios com população até 50.000 habitantes – cujos percentuais ficaram acima de 40% -, e também no município com mais de 500.000 habitantes, Uberlândia, com variação de 48,31%. Nos anos 2010 e 2015, ainda que o quantitativo de estabelecimentos tenha aumentado em todas as faixas populacionais, isto se deu em ritmo menor do que nos anos anteriores – as variações percentuais não chegaram a 20%, com exceção apenas do município de Uberlândia, onde o percentual variou 23,68%.

Foi possível observar quadro semelhante para os estabelecimentos com número de empregados de 20 a 99 (classificados como pequenas empresas), sendo que, nesta faixa de tamanho, houve significativo aumento de empregadores formais em 2010 relativamente a 2000 nos municípios com até 10.000 habitantes – na faixa “Até 5.000”, o número de estabelecimentos passou de 18, em 2000, para 36 (variação percentual de 100%) e, na faixa “De 5.000 a 10.000”, de 30 para 64 (variação de 113,33%), respectivamente. Nas demais faixas populacionais, as variações percentuais também foram expressivas – entre 44% e 78%. Entre 2010 e 2015, a desaceleração no aumento do número de estabelecimentos ficou evidenciada nas variações percentuais que variaram entre 13% e 34%, com os maiores valores observados nos municípios com população até 20.000 habitantes – “Até 5.000” (22,22%), “De 5.001 a 10.000” (20,32%) e “De 10.001 a 20.000” (36,71%).

Tabela 8.4 - Variação percentual do número de estabelecimentos segundo faixas populacionais e tamanho do estabelecimento entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015 (%)

Faixa Populacional	Tamanho do estabelecimento (em número de empregados)								Total	
	Até 19		De 20 a 99		De 100 a 499		500 ou mais			
	2000/2010	2010/2015	2000/2010	2010/2015	2000/2010	2010/2015	2000/2010	2010/2015	2000/2010	2010/2015
Até 5.000	41,07	13,26	100,00	22,22	9,09	0	—*	-40,00	41,84	13,10
De 5.001 a 10.000	45,54	16,30	113,33	20,31	26,09	3,45	150,00	40,00	46,50	16,30
De 10.001 a 20.000	41,33	12,58	58,00	36,71	33,33	-19,44	300,00	-6,25	41,87	12,94
De 20.001 a 50.000	48,86	12,82	76,07	19,16	56,52	5,56	30,00	15,38	49,56	12,99
De 50.001 a 100.000	28,17	14,34	63,38	12,28	71,88	12,73	140,00	0,00	29,76	14,21
De 100.001 a 500.000	34,56	8,90	44,01	17,97	59,52	1,49	122,22	10,00	35,20	9,27
Mais de 500.000	48,31	23,68	78,45	13,40	59,05	19,16	77,27	10,26	50,10	22,94
Total	40,13	14,87	64,31	16,63	52,22	7,69	111,54	6,36	41,24	14,88

* O cálculo percentual entre o valor inicial (0) e o valor final (5) não é definido. De 2000 para 2010, a variação foi de 5 estabelecimentos.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Os estabelecimentos com 100 a 499 empregados também registraram maiores variações percentuais nos anos 2000/2010 em relação aos anos 2010/2015. Nessa faixa de tamanho, os maiores percentuais de aumento foram observados para os municípios com população superior a 20.000 habitantes – na faixa “De 20.001 a 50.000” houve um aumento de 56,52% no número de estabelecimentos em 2010 relativamente a 2000; na faixa “De 50.001 a 100.000”, esse aumento foi de 71,88%; na faixa “De 100.001 a 500.000”, de 59,52% e, na faixa “Mais de 500.000”, de 59,05%. Nos anos 2010/2015, no entanto, houve sensível desaceleração do crescimento do número de estabelecimentos nessa faixa de tamanho, acontecendo, inclusive, a redução dos mesmos nos municípios compreendidos na faixa “De 10.001 a 20.000”, em que a variação percentual foi de -19,44%. Nos municípios com até 5.000 habitantes não houve qualquer alteração no número de estabelecimentos (24) entre esses dois anos, enquanto nas demais faixas populacionais as variações percentuais ficaram entre 1% e 19%, sendo que a maior variação foi registrada no município de Uberlândia (19,16%).

Por fim, os estabelecimentos com 500 empregados ou mais apresentaram variações elevadas em 2010 em relação ao ano 2000, ressaltando-se, no entanto, que, como se trata de uma faixa de tamanho em que há poucos estabelecimentos registrados, o acréscimo de pequena quantidade adicional se traduz em grande variação. Na faixa populacional “Até 5.000” habitantes, que é constituída por dezoito municípios, foram registrados, em 2010, cinco estabelecimentos classificados como de porte grande; em 2000, não havia qualquer estabelecimento desse porte nesses municípios. O incremento do quantitativo de estabelecimentos também se mostrou expressivo nas duas faixas populacionais seguintes: “De 5.001 a 10.000” e “De 10.001 a 20.000”, para as quais as variações percentuais, em 2000/2010, foram de 150% e 300%, respectivamente, como resultado do aumento do número de estabelecimentos de dois para cinco e de quatro para dezesseis, respectivamente. Destacaram-se ainda as variações percentuais observadas nas faixas populacionais “De 50.000 a 100.000” (140%) e “De 100.001 a 500.000” (122,22%), advindas da adição de sete e onze estabelecimentos nos municípios dessas faixas, respectivamente. A análise por setor de atividade, mais adiante, poderá permitir melhor compreensão desse quadro.

A comparação dos anos 2010 e 2015, como dito anteriormente, evidencia a desaceleração do crescimento do número de estabelecimentos em todas as faixas de tamanho e em todas as faixas populacionais. Na faixa de tamanho “500 ou mais” observou-se a redução do quantitativo de empregadores formais nos municípios com até 5.000 habitantes (com variação percentual negativa de -40%) e também nos municípios com população entre 10.001 e 20.000 (-6,25%). Não houve qualquer variação no número de estabelecimentos nos municípios compreendidos na faixa “50.001 a 100.000”, enquanto nas noutras faixas populacionais, embora as variações percentuais tenham se

mostrado positivas, estas foram significativamente menores do que aquelas constatadas nos anos 2000/2010.

A Tabela 8.5 mostra o número de estabelecimentos nos cinco maiores municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo as faixas de tamanho dos estabelecimentos, nos anos 2000, 2010 e 2015. À primeira vista é possível constatar que, em todos os municípios, aproximadamente 95% do total de estabelecimentos formais têm até 19 empregados; cerca de 4% a 5% têm de 20 a 99 empregados; menos de 1%, de 100 a 499 empregados, e não mais que 0,2% têm 500 empregados ou mais. Ademais, destaca-se que, nos três anos analisados, embora tenha ocorrido substancial variação no número de estabelecimentos em alguns municípios comparando-se um ano com o outro, não houve mudança na participação relativa das faixas de tamanho dos estabelecimentos nas diferentes faixas populacionais: as chamadas microempresas (com até 19 empregados) concentraram o maior número de empregadores formais nos anos 2000, 2010 e 2015, seguidas das pequenas (de 20 a 99), médias (de 100 a 499) e grandes empresas (500 ou mais).

Tabela 8.5 - Número de estabelecimentos formais nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo o tamanho do estabelecimento: 2000, 2010 e 2015

Municípios	Tamanho do Estabelecimento (em número de empregados)								Total	
	Até 19		De 20 a 99		De 100 a 499		500 ou mais			
	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)
2000										
Araguari	2.226	95,33	93	3,98	16	0,69	0	0,00	2.335	100
Ituiutaba	2.037	95,81	81	3,81	6	0,28	2	0,09	2.126	100
Patos de Minas	3.306	95,14	153	4,40	14	0,40	2	0,06	3.475	100
Uberaba	6.605	94,52	322	4,61	54	0,77	7	0,10	6.988	100
Uberlândia	10.241	93,42	594	5,42	105	0,96	22	0,20	10.962	100
Demais Municípios	18.603	96,60	514	2,67	121	0,63	19	0,10	19.257	100
Total	43.018	95,29	1.757	3,89	316	0,70	52	0,12	45.143	100
2010										
Araguari	2.981	95,30	122	3,90	21	0,67	4	0,13	3.128	100
Ituiutaba	2.520	94,49	132	4,95	12	0,45	3	0,11	2.667	100
Patos de Minas	4.939	94,96	231	4,44	28	0,54	3	0,06	5.201	100
Uberaba	8.411	93,73	465	5,18	85	0,95	13	0,14	8.974	100
Uberlândia	15.188	92,31	1.060	6,44	167	1,01	39	0,24	16.454	100
Demais Municípios	26.243	96,00	877	3,21	168	0,61	48	0,18	27.336	100
Total	60.282	94,55	2.887	4,53	481	0,75	110	0,17	63.760	100
2015										
Araguari	3.124	95,01	140	4,26	22	0,67	2	0,06	3.288	100
Ituiutaba	2.792	94,80	134	4,55	16	0,54	3	0,10	2.945	100
Patos de Minas	5.592	95,13	253	4,30	28	0,48	5	0,09	5.878	100
Uberaba	9.068	93,09	572	5,87	86	0,88	15	0,15	9.741	100
Uberlândia	18.785	92,86	1.202	5,94	199	0,98	43	0,21	20.229	100
Demais Municípios	29.882	95,89	1.066	3,42	167	0,54	49	0,16	31.164	100
Total	69.243	94,54	3.367	4,60	518	0,71	117	0,16	73.245	100

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Os estabelecimentos maiores, compreendidos nas faixas “De 100 a 499” e “500 ou mais”, estão localizados principalmente no município de Uberlândia. Em 2000, 33% do total dos estabelecimentos com 100 a 499 empregados e 42% daqueles com 500 empregados ou mais estavam nesse município. Em 2010, esses números passaram para aproximadamente 35% para ambos os tamanhos e, em 2015, aumentaram para 38% e 37%, respectivamente.

As variações percentuais do número de estabelecimentos dos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos 2000, 2010 e 2015, segundo o tamanho dos estabelecimentos, são apresentadas na Tabela 8.6. Nota-se que, em todas as faixas de tamanho, as variações percentuais mais elevadas foram registradas no período 2000/2010 relativamente ao período 2010/2015, novamente confirmando o que já foi dito anteriormente sobre a redução do crescimento do número de empregadores formais depois de 2010.

Tabela 8.6 - Variação percentual do número de estabelecimentos nos cinco maiores municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo o tamanho do estabelecimento entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015 (%)

Municípios	Tamanho do estabelecimento (em número de empregados)									
	Até 19		De 20 a 99		De 100 a 499		500 ou mais		Total	
	2000/ 2010	2010/ 2015	2000/ 2010	2010/ 2015	2000/ 2010	2010/ 2015	2000/ 2010	2010/ 2015	2000/ 2010	2010/ 2015
Araguari	33,92	4,80	31,18	14,75	31,25	4,76	-	-50,00	33,96	5,12
Ituiutaba	23,71	10,79	62,96	1,52	100,00	33,33	50,00	0	25,45	10,42
Patos de Minas	49,40	13,22	50,98	9,52	100,00	0,00	50,00	66,67	49,67	13,02
Uberaba	27,34	7,81	44,41	23,01	57,41	1,18	85,71	15,38	28,42	8,55
Uberlândia	48,31	23,68	78,45	13,40	59,05	19,16	77,27	10,26	50,10	22,94
Demais Municípios	41,07	13,87	70,62	21,55	38,84	-0,60	152,63	2,08	41,95	14,00
Total	40,13	14,87	64,31	16,63	52,22	7,69	111,54	6,36	41,24	14,88

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Em 2000/2010, os estabelecimentos com até 19 empregados tiveram maior variação percentual nos municípios de Patos de Minas (49,4%) e Uberlândia (48,31%), resultado que se manteve nos anos 2010/2015, embora em menor magnitude e com maior variação percentual registrada em Uberlândia (23,68%), seguido de Patos de Minas (13,22%).

Os estabelecimentos com 20 a 99 empregados, em 2000/2010, também apresentaram maior variação percentual em Uberlândia (78,45%) e, em seguida, em Ituiutaba (62,96%), Patos de Minas (50,98%), Uberaba (44,41%) e Araguaçu (31,18%). No período seguinte (2010/2015), com variações percentuais menores, que mostram a desaceleração no ritmo de crescimento do número de estabelecimentos formais, destacaram-se os municípios: Uberaba (23,01%), Araguaçu (14,75%) e Uberlândia (13,4%).

Com número de empregados de 100 a 499, os chamados estabelecimentos de médio porte tiveram aumento significativo no ano de 2010 comparado ao ano de 2000. Em Ituiutaba e em Patos de Minas, esse aumento foi de 100%, resultado da elevação do quantitativo de estabelecimentos de seis para doze e de quatorze para vinte e oito, respectivamente (Tabelas 8.3 e 8.4). Em Uberlândia e em Uberaba, o aumento foi de 59,05% e 57,41%, respectivamente. Já no período 2010/2015, as variações percentuais foram bem menores: Ituiutaba (33,33%), Uberlândia (19,16%), Araguari (4,76%) e Uberaba (1,18%). Patos de Minas não passou por variação no número de estabelecimentos desse porte nos anos considerados.

Os maiores estabelecimentos (aqueles com 500 empregados ou mais) registraram, em 2000/2010, variações percentuais mais elevadas nos municípios com maior volume de população – Uberaba (cuja variação foi de 85,71% em decorrência do aumento de seis estabelecimentos em 2010) e Uberlândia (variação de 77,27%, resultante de doze estabelecimentos adicionais em 2010). Em Ituiutaba e Patos de Minas, a variação percentual foi de 50%, resultado do acréscimo de uma unidade em 2010 às duas unidades existentes em 2000. Em Araguari, por sua vez, onde não havia sido registrado qualquer estabelecimento com 500 empregados ou mais em 2000, foram contados quatro registros desse porte em 2010.

No período 2010/2015, no entanto, em Araguari houve a redução de duas unidades de grande porte, o que resultou na variação percentual negativa de -50%. Em Ituiutaba não houve variação no número de estabelecimentos entre os anos 2010 e 2015, permanecendo os mesmos três registrados em 2010. Patos de Minas foi o único município em que a variação percentual do segundo período (66,67%) se mostrou superior à variação percentual do primeiro período (50%) como resultado do aumento de dois estabelecimentos. Contudo, em números absolutos, Uberlândia se destacou como o município que registrou maior número de unidades adicionais de estabelecimentos com 500 empregados ou mais – prestaram declaração à RAIS 39 estabelecimentos em 2000 e, em 2010, 43, totalizando quatro novos estabelecimentos e uma variação percentual de 10,26%.

A Tabela 8.7 traz a distribuição do número de estabelecimentos por tamanho, segundo o setor de atividade econômica, na Mesorregião do Triângulo e Alto Paranaíba nos anos 2000, 2010 e 2015.

Em 2000, do total de estabelecimentos com até 19 empregados (43.018), a maior concentração desses estava nos setores Agropecuária (31,86%), Comércio (31,58%) e Serviços (23,64%), seguidos dos setores Indústria de Transformação (6,64%) e Construção Civil (5,67%). Em 2010, quando esses estabelecimentos totalizaram 60.282 no TMAP, sua participação relativa no setor Agropecuária caiu para 24,83%, enquanto no Comércio e no setor Serviços aumentou para

34,75% e 26,17%, respectivamente. Na Indústria de Transformação praticamente não houve alteração no número de estabelecimentos desse porte (participação relativa de 6,43%), enquanto no setor Construção Civil ocorreu um aumento do quantitativo de empregadores formais, resultando na participação relativa de 7,38%. Em 2015, com um total de 69.243 estabelecimentos continuou a redução no setor Agropecuária (a participação relativa passou para 21,36%), enquanto aumentaram as participações desses estabelecimentos no Comércio (33,97%) e Serviços (29,99%). Pequenos incrementos aconteceram nos setores Indústria de Transformação e Construção Civil, cujas participações relativas foram 6,79% e 7,47%, respectivamente.

Como já foi dito anteriormente, na mesorregião estudada os estabelecimentos classificados como microempresas (com até 19 empregados) registraram a maior participação em relação às demais faixas de tamanho nos anos 2000, 2010 e 2015: aproximadamente 95% do total (ver Tabela 8.1).

Os estabelecimentos com 20 a 99 empregados, que somaram 1.757 no ano de 2000 (3,89% do total), estavam localizados principalmente nos setores Serviços (33,69%), Comércio (23,96%), Indústria de Transformação (21,4%) e Agropecuária (12,35%). Em 2010, com a adição de 1.130 estabelecimentos desse porte e participação relativa de 4,53% no total da mesorregião, a concentração de unidades continuou nos mesmos setores, com participações relativas mais elevadas em Serviços (35,85%) e Comércio (28,99%), mas passando por redução na Indústria de Transformação (16,63%) e na Agropecuária (9,94%). Em 2015, do total de 3.367 estabelecimentos (4,6% do total), a participação relativa no setor Serviços aumentou para 40,15%, enquanto no Comércio, na Indústria de Transformação e na Agropecuária passou por redução: 27,5%, 14,43% e 9,74%, respectivamente.

Os estabelecimentos médios com 100 a 499 empregados totalizaram 316 (0,7% do total de empregadores formais) no ano 2000, dos quais 28% estavam inseridos no setor Serviços; cerca de 22% na Indústria de Transformação; 21% na Administração Pública e 12% na Agropecuária. Em 2010, com 481 estabelecimentos desse porte (0,75%), observou-se que as participações relativas permaneceram quase as mesmas nos setores Serviços (28,48%), Indústria de Transformação (21,21%) e Agropecuária (12,47%), passando por redução no setor Administração Pública (11,23%) e por aumento significativo no Comércio (14,55%), relativamente ao ano 2000, quando o percentual relativo era de 7,91%. Em 2015, com 518 estabelecimentos (0,71%), constatou-se o crescimento dos mesmos nos setores Serviços e Comércio, para os quais as participações relativas aumentaram para 34,56% e 19,5%, respectivamente, embora tenha ocorrido uma diminuição dos percentuais relativos em quase todos os outros setores.

Tabela 8.7 - Número de estabelecimentos formais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo o setor de atividade econômica e tamanho do estabelecimento: 2000, 2010 e 2015

Setor de atividade econômica e tamanho do estabelecimento: 2000, 2010 e 2015									
Setor de atividade econômica	Tamanho do estabelecimento (em número de empregados)								Total
	Até 19		De 20 a 99		De 100 a 499		500 e mais		
2000	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	Núm.	Part. (%)	
Adm. Pública	102	0,24	21	1,20	65	20,57	20	38,46	208
Agropecuária*	13.707	31,86	217	12,35	41	12,97	3	5,77	13.968
Comércio	13.585	31,58	421	23,96	25	7,91	4	7,69	14.035
Const. Civil	2.438	5,67	110	6,26	18	5,70	1	1,92	2.567
Extrat. Mineral	88	0,20	10	0,57	1	0,32	0	0,00	99
Ind. de Transf.	2.857	6,64	376	21,40	68	21,52	11	21,15	3.312
Serviços	10.171	23,64	592	33,69	89	28,16	13	25,00	10.865
Serv. Ind. de Util. Pub.	70	0,16	10	0,57	9	2,85	0	0,00	89
Total	43.018	100	1.757	100	316	100	52	100	45.143
2010									
Adm. Pública	89	0,15	27	0,94	54	11,23	34	30,91	204
Agropecuária*	14.970	24,83	287	9,94	60	12,47	6	5,45	15.323
Comércio	20.951	34,75	837	28,99	70	14,55	6	5,45	21.864
Const. Civil	4.449	7,38	198	6,86	51	10,60	6	5,45	4.704
Extrat. Mineral	129	0,21	11	0,38	1	0,21	1	0,91	142
Ind. de Transf.	3.874	6,43	480	16,63	102	21,21	28	25,45	4.484
Serviços	15.774	26,17	1.035	35,85	137	28,48	26	23,64	16.972
Serv. Ind. de Util. Pub.	46	0,08	12	0,42	6	1,25	3	2,73	67
Total	60.282	100	2.887	100	481	100	110	100	63.760
2015									
Adm. Pública	80	0,12	26	0,77	53	10,23	32	27,35	191
Agropecuária*	14.793	21,36	328	9,74	55	10,62	6	5,13	15.182
Comércio	23.523	33,97	926	27,50	101	19,50	3	2,56	24.553
Constr. Civil	5.171	7,47	218	6,47	27	5,21	2	1,71	5.418
Extrat. Mineral	140	0,20	13	0,39	1	0,19	2	1,71	156
Ind. de Transf.	4.700	6,79	486	14,43	98	18,92	34	29,06	5.318
Serviços	20.765	29,99	1.352	40,15	179	34,56	35	29,91	22.331
Serv. Ind. de Util. Pub.	71	0,10	18	0,53	4	0,77	3	2,56	96
Total	69.243	100	3.367	100	518	100	117	100	73.245

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Por fim, os estabelecimentos maiores (com 500 ou mais empregados) somavam 52 (0,12% do total) no ano 2000, os quais estavam distribuídos principalmente nos setores: Administração Pública (38,46%); Serviços (25%); Indústria de Transformação (21,15%); Comércio (7,69%) e Agropecuária (5,77%). Em 2010, com 110 estabelecimentos (0,17%), notou-se a redução da participação relativa especialmente nos setores Administração Pública (30,91%), Agropecuária (5,45%), Comércio (5,45%) e Serviços (23,64%), enquanto cresceu essa participação na Construção Civil (5,45%), Indústria de Transformação (25,45%) e em Serviços Industriais de Utilidade Pública

(2,75%). Em 2015, observou-se novamente a diminuição da participação relativa nos setores Administração Pública (27,35%), Agropecuária (5,13%) e Comércio (2,56%). Os setores Indústria de Transformação e Serviços, no entanto, registraram percentuais relativos mais elevados – 29,06% e 29,91%, respectivamente. É importante destacar ainda a significativa redução da participação relativa do número de empregadores formais de grande porte no setor Construção Civil, que, em 2015, passou para 1,71%, certamente em resposta à desaceleração das atividades nesse setor advindas de mudanças nos programas que impulsionavam os investimentos.

Na Tabela 8.8 são apresentadas as variações percentuais referentes ao número de estabelecimentos na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos 2000/2010 e 2010/2015, segundo o tamanho do estabelecimento e setor de atividade econômica. Nota-se, inicialmente, que, para todas as faixas de tamanho, as maiores variações percentuais ocorreram no período 2000/2010 em comparação com o período 2010/2015.

Os estabelecimentos com até 19 empregados tiveram variações percentuais positivas que variaram entre 9% e 82% no período 2000/2010¹⁰. Os setores que registraram as variações mais altas em 2010 relativamente a 2000 foram: Construção Civil (82,49%), Serviços (55,09%), Comércio (54,22%), Extrativa Mineral (46,59%) e Indústria de Transformação (35,6%). O setor Agropecuária apresentou a menor variação percentual (9,21%), enquanto os setores Administração Pública e Serviços de Utilidade Pública obtiveram variações negativas: -12,75% e -34,29%, respectivamente.

No período 2010/2015, o setor Administração Pública continuou a registrar queda do número de estabelecimentos (variação percentual de -10,11%, assim como o setor Agropecuária (-1,18%). Os demais setores tiveram variações percentuais positivas, sendo que as mais elevadas foram: Serviço Público de Utilidade Pública (54,35%), Serviços (31,64%), Indústria de Transformação (21,32%), Construção Civil (16,23%) e Comércio (12,28%).

¹⁰Cabe esclarecer que, em algumas faixas de tamanho do estabelecimento, os números absolutos eram muito baixos (ver Tabela 6.16) e, por isto, a adição de poucas unidades gerou variações percentuais muito elevadas de um ano para o outro.

Tabela 8.8 - Variação percentual do número de estabelecimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba segundo o setor de atividade econômica e tamanho do estabelecimento: entre os anos 2000 e 2010, e 2010 e 2015 (%)

Setor de atividade econômica	Tamanho do estabelecimento (em número de empregados)								Total	
	Até 19		De 20 a 99		De 100 a 199		500 e mais		2000/2010	2010/2015
	2000/2010	2010/2015	2000/2010	2010/2015	2000/2010	2010/2015	2000/2010	2010/2015		
Adm. Pública	-12,75	-10,11	28,57	-3,70	-16,92	-1,85	70,00	-5,88	-1,92	-6,37
Agropecuária*	9,21	-1,18	32,26	14,29	46,34	-8,33	100,00	0	9,70	-0,92
Comércio	54,22	12,28	98,81	10,63	180,00	44,29	50,00	-50,00	55,78	12,30
Const. Civil	82,49	16,23	80,00	10,10	183,33	-47,06	-	-66,67	83,25	15,18
Extrat. Mineral	46,59	8,53	10,00	18,18	0	0	-	100,00	43,43	9,86
Ind. de Transf.	35,60	21,32	27,66	1,25	50,00	-3,92	154,55	21,43	35,39	18,60
Serviços	55,09	31,64	74,83	30,63	53,93	30,66	100,00	34,62	56,21	31,58
Serv. Ind. de Util. Pub.	-34,29	54,35	20,00	50,00	-33,33	-33,33	-	0	-24,72	43,28
Total	40,13	14,87	64,31	16,63	52,22	7,69	111,54	6,36	41,24	14,88

* Inclui também a Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Em 2000/2010, os estabelecimentos com 20 a 99 empregados tiveram maior crescimento do quantitativo no setores Comércio (98,81%), Construção Civil (80%) e Serviços (74,83%). Os demais setores tiveram variações percentuais entre 10% (Extrativa Mineral) e 32% (Agropecuária). Em 2010/2015, essa faixa de estabelecimento teve menor crescimento do número de empregadores formais em alguns setores – o setor Comércio apresentou variação percentual de aproximadamente 11%; Construção Civil, de 10%; Serviços, 30,63%, e Agropecuária, 14,29%. No setor Administração Pública, a variação percentual foi negativa (-3,7%), com a redução de um estabelecimento, enquanto nos setores Extrativa Mineral e Serviços Industriais de Utilidade Pública foram observadas variações percentuais mais elevadas em 2010/2015 do que no período anterior: 18,18% e 50%, respectivamente.

Nos chamados estabelecimentos médios (de 100 a 499 empregados), em 2000/2010, as variações percentuais positivas foram registradas nos setores Comércio (180%), Construção Civil (183,33%), Serviços (53,93%), Indústria de Transformação (50%) e Agropecuária (46,34%). Dois setores registraram variações negativas – Administração Pública (-16,92%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-33,33%). Não houve variação percentual no setor Extrativa Mineral.

Em 2010/2015, os estabelecimentos compreendidos na faixa de “100 a 499” passaram por redução em seu quantitativo em cinco dos oito setores analisados: Administração Pública (variação percentual de -1,85%); Agropecuária (-8,33%); Construção Civil (-47,06%), Indústria de Transformação (-3,92%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-33,33%). No setor Extrativa Mineral não houve alteração no número de estabelecimentos. Somente nos setores Comércio e Serviços foram notadas variações percentuais positivas entre os anos 2010 e 2015 – 44,29% e 30,66%, respectivamente.

Tal como as demais faixas de tamanho, os estabelecimentos com 500 ou mais empregados passaram por maiores incrementos no período 2000/2010 relativamente ao período 2010/2015. No setor Administração Pública, em que a variação percentual foi de 70% no primeiro período, o número de estabelecimentos saiu de vinte para trinta e quatro (ver Tabela 8.7). No período seguinte, no entanto, houve redução do número de estabelecimentos, com variação percentual negativa de -5,88% devido à diminuição de duas unidades.

Quadro semelhante aconteceu com os setores Comércio e Construção Civil, que, em 2000/2010, registraram adição no quantitativo de estabelecimentos, passando de quatro para seis e de um para seis, respectivamente. Em 2010/2015 houve mudança na trajetória em virtude das variações percentuais terem sido negativas: -50% e -66,67%, respectivamente, com a redução de três unidades no Comércio e quatro na Construção Civil.

Nos setores Agropecuária e Serviços a variação percentual foi de 100% em 2000/2010 – o número de estabelecimentos, que eram três e treze, respectivamente, aumentou para seis e vinte e seis. Em 2010/2015, não houve alteração no número de estabelecimentos na Agropecuária, mas o setor Serviços registrou a adição de nove, o que resultou na variação percentual positiva de 34,62%.

O setor Indústria de Transformação tinha onze estabelecimentos em 2000; vinte e oito em 2010 e trinta e quatro em 2015 – variações percentuais de 154,55%, em 2000/2010, e 21,43% em 2010/2015. Já o setor Extrativa Mineral registrou um estabelecimento em 2000/2010 e, no período seguinte, registrou duas unidades.

Do exposto, verificou-se que, entre os anos 2000 e 2010, ainda que de forma não contínua, houve maior crescimento do número de estabelecimentos formais na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do que entre os anos 2010/2015. A comparação entre os anos 2000 e 2010 mostrou que, em alguns setores, o incremento foi mais elevado, como na Construção Civil, Serviços e Comércio, ao passo que, em outros, embora com variações percentuais positivas, o acréscimo no quantitativo de empregadores foi menor. Entre 2010 e 2015, quase todos os setores apresentaram aumento no número de estabelecimentos, mas em uma magnitude substancialmente menor do que a do período anterior (entre 2000 e 2010), certamente em resposta à desaceleração da atividade econômica vivenciada tanto em âmbito nacional, quanto estadual e regional.

9. Considerações Finais

A análise da evolução do número de estabelecimentos formais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nos anos 2000 a 2015, consiste em uma primeira etapa de estudos sobre uma face da dinâmica econômica desta mesorregião no que concerne à temática do emprego formal, juntamente com a análise da evolução dos vínculos empregatícios desenvolvida na seção anterior. A partir do acompanhamento das informações da RAIS, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e do aprofundamento das análises dessas informações e de outras complementares, abrem-se possibilidades para novos estudos rumo à compreensão da dinâmica do emprego nesse recorte geográfico.

Neste relatório, constatou-se que o número de estabelecimentos cresceu, de maneira geral, no período 2000 a 2015, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais e na mesorregião. Contudo, isto não aconteceu a taxas crescentes, uma vez que foram observadas desacelerações e reduções do quantitativo de empregadores de mão de obra ao longo do período analisado, especialmente depois de 2011 e, com mais intensidade, no ano de 2015.

Na análise das informações por faixas de tamanho dos municípios do TMAP, observou-se que, em todas as faixas, houve maior aumento do número de estabelecimentos no período 2000-2009 relativamente ao período 2010-2015, quando, a partir de 2012, notou-se a desaceleração desse aumento, inicialmente nos municípios menores (com até 20.000 habitantes) e, depois, nos municípios com mais de 50.000 habitantes.

Entre os anos 2000 e 2009, o número de estabelecimentos cresceu nos cinco municípios selecionados – Araguari, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia -, sendo que a maior variação positiva registrada ocorreu no município de Uberlândia. Nos últimos seis anos (2010 a 2015), o aumento do quantitativo de estabelecimentos continuou, embora a um ritmo notadamente menor.

Em termos setoriais, entre os anos 2000 e 2010, alguns setores mostraram maior crescimento no quantitativo de estabelecimentos como Construção Civil, Serviços e Comércio, enquanto outros, mesmo com variações percentuais positivas, apresentaram menor crescimento. Entre 2010 e 2015, quase todos os setores apresentaram aumento no número de estabelecimentos, mas em uma magnitude substancialmente menor do que a do período anterior (entre 2000 e 2010), certamente em resposta à desaceleração da atividade econômica vivenciada tanto em âmbito nacional, quanto estadual e regional.

Por fim, no que se refere ao tamanho dos estabelecimentos, o estudo demonstrou que, em todas as faixas de tamanho, predominam aqueles com até 19 empregados, seguidos dos que têm 20 a 99, dos que têm de 100 a 499 e, por fim, dos que contam com 500 ou mais empregados. Embora estes últimos sejam os estabelecimentos com parcela expressiva de vínculos empregatícios, a significativa quantidade de empregadores formais com até 19 empregados evidencia a crescente importância desses estabelecimentos menores no âmbito da empregabilidade na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

ANEXOS**Anexo I:**

Estoque de Emprego para Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período 2000- 2015 (número absoluto de vínculos ativos):

Ano	Brasil	Minas Gerais	TMAP
2000	26.228.629	2.803.454	301.489
2001	27.189.614	2.893.726	319.837
2002	28.683.913	3.046.362	337.349
2003	29.544.927	3.138.026	350.621
2004	31.407.576	3.332.775	374.572
2005	33.238.617	3.592.560	399.675
2006	35.155.249	3.744.043	421.398
2007	37.607.430	4.036.203	442.299
2008	39.441.566	4.184.183	464.462
2009	41.207.546	4.350.839	487.054
2010	44.068.355	4.646.891	524.374
2011	46.310.631	4.850.976	560.143
2012	47.458.712	4.928.225	563.795
2013	48.948.433	5.057.080	604.481
2014	49.571.510	5.071.906	615.518
2015	48.060.807	4.821.116	604.773

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Anexo II:**Variação Anual Percentual do estoque de emprego formal por setores para as faixas populacionais do TMAP no período 2000-2015 (%)**

Até 5.000																
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	24,00	7,09	6,50	2,68	10,01	-1,23	4,22	3,24	10,06	3,23	-0,37	-8,87	12,13	3,42	-1,05
Agropecuária	-	17,08	3,81	-16,78	-1,99	-4,39	56,59	15,15	16,84	1,09	-12,22	23,71	-16,30	-3,08	12,31	8,89
Comércio	-	31,54	14,51	38,29	-12,55	9,34	3,96	12,63	17,97	6,03	17,50	16,83	-0,83	-9,61	9,13	-1,91
Const. Civil	-	-5,88	66,67	57,50	400,79	-7,92	-11,70	21,83	22,56	9,27	-15,77	51,49	-9,55	7,14	1,74	-69,42
Extrat. Mineral	-	5,82	7,07	-0,37	5,34	1,92	-9,09	-3,77	13,92	-4,13	-0,54	0,72	-3,58	-3,90	5,22	203,13
Ind. de Transf.	-	8,90	2,99	15,11	16,45	78,36	-28,29	10,06	0,97	50,80	-8,13	26,60	1,42	11,26	4,82	1,89
Serviços	-	-9,44	81,04	48,17	-40,28	20,12	21,18	18,09	-28,23	10,31	7,83	9,68	-9,01	14,14	-22,48	14,84
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	-11,76	26,67	0,00	-94,74	-100,00	-	63,64	-100,00	-	-	-	-	-	16,67	-85,71
Total	-	17,39	8,24	1,89	4,60	11,25	8,75	10,21	8,46	9,60	-4,33	15,35	-9,44	4,67	5,68	5,52
De 5.001 a 10.000																
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	16,86	-2,33	10,74	-6,39	11,67	14,23	5,05	-21,91	29,12	-5,48	5,58	-6,46	14,10	-3,39	-0,42
Agropecuária	-	59,05	13,20	12,12	-42,73	0,05	2,24	8,78	6,90	-2,40	24,52	6,32	-13,23	7,38	2,24	-5,21
Comércio	-	10,60	17,47	5,18	8,67	5,21	4,71	10,52	11,59	8,78	13,18	15,11	1,92	4,66	47,79	-14,44
Const. Civil	-	-22,59	81,08	-70,75	-35,71	163,49	37,95	-14,85	6,67	-44,71	42,61	-12,80	27,97	355,74	14,03	-7,26
Extrat. Mineral	-	-22,86	25,93	2,94	-5,71	-15,15	-25,00	-7,14	-23,08	-10,00	37,04	43,24	0,00	3,77	9,09	-8,33
Ind. de Transf.	-	4,30	10,38	-12,09	117,00	5,01	10,31	3,20	-9,37	15,12	1,42	13,27	1,90	15,68	3,40	-8,94
Serviços	-	0,00	34,86	46,75	1,79	34,72	31,23	11,66	-22,83	-7,69	15,11	2,75	12,90	20,92	43,95	-21,62
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	10,53	-8,99	-14,53	-21,09	20,69	0,71	-4,26	15,56	26,28	-17,26	6,75	-10,34	-10,90	1,44	-4,96
Total	-	25,26	9,92	6,44	-3,80	8,09	10,75	5,99	-8,58	10,59	7,10	8,66	-3,30	15,22	9,85	-8,55
De 10.001 a 20.000																
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	23,00	-5,30	11,59	-5,18	14,25	3,01	7,85	-4,83	13,35	6,31	4,55	-16,24	22,12	-1,99	0,24
Agropecuária	-	-9,86	5,42	10,00	7,21	6,38	-2,45	3,38	16,89	21,59	-5,37	-1,20	-2,79	4,13	-1,19	0,23

Continua na próxima página

Variação Anual Percentual do estoque de emprego formal por setores para as faixas populacionais do TMAP no período 2000-2015 (%)
(continuação)

De 10.001 a 20.000																
Comércio	-	20,78	7,90	3,00	8,65	15,90	-4,45	12,75	14,36	5,20	7,99	5,56	2,63	6,98	4,37	-2,69
Const. Civil	-	-51,56	89,25	-38,07	598,17	-72,40	57,62	50,45	107,43	-22,46	-3,62	-20,60	28,55	6,47	-18,95	-11,32
Extrat. Mineral	-	100,00	-55,00	18,52	9,38	-11,43	9,68	82,35	-1,61	-11,48	33,33	8,33	-12,82	30,88	14,61	17,65
Ind. de Transf.	-	49,14	7,83	13,06	18,57	0,47	31,14	5,11	11,14	-26,44	44,58	7,03	-4,06	3,29	-14,70	-3,83
Serviços	-	4,88	22,98	-21,78	-1,10	14,91	0,50	12,21	7,34	-1,41	3,68	29,29	-3,37	7,44	17,97	-9,05
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	-4,69	-1,64	-7,67	-28,16	4,02	7,73	2,69	-0,87	-1,32	7,59	-8,30	-11,31	-14,29	5,36	2,26
Total	-	10,41	5,31	5,39	7,54	6,87	5,68	7,35	10,38	3,10	8,31	5,00	-4,91	8,14	-1,72	-2,28
De 20.001 a 50.000																
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	12,77	-0,42	4,67	-8,66	22,08	8,62	-3,30	0,31	15,09	-15,81	14,58	-16,14	24,91	2,10	-6,89
Agropecuária	-	-10,81	10,08	5,21	8,45	10,78	-0,16	1,19	7,48	2,06	8,99	6,01	-0,27	2,88	-2,08	3,77
Comércio	-	9,33	8,45	9,33	9,07	9,07	3,99	6,71	8,35	7,41	11,11	4,57	5,29	4,79	1,43	-0,65
Const. Civil	-	59,94	7,89	-16,27	-1,64	46,84	-1,36	-2,84	9,15	30,35	-37,47	28,10	-8,93	5,93	7,89	-17,22
Extrat. Mineral	-	3,97	25,19	-8,54	-6,67	10,71	-10,32	21,58	-23,08	22,31	27,67	19,70	10,29	-5,60	2,77	-10,77
Ind. de Transf.	-	-3,13	12,11	-0,71	18,77	4,51	10,67	13,86	-16,82	5,37	10,15	5,08	12,28	1,46	-3,06	-6,86
Serviços	-	9,99	9,20	5,13	7,30	5,13	0,74	5,78	5,07	5,63	9,22	11,23	3,16	7,81	6,15	4,44
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	16,93	1,81	15,11	-45,95	-31,43	109,38	6,97	-35,35	58,99	8,14	29,29	-15,21	-9,54	10,97	6,08
Total	-	3,49	7,77	3,98	6,41	10,72	4,85	4,83	-0,04	7,76	3,45	8,24	1,21	6,79	0,83	-1,55
De 50.001 a 100.000																
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	13,33	6,65	-2,24	-0,50	3,28	28,20	2,62	-16,59	18,30	2,20	4,59	-11,47	7,76	2,37	1,54
Agropecuária	-	-7,50	8,39	-3,40	8,36	7,89	-10,75	2,86	7,01	-3,02	4,90	4,64	0,14	-0,08	-0,44	4,14
Comércio	-	3,00	3,53	4,64	8,29	6,42	5,93	4,48	6,74	4,25	6,68	8,77	6,52	5,51	0,42	-1,96
Const. Civil	-	-22,64	7,15	0,90	10,60	53,27	-16,31	14,02	25,46	-9,18	14,01	3,30	18,81	6,49	-9,78	-17,28
Extrat. Mineral	-	-5,56	-17,11	-23,23	24,37	-6,76	3,62	69,93	14,40	0,00	14,39	8,81	260,69	-2,88	0,91	49,47

Continua na próxima página

Variação Anual Percentual do estoque de emprego formal por setores para as faixas populacionais do TMAP no período 2000-2015 (%)
(continuação)

De 50.001 a 100.000																
Ind. de Transf.	-	-1,62	-0,53	18,72	12,55	6,82	8,03	24,02	11,52	-8,56	1,78	9,89	3,55	9,84	0,86	-1,62
Serviços	-	10,71	6,99	5,40	7,76	-0,17	11,31	2,01	5,99	1,27	12,33	4,37	5,41	5,11	3,80	1,51
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	15,98	-19,35	39,82	15,36	-21,18	-67,98	1,85	9,70	-7,73	6,89	-20,17	36,49	-25,96	2,78	-4,39
Total	-	2,96	4,49	4,96	7,81	5,67	5,83	7,19	4,87	0,99	6,79	6,38	4,59	5,70	0,91	-0,15
De 100.001 a 500.000																
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	35,72	7,22	4,47	-3,16	16,74	18,04	-13,61	-15,99	1,40	3,30	0,80	-3,64	10,17	6,13	-1,70
Agropecuária	-	-6,20	7,45	-4,48	6,64	10,66	-1,05	-0,47	0,86	6,86	-1,75	16,25	-7,94	-2,56	-5,19	0,46
Comércio	-	4,56	5,70	4,30	6,65	9,41	2,91	5,47	7,08	5,83	8,45	1,93	5,66	2,45	0,49	-2,31
Const. Civil	-	-7,00	7,93	-16,92	46,75	6,94	-1,24	-2,69	22,00	18,12	45,23	-15,72	3,34	24,15	-19,34	-18,03
Extrat. Mineral	-	6,88	8,77	-6,45	-0,57	21,97	-6,16	292,42	-11,58	-52,40	-4,89	7,40	20,66	-3,72	13,14	-19,36
Ind. de Transf.	-	-1,10	4,74	2,23	6,16	4,04	6,15	-1,32	5,61	-1,08	7,32	7,45	2,58	6,30	-1,66	4,44
Serviços	-	1,35	5,10	2,32	0,82	7,47	6,19	4,41	8,58	6,14	7,44	9,97	3,21	5,16	8,23	-2,55
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	3,46	6,06	4,43	-8,94	-13,13	-0,14	44,70	-0,39	19,43	-2,96	7,11	-26,80	11,88	14,77	-3,70
Total	-	3,99	5,79	1,55	4,81	8,52	5,99	0,84	4,31	4,74	8,90	4,80	2,02	5,98	1,37	-2,11
Mais de 500.000																
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	6,49	12,16	28,44	4,78	-8,68	6,28	1,29	-1,81	1,23	3,77	-24,83	6,76	10,07	-0,94	-1,81
Agropecuária	-	28,09	3,85	-30,36	-7,26	37,46	2,34	-15,96	6,72	-7,86	-3,09	-2,85	-11,67	172,61	-4,35	3,80
Comércio	-	-4,33	4,57	8,43	13,06	4,46	1,49	7,20	2,17	3,34	12,41	2,58	2,03	9,00	3,26	-7,03
Const. Civil	-	-8,90	-0,30	-13,29	-6,29	22,16	-2,63	9,78	47,53	3,54	32,98	10,79	11,12	3,45	-14,30	-14,84
Extrat. Mineral	-	-9,14	-2,37	40,61	913,36	-93,24	32,08	18,10	-13,31	2,79	2,71	3,96	-3,81	-11,01	17,82	-20,59
Ind. de Transf.	-	-8,03	36,20	-5,38	14,28	-0,21	4,91	13,51	3,85	5,34	4,51	9,70	-25,74	0,84	1,67	-2,77
Serviços	-	19,26	-7,26	9,42	4,48	9,06	7,39	4,90	10,67	8,70	8,46	17,43	6,66	1,79	6,18	2,48
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	5,53	17,54	-3,69	129,07	14,16	-46,37	116,63	7,36	-1,47	4,92	0,99	6,61	3,12	7,76	-0,99
Total	-	6,30	4,20	4,95	9,58	3,96	4,08	6,30	7,44	5,11	9,32	7,68	0,53	7,96	2,40	-1,71

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Anexo III:

Variação Anual Percentual do estoque de emprego formal por setores para os cinco maiores municípios do TMAP no período 2000-2015 (%)

Araguari																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	14,75	18,70	-2,30	-1,77	10,63	116,31	-45,45	-8,44	14,28	1,40	6,46	1,11	4,61	-4,06	2,92
Agropecuária	-	-17,17	2,73	-0,22	-4,74	-0,23	-3,04	18,81	-10,96	32,37	3,39	-0,50	15,46	-12,66	-7,97	8,00
Comércio	-	7,55	3,24	3,35	3,81	10,49	2,98	5,29	2,89	5,16	8,87	6,86	5,91	2,33	3,19	1,26
Const. Civil	-	82,69	-5,66	15,29	220,81	10,01	-50,81	-17,38	0,09	1,18	28,83	-29,12	-4,02	48,42	-29,25	-24,61
Extrat. Mineral	-	25,00	2,22	8,70	-28,00	52,78	18,18	803,08	-21,81	-75,16	-16,67	1,05	4,17	-11,00	43,82	-21,88
Ind. de Transf.	-	9,88	5,76	4,25	16,14	7,27	9,52	0,57	14,67	0,40	-6,02	-3,98	3,49	4,75	-0,80	-7,55
Serviços	-	-16,73	8,28	18,29	-11,02	17,66	0,58	-1,01	11,05	3,60	-2,93	7,77	5,18	5,23	9,64	-1,69
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	31,82	-1,72	75,44	-8,00	8,70	-2,00	15,31	15,04	-13,08	-2,65	6,36	-13,68	-16,83	3,57	6,90
Total	-	1,24	6,37	6,91	12,27	10,42	8,11	-6,30	4,29	4,08	1,60	1,13	4,76	4,37	0,11	-2,15
Ituiutaba																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	-0,89	6,37	6,30	-1,94	2,21	82,61	5,54	-33,23	4,72	-8,18	2,25	-8,53	8,05	-3,41	-0,89
Agropecuária	-	13,81	-2,19	7,65	-4,59	6,90	-11,47	5,85	-2,90	-0,28	0,28	6,54	0,53	0,26	-3,83	2,35
Comércio	-	9,23	-0,23	3,60	14,80	7,07	-0,55	5,39	8,46	7,71	5,48	9,73	6,87	2,30	3,14	-3,19
Const. Civil	-	-10,30	40,90	-19,68	7,67	74,25	0,26	14,34	-15,88	-5,61	54,78	-5,71	20,36	-9,41	5,37	14,61
Extrat. Mineral	-	0,00	-63,27	-11,11	-6,25	20,00	2,78	18,92	-38,64	14,81	-9,68	-7,14	26,92	-21,21	-38,46	-56,25
Ind. de Transf.	-	-5,26	6,57	20,58	5,74	13,04	11,13	25,31	20,86	-15,41	-8,00	-3,33	8,68	13,21	2,02	-4,53
Serviços	-	1,13	8,26	0,05	0,14	-5,89	10,16	3,15	11,74	6,98	6,06	7,23	4,87	5,33	4,02	-1,89
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	17,39	0,00	-5,56	1,96	-2,56	-1,32	5,33	-1,27	-1,28	-5,19	1,37	68,92	-44,40	-0,72	-5,07
Total	-	2,29	4,89	5,42	4,34	6,33	13,94	9,97	2,68	-1,02	1,74	3,94	5,80	4,79	2,11	-1,79
Patos de Minas																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	14,88	-0,39	4,32	-1,49	6,59	1,35	-1,12	-10,50	3,17	2,23	0,86	-0,71	5,66	9,37	-7,76
Agropecuária	-	-7,64	15,72	-9,46	8,27	20,51	-0,71	8,10	1,99	-1,07	-1,87	6,10	5,02	2,44	-4,73	1,45
Comércio	-	3,42	6,97	5,27	8,05	7,86	4,32	8,22	9,90	0,80	6,15	3,34	7,37	1,39	-0,48	-0,50
Const. Civil	-	-16,85	8,65	-15,27	14,67	27,95	52,72	-7,18	12,56	11,54	27,55	4,29	-1,33	5,48	-15,88	-24,84
Extrat. Mineral	-	-42,22	-3,85	-24,00	147,37	34,04	-36,51	90,00	-19,74	-9,84	3,64	19,30	41,18	-2,08	-12,77	-46,34
Ind. de Transf.	-	-15,98	1,10	6,20	-0,85	-0,11	14,45	-2,55	5,23	3,83	10,10	9,07	11,40	15,73	2,85	3,64
Serviços	-	1,59	11,42	4,00	-1,54	7,21	7,70	11,99	-3,02	13,76	10,46	14,34	1,11	1,25	5,93	0,93
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	6,32	4,95	-8,49	-69,07	56,67	-31,91	246,88	22,52	125,74	-18,89	4,82	-13,79	34,22	4,30	-15,56
Total	-	-1,74	7,32	2,37	2,63	8,48	7,84	6,13	2,61	6,19	8,05	7,77	4,31	4,36	1,35	-1,37

Continua na próxima página

Variação Anual Percentual do estoque de emprego formal por setores para os cinco maiores municípios do TMAP no período 2000-2015 (%)
(continuação)

Uberaba																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	51,10	7,37	6,13	-4,00	21,37	2,71	-3,42	-19,40	-2,72	4,28	-1,00	-6,24	13,81	8,47	-1,05
Agropecuária	-	-0,67	4,53	-2,92	9,78	8,50	-0,69	-11,24	4,43	4,63	-3,73	30,81	-23,21	-1,53	-4,36	-3,54
Comércio	-	4,33	5,76	4,06	6,70	9,96	2,14	4,03	6,65	8,93	9,57	-0,09	4,67	3,06	0,27	-4,31
Const. Civil	-	-15,01	11,37	-24,80	-2,87	-5,39	34,95	7,38	35,48	25,86	56,10	-19,90	6,56	28,05	-18,79	-14,73
Extrat. Mineral	-	26,58	15,00	-8,70	-14,29	3,33	0,00	22,58	46,49	-5,39	0,63	6,92	21,76	-0,97	11,71	-8,30
Ind. de Transf.	-	1,49	5,58	0,42	5,25	4,17	2,56	-1,64	2,20	-3,33	12,39	11,23	-0,70	3,26	-3,87	9,10
Serviços	-	5,15	2,49	-1,15	4,25	5,69	6,80	2,70	12,69	4,01	8,21	8,67	3,73	6,67	8,85	-3,94
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	1,09	6,93	0,58	-0,72	-19,05	2,85	38,47	-5,76	5,84	3,14	7,91	-32,36	8,33	21,08	-0,13
Total	-	7,07	5,07	-0,09	3,72	8,00	4,64	0,83	5,05	4,32	11,29	4,50	0,38	7,11	1,70	-2,41
Uberlândia																
Setor (IBGE)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública	-	6,49	12,16	28,44	4,78	-8,68	6,28	1,29	-1,81	1,23	3,77	-24,83	6,76	10,07	-0,94	-1,81
Agropecuária	-	28,09	3,85	-30,36	-7,26	37,46	2,34	-15,96	6,72	-7,86	-3,09	-2,85	-11,67	172,61	-4,35	3,80
Comércio	-	-4,33	4,57	8,43	13,06	4,46	1,49	7,20	2,17	3,34	12,41	2,58	2,03	9,00	3,26	-7,03
Const. Civil	-	-8,90	-0,30	-13,29	-6,29	22,16	-2,63	9,78	47,53	3,54	32,98	10,79	11,12	3,45	-14,30	-14,84
Extrat. Mineral	-	-9,14	-2,37	40,61	913,36	-93,24	32,08	18,10	-13,31	2,79	2,71	3,96	-3,81	-11,01	17,82	-20,59
Ind. de Transf.	-	-8,03	36,20	-5,38	14,28	-0,21	4,91	13,51	3,85	5,34	4,51	9,70	-25,74	0,84	1,67	-2,77
Serviços	-	19,26	-7,26	9,42	4,48	9,06	7,39	4,90	10,67	8,70	8,46	17,43	6,66	1,79	6,18	2,48
Serv. Ind. de Util. Pub.	-	5,53	17,54	-3,69	129,07	14,16	-46,37	116,63	7,36	-1,47	4,92	0,99	6,61	3,12	7,76	-0,99
Total	-	6,30	4,20	4,95	9,58	3,96	4,08	6,30	7,44	5,11	9,32	7,68	0,53	7,96	2,40	-1,71

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Anexo IV:

Número de estabelecimentos formais segundo o setor de atividade econômica: Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período 2000 a 2015

Setor de atividade econômica	Anos															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil																
Adm. Pública	14.355	14.042	14.233	14.457	14.639	14.811	14.889	15.019	15.103	15.256	15.909	16.363	16.389	16.719	16.760	17.046
Agropecuária	255.240	262.179	274.208	284.192	297.580	303.691	309.801	310.935	316.882	320.098	324.783	328.904	322.641	327.702	330.772	331.230
Comércio	832.528	883.036	935.293	979.110	1.028.016	1.081.948	1.126.294	1.173.362	1.234.352	1.287.967	1.367.446	1.433.650	1.470.345	1.513.884	1.544.847	1.540.637
Const. Civil	96.876	97.738	102.039	97.190	96.604	96.662	102.987	110.643	127.371	138.206	161.666	183.436	194.248	206.860	219.406	214.415
Extrat. Mineral	6.588	6.672	6.778	6.915	7.169	7.420	7.777	7.883	7.998	7.878	8.036	8.257	8.536	8.601	8.700	8.629
Ind. de Transf.	242.820	249.731	257.728	262.706	271.437	280.618	298.619	306.682	320.773	331.359	337.651	354.511	365.355	377.292	384.721	382.472
Serviços	784.462	815.379	851.205	876.193	904.664	932.705	966.491	1.004.166	1.055.871	1.115.205	1.180.213	1.257.212	1.309.450	1.376.455	1.435.246	1.466.892
Serv. Ind. de Util. Pub.	5.819	5.804	6.381	6.522	6.067	6.317	6.709	6.758	7.119	7.545	7.744	8.283	8.771	9.258	9.527	9.787
Total	2.238.687	2.334.581	2.447.865	2.527.285	2.626.176	2.724.172	2.833.567	2.935.448	3.085.470	3.223.514	3.403.448	3.590.616	3.695.735	3.836.771	3.949.979	3.971.108
Minas Gerais																
Adm. Pública	1.922	1.958	2.007	2.070	2.064	2.064	2.055	2.091	2.082	2.072	2.120	2.136	2.103	2.111	2.128	2.119
Agropecuária	64.811	65.652	67.764	69.589	71.833	72.943	75.271	74.612	75.180	74.508	75.060	75.547	72.582	73.303	73.064	72.222
Comércio	108.293	114.201	120.405	125.041	129.136	134.555	139.306	143.794	150.336	156.397	167.141	175.098	179.510	184.338	187.695	186.384
Const. Civil	20.016	19.303	19.326	17.670	16.848	17.570	18.523	20.078	22.535	23.876	27.490	29.722	30.190	31.450	32.605	31.220
Extrat. Mineral	1.494	1.526	1.572	1.646	1.746	1.775	1.833	1.861	1.887	1.836	1.871	1.881	1.929	1.958	1.982	1.929
Ind. de Transf.	31.413	32.030	32.938	33.382	34.162	35.272	37.315	38.489	40.123	41.243	41.565	43.672	44.953	46.360	47.391	46.981
Serviços	92.450	96.646	101.406	105.167	107.724	110.258	114.023	118.666	124.822	131.135	138.355	147.786	153.629	161.635	168.547	171.601
Serv. Ind. de Util. Pub.	760	788	812	803	281	304	347	360	391	415	459	523	594	625	673	692
Total	321.160	332.104	346.230	355.368	363.794	374.741	388.673	399.951	417.356	431.482	454.061	476.365	485.490	501.780	514.085	513.148
TMAP																
Adm. Pública	208	206	207	212	213	202	205	202	205	202	204	202	199	204	201	191
Agropecuária	13.968	14.013	14.348	14.717	14.809	15.018	15.217	15.137	15.278	15.254	15.323	15.447	15.034	15.220	15.223	15.182
Comércio	14.035	14.967	15.797	16.531	17.042	17.920	18.297	18.802	19.630	20.437	21.864	22.978	23.597	24.361	24.832	24.553
Const. Civil	2.567	2.579	2.776	2.474	2.231	2.336	2.600	2.782	3.285	3.873	4.704	4.795	4.729	5.240	5.619	5.418
Extrat. Mineral	99	115	113	124	139	129	118	135	137	132	142	151	155	159	162	156
Ind. de Transf.	3.312	3.338	3.466	3.496	3.650	3.715	4.031	4.106	4.343	4.423	4.484	4.706	4.895	5.145	5.382	5.318
Serviços	10.865	11.459	12.179	12.693	13.158	13.623	14.090	14.618	15.222	16.111	16.972	18.429	19.361	20.651	22.202	22.331
Serv. Ind. de Util. Pub.	89	89	95	91	45	46	51	51	59	63	67	81	79	90	93	96
Total	45.143	46.766	48.981	50.338	51.287	52.989	54.609	55.833	58.159	60.495	63.760	66.789	68.049	71.070	73.714	73.245

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Observação: Foi feita uma redistribuição proporcional do número de estabelecimentos não classificados no ano 2000 no Brasil (201 estabelecimentos) e em Minas Gerais (15).

Anexo V:

Número de estabelecimentos formais nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo o setor de atividade econômica e faixas populacionais, no período 2000 a 2015

Faixa populacional/Setor de atividade econômica	Anos															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adm. Pública																
Até 5.000	32	33	35	34	33	35	37	35	37	36	38	37	33	37	36	35
De 5.001 a 10.000	30	28	30	31	33	30	30	31	28	28	29	26	27	28	27	29
De 10.001 a 20.000	36	38	33	34	36	34	33	38	42	39	38	38	38	36	38	38
De 20.001 a 50.000	28	26	25	25	23	25	26	22	25	24	24	24	23	24	22	24
De 50.001 a 100.000	13	12	12	15	15	18	15	14	14	14	16	15	15	18	16	19
De 100.001 a 500.000	33	30	33	36	36	33	32	32	31	30	27	33	32	31	31	16
Mais de 500.000	36	39	39	37	37	27	32	30	28	31	32	29	31	30	31	30
Total	208	206	207	212	213	202	205	202	205	202	204	202	199	204	201	191
Agropecuária																
Até 5.000	800	832	865	880	925	903	928	912	940	948	977	1.058	977	1.006	1.066	1.090
De 5.001 a 10.000	1.271	1.295	1.362	1.361	1.445	1.440	1.494	1.472	1.461	1.414	1.420	1.473	1.384	1.435	1.485	1.464
De 10.001 a 20.000	2.790	2.863	2.948	3.004	3.011	3.133	3.034	2.979	3.107	3.077	3.100	3.241	3.144	3.199	3.220	3.258
De 20.001 a 50.000	2.983	3.074	3.152	3.268	3.377	3.359	3.427	3.427	3.496	3.535	3.564	3.637	3.537	3.638	3.494	3.595
De 50.001 a 100.000	2.403	2.350	2.354	2.380	2.339	2.362	2.286	2.377	2.300	2.291	2.292	2.312	2.293	2.317	2.305	2.231
De 100.001 a 500.000	2.677	2.617	2.688	2.713	2.691	2.740	2.836	2.753	2.751	2.773	2.763	2.608	2.618	2.558	2.530	2.480
Mais de 500.000	1.044	982	979	1.111	1.021	1.081	1.212	1.217	1.223	1.216	1.207	1.118	1.081	1.067	1.123	1.064
Total	13.968	14.013	14.348	14.717	14.809	15.018	15.217	15.137	15.278	15.254	15.323	15.447	15.034	15.220	15.223	15.182
Comércio																
Até 5.000	128	154	178	194	202	207	223	234	271	272	290	310	316	320	335	339
De 5.001 a 10.000	280	294	346	397	413	435	454	499	543	597	644	679	692	720	954	813
De 10.001 a 20.000	912	1.033	1.101	1.149	1.178	1.278	1.352	1.389	1.466	1.527	1.700	1.808	1.845	1.926	1.993	1.983
De 20.001 a 50.000	1.724	1.832	1.956	2.038	2.188	2.316	2.401	2.486	2.632	2.785	2.974	3.144	3.254	3.385	3.390	3.443
De 50.001 a 100.000	2.382	2.522	2.672	2.773	2.850	2.993	3.007	3.106	3.198	3.297	3.454	3.628	3.706	3.867	3.911	3.883
De 100.001 a 500.000	4.356	4.590	4.783	5.027	5.116	5.376	5.421	5.530	5.801	5.986	6.315	6.504	6.561	6.701	6.758	6.730
Mais de 500.000	4.253	4.542	4.761	4.953	5.095	5.315	5.439	5.558	5.719	5.973	6.487	6.905	7.243	7.442	7.491	7.362
Total	14.035	14.967	15.797	16.531	17.042	17.920	18.297	18.802	19.630	20.437	21.864	22.978	23.597	24.361	24.832	24.553

Continua na próxima página

Número de estabelecimentos formais nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo o setor de atividade econômica e faixas populacionais, no período 2000 a 2015

(continuação)

Faixa populacional/Setor de atividade econômica	Anos															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Const. Civil																
Até 5.000	11	5	19	19	13	19	22	26	30	31	51	33	35	39	44	39
De 5.001 a 10.000	25	47	69	36	20	32	29	49	44	79	112	88	60	78	120	78
De 10.001 a 20.000	71	65	83	59	62	61	78	95	146	187	294	306	245	271	287	231
De 20.001 a 50.000	167	197	206	186	172	207	209	241	271	364	527	523	479	471	484	478
De 50.001 a 100.000	421	419	416	367	345	381	394	431	563	588	655	652	647	704	719	709
De 100.001 a 500.000	1.019	1.003	1.069	878	857	914	1.137	1.126	1.219	1.435	1.666	1.620	1.573	1.747	1.728	1.606
Mais de 500.000	853	843	914	929	762	722	731	814	1.012	1.189	1.399	1.573	1.690	1.930	2.237	2.277
Total	2.567	2.579	2.776	2.474	2.231	2.336	2.600	2.782	3.285	3.873	4.704	4.795	4.729	5.240	5.619	5.418
Extrat. Mineral																
Até 5.000	2	2	4	5	4	4	5	5	4	4	3	5	7	5	7	7
De 5.001 a 10.000	6	17	9	10	9	9	7	6	5	6	7	9	9	11	11	11
De 10.001 a 20.000	5	28	27	26	23	29	13	15	19	16	22	23	19	19	22	22
De 20.001 a 50.000	20	19	23	23	21	29	21	28	31	29	32	37	39	43	42	45
De 50.001 a 100.000	14	5	6	9	7	10	22	24	21	23	21	23	25	25	22	19
De 100.001 a 500.000	25	15	18	20	25	22	26	28	36	35	35	34	32	32	35	34
Mais de 500.000	27	29	26	31	50	26	24	29	21	19	22	20	24	24	23	18
Total	99	115	113	124	139	129	118	135	137	132	142	151	155	159	162	156
Ind. De Transf.																
Até 5.000	44	40	32	35	40	43	45	48	46	53	46	51	51	55	57	63
De 5.001 a 10.000	85	87	88	86	99	110	113	106	114	121	121	137	144	144	204	168
De 10.001 a 20.000	213	212	235	238	245	251	279	285	321	317	310	311	319	337	345	349
De 20.001 a 50.000	377	381	394	386	421	422	442	459	488	483	539	555	581	631	641	640
De 50.001 a 100.000	502	500	524	511	534	538	598	592	611	623	644	659	696	770	790	780
De 100.001 a 500.000	1.182	1.187	1.225	1.259	1.301	1.307	1.380	1.412	1.467	1.486	1.469	1.545	1.606	1.629	1.671	1.674
Mais de 500.000	909	931	968	981	1.010	1.044	1.174	1.204	1.296	1.340	1.355	1.448	1.498	1.579	1.674	1.644
Total	3.312	3.338	3.466	3.496	3.650	3.715	4.031	4.106	4.343	4.423	4.484	4.706	4.895	5.145	5.382	5.318

Continua na próxima página

Número de estabelecimentos formais nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo o setor de atividade econômica e faixas populacionais, no período 2000 a 2015

(continuação)

Faixa populacional/Setor de atividade econômica	Anos															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços																
Até 5.000	82	86	99	108	116	113	128	126	134	154	168	183	174	200	208	205
De 5.001 a 10.000	174	204	215	227	263	321	329	387	390	387	424	474	494	546	809	640
De 10.001 a 20.000	512	549	594	700	708	752	796	860	922	967	996	1.139	1.192	1.296	1.421	1.414
De 20.001 a 50.000	1.025	1.127	1.193	1.232	1.311	1.354	1.467	1.567	1.627	1.712	1.808	2.014	2.062	2.250	2.378	2.471
De 50.001 a 100.000	1.748	1.788	1.911	2.068	2.110	2.177	2.173	2.250	2.378	2.518	2.633	2.863	2.991	3.180	3.351	3.455
De 100.001 a 500.000	3.494	3.636	3.765	3.856	4.042	4.121	4.265	4.393	4.569	4.799	5.005	5.402	5.640	5.971	6.277	6.337
Mais de 500.000	3.830	4.069	4.402	4.502	4.608	4.785	4.932	5.035	5.202	5.574	5.938	6.354	6.808	7.208	7.758	7.809
Total	10.865	11.459	12.179	12.693	13.158	13.623	14.090	14.618	15.222	16.111	16.972	18.429	19.361	20.651	22.202	22.331
Serv. Ind. de Util. Pub.																
Até 5.000	10	10	10	12	1	1	1	2	0	0	0	0	0	1	1	1
De 5.001 a 10.000	13	14	13	14	4	3	3	3	3	3	3	5	5	6	7	7
De 10.001 a 20.000	20	20	21	21	7	7	7	6	6	7	8	10	7	10	10	10
De 20.001 a 50.000	14	10	10	10	6	5	8	7	7	10	11	15	12	15	14	14
De 50.001 a 100.000	10	11	13	13	10	10	10	10	10	10	8	7	9	9	12	9
De 100.001 a 500.000	12	13	16	14	10	11	12	13	19	21	23	25	26	31	29	30
Mais de 500.000	10	11	12	7	7	9	10	10	14	12	14	19	20	18	20	25
Total	89	89	95	91	45	46	51	51	59	63	67	81	79	90	93	96
Total																
Até 5.000	1.109	1.162	1.242	1.287	1.334	1.325	1.389	1.388	1.462	1.498	1.573	1.677	1.593	1.663	1.754	1.779
De 5.001 a 10.000	1.884	1.974	2.129	2.161	2.284	2.381	2.459	2.553	2.588	2.635	2.760	2.891	2.815	2.968	3.617	3.210
De 10.001 a 20.000	4.559	4.797	5.024	5.215	5.256	5.525	5.592	5.667	6.029	6.137	6.468	6.876	6.809	7.094	7.336	7.305
De 20.001 a 50.000	6.338	6.666	6.959	7.168	7.519	7.717	8.001	8.237	8.577	8.942	9.479	9.949	9.967	10.457	10.465	10.710
De 50.001 a 100.000	7.493	7.617	7.920	8.147	8.228	8.501	8.505	8.804	9.095	9.364	9.723	10.159	10.382	10.890	11.126	11.105
De 100.001 a 500.000	12.798	13.104	13.606	13.809	14.076	14.531	15.109	15.287	15.893	16.565	17.303	17.771	18.088	18.700	19.059	18.907
Mais de 500.000	10.962	11.446	12.101	12.551	12.590	13.009	13.554	13.897	14.515	15.354	16.454	17.466	18.395	19.298	20.357	20.229
Total	45.143	46.766	48.981	50.338	51.287	52.989	54.609	55.833	58.159	60.495	63.760	66.789	68.049	71.070	73.714	73.245

Fonte: MTE, RAIS. Elaboração CEPES/IEUFU.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Sala 1J 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.

Fone: (34) 3239-4157 / (34) 3239-4321 / **Fax:** (34) 3239-4321

Site: <http://www.ie.ufu.br/cepes>

e-mail: cepes@ufu.br